

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

MATEUS RAIMUNDO BAIMA MENDES

ORÇAMENTO PÚBLICO PARTICIPATIVO: um estudo do modelo do Estado do Maranhão

São Luís
2016

MATEUS RAIMUNDO BAIMA MENDES

ORÇAMENTO PÚBLICO PARTICIPATIVO: um estudo do modelo do Estado do Maranhão

Monografia apresentada ao Curso de Administração da Universidade Estadual do Maranhão, para obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Dr. José Samuel de Miranda Melo Júnior

São Luís
2016

Mendes, Mateus Raimundo Baima.

Orçamento participativo: um estudo do modelo no Estado do Maranhão /
Mateus Raimundo Baima Mendes. – São Luís, 2016.

140 f.

Monografia (Graduação) – Curso de Administração, Universidade
Estadual do Maranhão, 2016.

Orientador: Prof. Dr. José Samuel de Miranda Melo Júnior.

1. Gestão pública. 2. Orçamento participativo. 3. Estado do Maranhão.
I. Título.

CDU: 336.14(812.1)

MATEUS RAIMUNDO BAIMA MENDES

ORÇAMENTO PÚBLICO PARTICIPATIVO: um estudo do modelo do Estado do Maranhão

Monografia apresentada ao Curso de Administração da Universidade Estadual do Maranhão, para obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Aprovada em: / /

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Samuel de Miranda Melo Junior (Orientador)

Universidade Estadual do Maranhão

Examinador 1

Universidade Estadual do Maranhão

Examinador 2

Universidade Estadual do Maranhão

A Deus, em primeiro lugar;
Aos meus avós, Silvia e Antônio,
que são tudo para mim;
Aos meus pais, expressão do amor
celestial, que torceram e
contribuíram bastante para esta
conquista;
A minha tia e madrinha, Glória.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, em primeiro lugar, que é fonte de toda vida e sabedoria que tem me acolhido em seus braços de amor, guiando-me, fortalecendo meus passos e por ter me dado a vida e força de vontade para concluir mais uma etapa na minha vida.

A toda minha família, em especial aos meus pais, Clea Nina Baima e Antonilson Mendes, minha tia e madrinha Glória Nina Baima, minha avó Silvia Nina Baima, pela abnegação, amor e doação incondicionais.

Aos meus amigos, especialmente Julie Polary e Matheus Vigilato, pelo companheirismo e pelos momentos de alegria que me proporcionaram.

A minha namorada, Bianca Veiga, pela compreensão, cumplicidade, pelo carinho e por estar presente ao longo desta jornada.

Aos membros da direção do curso de administração, especialmente a Profa. Graça Mendes, Vera e Kardyelly, que sempre estiveram de prontidão para me ajudar.

Aos futuros administradores do Maranhão, alunos do curso de Administração da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), que sempre estiveram juntos comigo durante esta conquista, em especial, Paulo Nolasco, Denise Maciel, Abgail Silva, José Luís, Alysson Igor e Saymon Carvalho.

A minha enorme gratidão por ter sido aluno do Prof. Dr. José Samuel de Miranda Melo Junior, que diante de tantos afazeres me aceitou como orientando, ele foi personagem fundamental na concretização deste sonho, que com discussões de ideias e paciência me ajudou.

Aos meus professores ao longo do curso, que tiveram paciência, compreensão, presteza e orientação comigo, em especial, Prof. Jamerson Ramos, Profa. Maria de Fátima Ribeiro, Prof. Júlio César Maciel, Prof. Alysson Leite e a Profa. Nazaré.

Aos funcionários do Departamento de Estudos da Administração (DEA), especialmente o senhor Valdimar, que sempre esteve de prontidão para me ajudar.

Agradeço a Katia que é a responsável pela sala de estudos do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CSSA), ela contribuiu de maneira significativa para a realização deste trabalho.

Aos colaboradores da Biblioteca Central da UEMA, que me ajudaram ao longo desta caminhada.

Agradeço também as secretarias de Planejamento e Orçamento (SEPLAN) e a dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP) do Estado do Maranhão, por ter me dado todo o suporte para que a pesquisa fosse realizada da melhor maneira possível, em especial aos funcionários da SEPLAN Tânia Macatrão e Arlete Serra e os da SEDIHPOP Gilvan Silva e Elisângela Lima, pela atenção de sempre e colaboração no decorrer da parte de campo da pesquisa.

Meu muito obrigado à Universidade Estadual do Maranhão, por me proporcionar quatro anos de graduação da melhor maneira possível, a todos os professores que dão o seu melhor para o curso, a todos os servidores que tem sua parcela de contribuição, e também a todos que contribuíram de alguma maneira para a finalização deste trabalho acadêmico e durante a minha trajetória na academia.

*“A alegria está na luta, na tentativa,
no sofrimento envolvido e não na
vitória propriamente dita”*

Mahatma Gandhi

RESUMO

Um estudo sobre a gestão pública democrática participativa do estado do Maranhão, por intermédio da realização do orçamento participativo pela atual gestão do Governo do Estado. Analisa o modelo da gestão do orçamento participativo do Governo do Estado do Maranhão. Tem como objetivos específicos: pesquisar e apresentar os fundamentos teóricos sobre orçamento público e orçamento participativo; compreender e descrever o processo de elaboração destes documentos; identificar as principais ferramentas de gestão e procedimentos para a realização do orçamento participativo. Expõe assuntos sobre a evolução e o constructo da gestão pública. Abordam-se conteúdos acerca das evidências e princípios do orçamento público, onde são definidos o conceito, os princípios, receita e despesa pública. Em seguida é realizada uma abordagem de como é o processo de gestão do orçamento participativo. Logo após, analisa-se o processo de elaboração do orçamento participativo do estado do Maranhão. Finalmente, discorre-se sucintamente sobre a gestão democrática participativa do Maranhão, onde será verificada a configuração atual do orçamento participativo maranhense. A pesquisa foi realizada na Secretaria de Planejamento e Orçamento e na Secretaria dos Direitos Humanos e Participação Popular, onde foram aplicados vinte questionários e cinco entrevistas com membros das duas secretarias, que já participaram da realização orçamento participativo. Este trabalho fundamenta-se como uma pesquisa quanto à abordagem qualitativa, a sua natureza é aplicada, já quanto aos objetivos é descritiva. Além de utilizar procedimentos bibliográficos, documental e estudo de caso. Após a análise dos dados, conclui-se que o orçamento participativo é o melhor mecanismo de participação popular no planejamento, execução e controle dos gastos públicos, sendo necessário a realização de ações de mobilização social para construção de um processo de conscientização política dos cidadãos, através de cursos de formação de liderança, de orçamento público, capacitação nas ações de monitoramento e fiscalização de projetos públicos.

Palavras-chave: Gestão pública. Orçamento participativo. Estado do Maranhão.

ABSTRACT

A study on the participative democratic public management of the State of Maranhão through the execution of the Participatory Budget by the current state government. It analyzes the model of management of the participatory budget of the government of the State of Maranhão. It has as specific objective: to research and present the theoretical foundations on public budgeting, understand and describe the process of elaboration of these documents, and identify the main tools of management and procedures to the execution of the participatory budgeting. It exposes subjects on the evolution and construction of the public management. It discusses contents about the evidences and principles of the public budget and defines the concept, principles, revenue, and public expenditure. Next, an approach of how the process of management of the participatory budgeting occurs is exposed. Afterwards, it analyses the process of elaboration of the participatory budget of the state of Maranhão. Finally, it briefly discusses about the participative democratic management of Maranhão and verifies the current setting of the participatory budget of Maranhão. The research was carried out with the technicians and managers of SEPLAN and SEDIHPOP, and twenty questionnaires and five interviews were conducted with members of the two secretariats who have already participated in the Participatory Budgeting. This work is based, as a research, on the qualitative approach and presents an applied nature; the objectives were classified as descriptive. It uses bibliographic, documentary and field procedures as well. After analyzing the data, it is concluded that the participatory budget is the best popular participation mechanism in the planning, execution and control of public expenditure, it is necessary to carry out social mobilization activities for construction of a political process of awareness of citizens, through leadership training courses, public budget, training in monitoring actions and supervision of public projects.

Keywords: Public management. Participatory budget. State of Maranhão.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Forma de organização burocrática.....	23
Figura 2 –	Despesas públicas.....	33
Figura 3 –	As peças orçamentárias discutidas a cada ano.....	42
Figura 4 –	Comparação dos aspectos da pesquisa qualitativa com os da pesquisa quantitativa.....	47
Figura 5 –	Comparação entre o método quantitativo e o método qualitativo.....	47
Figura 6 –	Fontes bibliográficas.....	49

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Vertentes da Administração.....	12
Quadro 2 –	Territórios, escutas e municípios respectivos.....	12
Quadro 3 –	Municípios polos das Escutas Territoriais de PPA e Orçamento Participativo 2016.....	12
Quadro 4 –	Levantamento da participação popular nas escutas territoriais e na votação.....	12

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Resultado dos questionários aplicados com os funcionários da SEPLAN e SEDIHPOP.....	12
------------	---	----

LISTA DE SIGLAS

AGED	- Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão
AGERP	- Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural do Maranhão
COP	- Comissão Permanente do Orçamento Participativo
CSSA	- Centro de Ciências Sociais Aplicadas
FETAEMA	- Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Maranhão
FHC	- Fernando Henrique Cardoso
IDH	- Índice de Desenvolvimento Humano
IFMA	- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
LOA	- Lei Orçamentária Annual
OP	- Orçamento Participativo
PC do B	- Partido Comunista do Brasil
PDRAE	- Plano Diretor da Reformar do Aparelho do Estado
PDT	- Partido Democrático Trabalhista
PP	- Partido Progressista
PPS	- Partido Popular Socialista
PROCON	- Instituto de Proteção e Defesa do Consumidor
PROS	- Partido Republicano da Ordem Social
PSB	- Partido Socialista Brasileiro
PSDB	- Partido da Social Democracia Brasileira
PTC	- Partido Trabalhista Cristão
SAC	- Serviços de Atendimento ao Cliente
SECAP	- Secretaria de Comunicação Social e Assuntos Políticos
SEEJUV	- Secretaria de Estado Extraordinária da Juventude
SEDES	- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
SEDIHPOP	- Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Participação Popular
SEDUC	- Secretaria de Estado de Educação
SEIR	- Secretaria de Estado Extraordinária de Igualdade Racial
SEPLAN	- Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento
SEGOV	- Secretaria de Estado de Governo
SES	- Secretaria de Estado da Saúde
SD	- Solidariedade

SINFRA - Secretaria de Estado da Infraestrutura
TRE - Tribunal Regional Eleitoral
UEMA - Universidade Estadual do Maranhão
UFMA - Universidade Federal do Maranhão

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	GESTÃO PÚBLICA: constructo e evolução	20
3	ORÇAMENTO PÚBLICO: evidências e princípios	27
3.1	Conceito	27
3.2	Princípios orçamentários	28
3.2.1	Unidade ou Totalidade	28
3.2.2	Universalidade	29
3.2.3	Orçamento Bruto.....	29
3.2.4	Anualidade ou Periodicidade	30
3.2.5	Da não afetação das receitas	30
3.2.6	Exclusividade	30
3.2.7	Equilíbrio	31
3.2.8	Publicidade	31
3.2.9	Clareza.....	32
3.3	Receita Pública	32
3.4	Despesa Pública	33
3.5	Gestão do Orçamento Participativo	34
4	MODELAGEM DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DO ESTADO DO MARANHÃO	37
4.1	A implantação do orçamento participativo no Maranhão	37
4.1.1	Divisão territorial	39
4.1.2	Escutas territoriais.....	40
4.1.3	Votação das propostas	41
4.1.4	As devolutivas	41
4.1.5	Instâncias de controle social	42
4.1.5.1	<i>Comissão Permanente do Orçamento Participativo (COP)</i>	42
4.1.5.2	<i>Fórum Territorial do Orçamento Participativo</i>	43
5	ROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	44
5.1	Tipo da pesquisa	44
5.2	Sujeitos da pesquisa	45
5.3	Local da pesquisa	45

5.4	Universo e unidade de análise.....	45
5.5	Coleta e tratamento dos dados.....	46
5.6	Limitação da pesquisa.....	46
6	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	47
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
	REFERÊNCIAS	66
	APÊNDICE A – ENTREVISTA COM O SRA. EDUARDO CÁSSIO BECKMAN GOMES	69
	APÊNDICE B – ENTREVISTA COM O SRA. CREUZAMAR DE PINHO.....	71
	APÊNDICE C – ENTREVISTA COM O SRA. ELISÂNGELA SERRA LIMA	73
	APÊNDICE D – ENTREVISTA COM O SR. GILVAN ALVES DA SILVA	75
	APÊNDICE E – ENTREVISTA COM O SRA. ARLETE SILVA SERRA	77
	APÊNDICE F – QUESTIONÁRIO APLICADO COM A EQUIPE DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO	79
	ANEXO A – QUADRO GERAL DAS PROPOSTAS DEFINIDAS NAS ESCUTAS TERRITORIAIS	85
	ANEXO B – PONTOS DE VOTAÇÃO NA PLATAFORMA DIGITAL, CONFORME AS ESCUTAS	94
	ANEXO C – PROPOSTAS VENCEDORAS NA ETAPA DE VOTAÇÃO, DIVIDIDAS POR TERRITÓRIO	100
	ANEXO D – RELATÓRIOS DAS ESCUTAS TERRITORIAIS	102
	ANEXO E – QUADRO SINTETIZADO POR ÓRGÃO DEMANDADO E AÇÕES DIRETAS DE OP	130
	ANEXO F – “DE-PARA” DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2016... ..	131
	ANEXO G – DECRETO Nº 31.519 DE CRIAÇÃO DA COP	134
	ANEXO H – MATERIAL VISUAL DE DIVULGAÇÃO DO OP.....	136
	ANEXO I – PLATAFORMA PARTICIPA MA	138
	ANEXO J – FOTOS DAS ENTREVISTAS COM O SECRETÁRIO ADJUNTO DA SEPLAN E A ADJUNTA DA SEDIHPOP	139

**ANEXO K – FOTOS DA ENTREVISTA COM O
SUPERINTENDENTE E A SUPERVISORA DE PARTICIPAÇÃO
POPULAR 140**

1 INTRODUÇÃO

No momento que a população passou a conviver na forma de Estado, depois de abdicar de sua liberdade individual, foi que a gestão pública começou a ser realizada. Conquanto as pesquisas sobre esta área são bem recentes, iniciaram no século XIX as obras que desprendem a administração pública da política.

Durante o último século no Brasil, a gestão pública passou por diversas mudanças, apenas nos anos 90 ela se concretizou como gerencial, que busca a realização das políticas públicas, para garantir a execução da cidadania.

Na Inglaterra foi que o orçamento público teve sua primeira revelação. Já no Brasil observamos a partir do período colonial a aparição de uma precaução orçamentária. Descreve Giacomoni (1986) depois da chegada do Dom João VI ao Brasil, iniciou-se um processo de organização das finanças, onde realizaram a elaboração do regime de contabilidade e do Tesouro em 1988.

Mesmo sendo um objeto de planejamento e controle que possui grande valia, a sociedade civil tem se notabilizado insociável ao orçamento, pois devido à falta de transparência em relação como são tratados os recursos públicos e por conta da sua linguagem técnica, estranha a maioria das pessoas, onde acaba vedando o entendimento de grande parte da população.

Nessa perspectiva a pesquisa busca relatar e demonstrar a importância do orçamento público, descrevendo uma linha desde o desenvolvimento da gestão pública e seu constructo, bem como a exposição das evidências e princípios do orçamento público e finalizando com o estudo do Orçamento Participativo 2017 do estado do Maranhão. Com o propósito de conseguir um maior entendimento sobre sua importância e da participação popular na elaboração e fiscalização do orçamento.

A realização do orçamento público e da administração pública, recentemente era realizada de maneira isolada e baseada nos critérios dos governantes, devido a isto, surgiu a prática do Orçamento Participativo (OP), para que esta situação fosse alterada.

A esfera pública vem passando por diversas transformações no que se refere a um aperfeiçoamento político. Assim, surgem diversas políticas públicas com a intenção de melhorar cada vez mais a relação ente governo e população. Para tentar alcançar estes objetivos, nos últimos anos diversos líderes do executivo do Brasil, estão aderindo o processo do OP.

O Ministério do Planejamento (BRASIL, 2015) afirma que este processo é necessário, para que aconteça a complementação da democracia representativa, pois possibilita a participação dos cidadãos junto aos gestores públicos, para a tomada de decisão quanto às prioridades de suas regiões. Onde se discutirão as demandas de investimento na área de educação, saúde, transporte, segurança, esporte, entre outros. Conseqüentemente, incentiva a realização da cidadania, a inquietação com o bem público e a corresponsabilização entre governo e a população.

Nesta pesquisa, o desígnio foi de levantar algumas ideias sobre o OP. Pois, existe uma chance concreta de participação da população durante os processos de decisão com a Administração Pública, com a possibilidade de opinar sobre a distribuição de recursos e a sua aplicação.

Para se descrever o contexto histórico do OP citamos Pires (2000), ele explicita que é necessário que se entenda as razões geradoras deste modelo de documento que realiza o exercício da cidadania, para assim, poder apontar tanto os elementos históricos quanto os institucionais que o condicionam.

O Governo do Maranhão teve uma decisão inédita no ano de 2015, que foi a elaboração do Orçamento Participativo do Maranhão do período de 2016, esta é uma das principais marcas da atual gestão, porque eles consideram que a participação popular é o melhor meio pelo qual, se consegue detectar as necessidades reais da população maranhense.

Para isso, o trabalho monográfico está composto da seguinte maneira: no primeiro capítulo vem a introdução que apresenta o tema investigado, a delimitação do tema, problematização da pesquisa, relevância da pesquisa, a justificativa, os objetivos propostos e a fundamentação teórica; já no segundo são abordados o constructo e a evolução da gestão pública; no terceiro é realizado uma explicação sobre as evidências e princípios do orçamento público; realiza-se no quarto capítulo, uma explanação acerca da gestão do orçamento participativo, para em seguida, no quinto capítulo apresentar resultado quanto ao estudo sobre orçamento participativo do estado do Maranhão.

A pesquisa será sobre Orçamento Público Participativo: como modelo de Gestão Pública no Estado do Maranhão.

Este trabalho terá como finalidade a identificação e exposição do Orçamento Participativo do Maranhão, que serve como um mecanismo de gestão pública participativa. Analisando e observando as principais ações realizadas durante

este processo, pesquisando sobre elementos teóricos contidos no orçamento público e interpretando o processo de elaboração.

A obra procura explicações para a seguinte indagação: como se efetiva o modelo do Orçamento Participativo no Maranhão. Quais foram os avanços alcançados?

Desta maneira, serão analisados os resultados obtidos durante o processo e após, a sua finalização.

Como neste estudo iremos apresentar a importância que o Orçamento Participativo tem ao estado do Maranhão, demonstrando como é este processo e as melhorias que ele concede à população. Assim, este projeto possui grande impacto para a sociedade, o meio empresarial, o âmbito público e acadêmico.

Com a realização deste processo, o Estado busca realizar uma Gestão Pública que tenha a participação do povo, nas decisões a respeito da definição da prioridade dos recursos públicos. Assim, para se avaliar a eficácia da realização deste método, faz-se necessário a análise dos avanços alcançados.

Esta questão, orientou o objetivo geral deste trabalho, qual seja: analisar o modelo da gestão do orçamento participativo do Governo do estado do Maranhão.

São os objetivos específicos desta pesquisa: pesquisar e apresentar os fundamentos teóricos sobre orçamento público e orçamento participativo; compreender e descrever o processo de elaboração destes documentos; identificar as principais ferramentas de gestão e procedimentos para a realização do orçamento participativo.

2 GESTÃO PÚBLICA: constructo e evolução

Em todas as organizações, no âmbito privado ou público, faz-se necessário a presença de um especialista, na condução do processo de planejamento, gerenciamento e monitoramento das ações desenvolvida para a funcionalidade da organização. Denomina-se no âmbito público, o responsável por realizar todas estas atividades de Gestor Público.

Gestão Pública consiste na execução dos princípios da ciência da administração, durante a realização do comando das entidades, utilizando conhecimentos a respeito das regulamentações das atuais técnicas legais e específicas de gestão.

Matias–Pereira (2008, p.127) evidencia que: “A administração pública emergiu com a formação dos Estados Nacionais, no qual cada indivíduo cedeu parte de sua liberdade individual para concretização de bem-comum, sendo pautado em três elementos fundante, que são o bem-estar, a segurança e a justiça”.

A gestão pública passou a ser considerada como ciência recentemente, isso aconteceu no século XIX, quando houve a tentativa de se separar da política. Por isso ela é considerada um objeto de estudo, que ainda possui muitas lacunas metodológicas.

Com as reformas do Estado e as privatizações dos serviços públicos, que aconteceram no último século, conforme Perez (2004) a partir destes acontecimentos, passou a se ter a necessidade de estudar a administração pública como ciência, e de maneira separada, temos como prova desta mudança, a modificação que ela passou em seu sentido, que vai do material ao objetivo.

Buscando que o bem comum seja atendido, confirma-se que durante ao longo período da história, foram utilizados diversos modelos de gestão pública com a finalidade que a demanda político-econômica do Estado seja realizada. Em vista disso, faz-se necessário um estudo dos modelos da administração pública, o modelo patrimonialista, burocrático, gerencial e o democrático participativo.

Matias-Pereira (2008, p. 111) menciona que: “O modelo de administração pública patrimonialista surgiu com a criação dos Estados nacionais, sob a égide da monarquia absoluta. [...] visto que havia necessidade de os monarcas separarem o seu patrimônio do patrimônio público”.

O Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (BRASIL, 1995,

p.15) afirma que a administração patrimonialista funciona da seguinte maneira, onde:

O aparelho do Estado funciona como uma extensão do poder do soberano, e os seus auxiliares, servidores, possuem status de nobreza real. Os cargos são considerados prebendas. A res publica não é diferenciada das res principis. Em consequência, a corrupção e o nepotismo são inerentes a esse tipo de administração. No momento em que o capitalismo e a democracia se tornam dominantes, o mercado e a sociedade civil passam a se distinguir do Estado. Neste novo momento histórico, a administração patrimonialista torna-se uma excrescência inaceitável.

No Brasil esse modelo teve sua vigência durante o período colonial até o ano de 1930. Durante esta fase, todo o instrumento do estado é utilizado para que o governante e terceiros sejam beneficiados, fazendo com que poucos sejam favorecidos.

Este modelo deixou grande prejuízo ao povo, pois durante este período, os princípios como impessoalidade, isonomia, publicidade, legalidade e indisponibilidade do interesse público, não foram respeitados pelo gestor, tendo como consequência o nepotismo, a corrupção, a prodigalidade do patrimônio público.

A administração patrimonialista, onde o patrimônio público e privado era embaraçado, e no qual foi determinada as monarquias absolutas, nela o rei tinha o Estado como bem próprio, existia o empreguismo, nepotismo e a corrupção como normas. Assim com o passar do tempo ela foi substituída pela burocrática.

Até nos dias de hoje se faz presente uma gestão patrimonialista disfarçada em diversos órgãos do setor público, onde maus gestores realizam esta pratica, para conseguirem vantagens pessoais, desvios de recursos e o nepotismo.

O Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (1995, p. 15) indica que a administração burocrática surge:

Na época do Estado liberal, como forma de combater a corrupção e o nepotismo patrimonialista. Constituem princípios orientadores do seu desenvolvimento a profissionalização, a ideia de carreira, a hierarquia funcional, a impessoalidade, o formalismo, em síntese, o poder racional-legal.

No Brasil no ano de 1936 aconteceu a primeira reforma, que foi a burocrática. Já em 1967 ocorreu uma experiência de desburocratização e descentralização, e quando consideramos que está última citada merece este nome, determina-se como a terceira reestruturação a feita pelo presidente da república Fernando Henrique Cardoso (FHC) no ano de 1995.

Pereira e Spink (2005, p. 241) mencionam que para se substituir o patrimonialismo a burocrática surgiu:

A administração pública burocrática foi adotada em substituição à administração patrimonialista, que definiu as monarquias absolutas e na qual o patrimônio público e o privado eram confundidos. Nesse tipo de administração, o Estado era entendido como propriedade do rei. O nepotismo e o empreguismo, senão a corrupção, eram a norma.

A gestão burocrática foi criada e passou a ser utilizada diante do advento do capitalismo e a urgência de corrigir as consequências maléficas herdadas do anterior modelo, como nepotismo e corrupção.

Na burocrática é realizada a separação e a distinção entre o patrimônio privado e o público, tendo como objetivo a proteção dos recursos públicos, e também sobre os interesses de todos. Durante este período foram realizados o controle dos procedimentos, e dos atos administrativos e o formalismo em demasia.

A administração pública burocrática clássica foi adotada porque era uma alternativa muito superior à administração patrimonialista do Estado. Entretanto o pressuposto de eficiência em que se baseava não se revelou real. No momento em que o pequeno Estado liberal do século XIX deu definitivamente lugar ao grande Estado social e econômico do século XX, verificou-se que não garantia nem rapidez, nem boa qualidade nem custo baixo para os serviços prestados ao público. Na verdade, a administração burocrática é lenta, cara, auto referida, pouco ou nada orientada para o atendimento das demandas dos cidadãos. (PEREIRA, 1996, p. 5).

Ao longo desta administração há um cuidado demasiado com os controles administrativos prévios, tendo como intenção o combate a fraudes e corrupções dentro do setor público. Mesmo contidas algumas práticas erradas que eram realizadas na anterior, tem muito a se melhorar, pois a máquina pública ainda demonstra lentidão e ineficiência, as exigências sociais não são efetivadas, onde acaba como a qualidade dos serviços, não sendo uma característica perceptiva desta época.

Perez (2004, p.46) pontua como este modelo se baseia em três pilares, são eles:

Burocracia, eficiência e legitimidade. A burocracia propõe-se a garantir a autonomia da administração em relação à sociedade, distanciando-a dos conflitos sociais e políticos e proporcionando aos administradores uma gestão técnica e profissional dos serviços públicos. Legitima-se pela atuação racional, previsível e segura pautada no estrito cumprimento da lei e tutelada por um sistema de controles internos e externos, que leva à eficiência da

atuação administrativa conduzindo à adesão, também racional, dos administradores aos comandos e programas, frutos desta atuação.

Figura 1 – Forma de organização burocrática



Fonte: Silva (2008, p. 148)

Durante um período houve várias tentativas de desburocratização e modernização do setor público, são elas: a formação de uma autarquia em 1967 e outras tentativas que aconteceram em 1938.

Como o estado passou por uma globalização e uma crise nos anos 80, acabou sofrendo também uma modificação no modelo de gestão pública, que passou a ser a administração pública gerencial.

Mesmo com todas estas tentativas citadas a cima, o que veio a ter maior relevância em relação à estabilização da reforma gerencial, foi a criação do Plano Diretor da Reformar do Aparelho do Estado (PDRAE).

É mencionado pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (BRASIL, 1995, p. 15) que a Administração Pública Gerencial:

Emerge na segunda metade do século XX, como resposta, de um lado, à expansão das funções econômicas e sociais do Estado, e, de outro, ao desenvolvimento tecnológico e à globalização da economia mundial, uma vez que ambos deixaram à mostra os problemas associados à adoção do modelo anterior.

Este modelo busca uma gestão pública que alcance qualidade, que seja eficiente, moderna e que se preocupe com a população, colocando-a em primeiro

lugar e se preocupando com a satisfação dela em relação aos serviços prestados pelo setor público.

Pereira (1996, p. 6) relaciona as principais características deste modelo de gestão, são elas:

(1) descentralização do ponto de vista político, transferindo recursos e atribuições para os níveis políticos regionais e locais; (2) descentralização administrativa, através da delegação de autoridade para os administradores públicos transformados em gerentes crescentemente autônomos; (3) organizações com poucos níveis hierárquicos ao invés de piramidal, (4) pressuposto da confiança limitada e não da desconfiança total; (5) controle por resultados, a posteriori, ao invés do controle rígido, passo a passo, dos processos administrativos; e (6) administração voltada para o atendimento do cidadão, ao invés de auto referida.

Depois da constituição de 1988 principalmente, o país vem passando por uma descentralização político-administrativa, vinda do âmbito federal para os estados e municípios. Muito deles foram espaços de um processo onde o poder passou a ser descentralizado, no qual a participação popular foi muito significativa.

A partir desta mudança surgem atores que estavam escondidos, pois são realizados novos processos, e cada vez mais ocorre a divisão entre a sociedade formal e informal. Onde são exigidos novos métodos para a interpelação da luta de classes e para experiências de gestão pública, onde suplica um pensamento de mudança de Estado, onde estes sujeitos sociais e suas solicitações sejam integrados.

A administração pública gerencial retratada por Pereira (2011, p. 23):

Emergiu na segunda metade deste século como resposta à crise do Estado, como modo de enfrentar a crise fiscal, como estratégia para reduzir o custo e tornar mais eficiente a administração dos imensos serviços que cabiam ao Estado e como instrumento de proteção do patrimônio público [...]

Ela é caracterizada por controlar os gestores públicos através do contrato de gestão, é voltada para os indivíduos, também para busca por melhores resultados. Se pressupõe que todos os cidadãos que fazem parte deste meio são dignos de um grau de confiança limitado, como método, serve-se de desconcentração e do estímulo à inovação e criatividade.

Ao mesmo tempo que a administração pública burocrática mencionada por Pereira (2011) se baseia no processo, onde são definidos todos os procedimentos para que o pessoal seja contratado, e também para que seja realizada a compra de serviços e bens, havendo a busca pela satisfação das solicitações da população. Ela está voltada para os procedimentos, sem se importar com alta ineficiência existente,

porque acredita que para conter a corrupção e o nepotismo, esta é a maneira mais convicta.

Quadro 1 – Vertentes da Administração

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PATRIMONIALISTA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BUROCRÁTICA	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA GERENCIAL
Existia um controle político.	Os processos eram controlados.	Controle dos resultados.
Embaciamento e ausência de responsabilização.	Os atos são publicados.	A responsabilidade é horizontal e vertical.
Indecisão dos limites do público e do privado.	A administração e a política foram separadas.	Reforma administrativa; inserção de novos atores; desconcentração do Estado.

Fonte: elaborado pelo autor (2016)

Buscando uma participação da população nas decisões políticas e administrativas do estado, se criou o modelo de gestão democrática participativa, colocando os cidadãos para serem agentes atuantes na escolha das prioridades do governo, e não somente acatar o que seria decidido pelos governantes.

Perez (2004, p.211) indica no seu pensamento que “a administração participativa representa uma reação ao imobilismo e a lentidão burocrática, pois a participação, quando corretamente inserida no processo decisório, impulsiona a administração à ação, ao mesmo tempo em que legitima a atuação administrativa”.

Este modelo é um desmembramento da gestão gerencial, diferenciando-se dela em questão da participação da sociedade, pois o anterior, primeiramente realiza os serviços e prioriza o que os governantes acham que deve ser, para em seguida procurarem saber a opinião do povo, por meio de serviços de ouvidoria ou os Serviços de Atendimento ao Cliente (SAC), já este modelo continua utilizando estas práticas, mas além disso, a população pode escolher antes como as políticas públicas deverão ser realizadas.

A gestão democrática participativa mencionada por Perez (2004, p.211) possibilita “a construção de uma relação administração-cidadão pautada na

colaboração, informação, transparência e garantia de direitos dos administradores, o que proporciona a simplificação do acesso aos serviços públicos e à qualidade do mesmo”.

Neste modelo o gestor tem a magnanimidade de escolher qual instrumento de participação, que irá utilizar durante sua gestão, onde ele deverá incentivar a participação popular, durante o processo de escolha das políticas públicas e o controle delas por meio de uma estruturação dos meios de tomada de decisão.

3 ORÇAMENTO PÚBLICO: evidências e princípios

No final da década de 70 deu-se início no Brasil, a utilização de métodos de participação social e controle do Orçamento Público. Sendo que nesta época estas experiências não eram denominadas como Orçamento Participativo.

3.1 Conceito

Primeiramente é importante ressaltar o conceito: “Em termos simples, o Orçamento Público reúne, de forma sistemática e organizada, todas as receitas estimadas para determinado ano e o detalhamento das despesas que o governo espera executar [...]”. (SANTOS, 2011, p. 20).

O orçamento público é um instrumento de planejamento e controle que deve conter todas as despesas e receitas do governo e a sua elaboração deve seguir as regras que são expostas pelos princípios do mesmo.

O Ministério do Planejamento e Orçamento descreve que “O Orçamento é uma prévia autorização do Legislativo para que se realizem receitas e despesas de um ente público, obedecendo a um determinado período de tempo [...]”. (BRASIL, 2015, p.17).

É um documento que possui natureza legal, sendo que precisa ser aprovado por lei incluindo todas as previsões de receitas e o cômputo das despesas a serem executadas por um determinado Governo, durante um determinado período, na maior parte com duração de um ano.

A função principal do orçamento é o controle dos recursos com que a sociedade terá que contribuir para manter em funcionamento os serviços públicos necessários ao atendimento das necessidades econômicas e sociais da população, bem como da aplicação desses recursos por parte do Estado. (MARANHÃO, 2015, p. 17).

Para que serviços básicos, como educação, saúde, saneamento e etc, sejam executados pelo governo, por meio do orçamento público o mesmo determina qual o valor a sociedade deve colaborar para que eles sejam realizados.

No entanto, Santos (2011, p. 20) menciona que “[...] o orçamento não é apenas um instrumento contábil, mas fundamentalmente um instrumento político de alocação de recursos econômicos e sociais entre segmentos da sociedade [...]”.

O orçamento é a execução do planejamento, são peças inseparáveis para

que o funcionamento de uma organização seja garantido com eficiência e eficácia, sem serem realizados de maneira adequada não se consegue alcançar os objetivos da gestão.

3.2 Princípios orçamentários

Os princípios orçamentários são definidos da seguinte maneira por Carvalho (2007, p. 7) “são premissas e linhas norteadoras de ação a serem observadas na concepção da proposta de orçamento”. “Sua principal finalidade é disciplinar e orientar a ação dos governantes”.

Este trabalho descreve alguns princípios, pois eles têm o papel de orientar na criação do orçamento público. E sobre os mesmos devemos saber como serão formados da maneira adequada, para que seja realizado o controle e fiscalização popular de maneira eficaz sobre o orçamento.

3.2.1 Unidade ou Totalidade

Este princípio é definido por Giacomoni (2012, p. 63) determinando que “[...] o orçamento deve ser uno, isto é, cada unidade governamental deve possuir apenas um orçamento [...]”.

Quando se define este princípio, as definições dos autores se divergem. Enquanto para a explicação de um, ele deve ser visto do ponto de vista coletivo, já para outros deve estabelecer somente uma peça, estabelecendo as despesas e receitas do período financeiro.

Uma outra interpretação do princípio da unidade diz a respeito à unidade de caixa, que prevê o Caixa Único do Tesouro, [...] os valores arrecadados pelo governo devem ser contabilizados em uma única conta caixa, evitando-se, dessa forma, a existência de caixas paralelos, fracionados. (CARVALHO, 2007, p. 11).

Para se evitar desvios de dinheiro no governo, é utilizado somente uma única conta caixa, pois a partir do momento que permite a utilização de várias facilita a existência de caixas fracionados.

Jund (2008, p. 71) evidencia que “[...] o princípio da unidade segue a concepção de totalidade, determinando que todas as receitas e despesas, ainda que constantes de três peças orçamentárias distintas [...], devem constar de uma única (unidade) lei orçamentária, [...]”.

Este princípio reforça o que é dito pelo conceito de orçamento público, onde somente este documento deve conter todas as despesas e receitas públicas, mesmo que existe as outras peças orçamentárias.

3.2.2 Universalidade

Este princípio determina que todas as despesas e receitas devem ser incluídas no orçamento. Ele faz com que o Poder Legislativo consiga ter um controle da melhor maneira, sobre as operações financeiras que são executadas pelo Poder Executivo.

Giacomoni (2012, p. 66) pontua que o princípio da universalidade possibilita ao Legislativo:

- a) Conhecer a priori todas as receitas e despesas do governo e dar prévia autorização para respectiva arrecadação e realização;
- b) Impedir ao Executivo a realização de qualquer operação de receita e despesa sem prévia autorização parlamentar;
- c) Conhecer o exato volume global das despesas projetadas pelo governo, a fim de autorizar a cobrança dos tributos estritamente necessários para atendê-las.

É definido pelo art. 2º da Lei nº 4.320, de 1964 “a LOA de cada ente federado deverá conter todas as receitas e as despesas de todos os Poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo poder público”.

3.2.3 Orçamento Bruto

É indicado por Giacomoni (2012, p. 71) que esta regra “pretende: impedir a inclusão, no orçamento, de importâncias líquidas, isto é, a inclusão apenas do saldo positivo ou negativo resultante do confronto entre as receitas e as despesas de determinado serviço público”.

Ele principiou juntamente com o da universalidade. Determinando que na Lei Orçamentária, todas as despesas e receitas devem aparecer de acordo com seus máximos, não sendo permitida a realização de deduções.

3.2.4 Anualidade ou Periodicidade

Giacomoni (2012, p. 72) condiciona que “o orçamento público deve ser elaborado e autorizado para um período determinado, geralmente um ano”.

Este princípio determina que não se pode ultrapassar, um o período de um ano, para que o orçamento público seja realizado.

[...] no caso do Brasil, coincide com o ano civil. Ou seja: ele começa a ser executado em 1º de janeiro e é, necessariamente, encerrado em 31 de dezembro. [...] é possível afirmar que o exercício financeiro (período em que o orçamento é executado) é de 365 dias. (CARVALHO, 2007, p. 9).

Para todo ano é elaborado um orçamento, onde ele é feito durante o ano anterior ao do que ficará sendo executado. Sendo que durante o ano que o documento está sendo executado o governo só pode realizar o que está contido nele.

3.2.5 Da não afetação das receitas

Para Slomski (2003, p. 307) “esse princípio orçamentário é específico para a receita e determina que todas as receitas do Estado devem ser recolhidas ao caixa único do Tesouro, sem discriminação quanto à sua distinção”.

Todos as receitas adquiridas pelo Estado, possuem um único local, onde serão destinadas, que é caixa único do Tesouro, que foi determinado por este preceito.

Giacomoni (2012, p. 74) menciona que “Nenhuma parcela da receita geral poderá ser reservada ou comprometida para atender a certos e determinados gastos”.

É determinado por este princípio que não é permitido pegar parte da receita geral do governo, para se reservar ou compromete-la, para que determinados gastos sejam pagos.

3.2.6 Exclusividade

“A lei orçamentária deverá conter apenas matéria financeira, excluindo-se dela qualquer dispositivo estranho à estimativa da receita e à fixação da despesa para o próximo exercício”. (GIACOMONI, 2012, p. 78).

A maioria dos autores que falam sobre esta regra, determinam que a Lei Orçamentária só poderá englobar interesses relacionados à fixação das despesas e a previsão das receitas, com a exclusão de casos onde acontece a geração de crédito por adiantamento da receita.

3.2.7 Equilíbrio

Jund (2008, p. 74) pontua que este princípio “Parte da premissa, que em cada exercício financeiro, o montante da despesa não deve ultrapassar a receita prevista para o período”.

Este princípio afirma, que deve-se arrecadar mais do que os gastos realizados, e também não é para se recolher mais do que o inescusável para o subsídio das atividades que devem ser garantidas pelo Estado.

“[...] só é recomendável que se gaste aquilo que se tem. Assim o orçamento deve funcionar como uma ferramenta de planejamento real, contemplando gastos que serão realizados em função das receitas que serão arrecadadas”. (CARVALHO, 2007, p. 14).

A gestão não pode em hipótese alguma gastar o que não tem como pagar, para que não aconteça isso existe o princípio do equilíbrio, mas o que se vê na prática muito das vezes é os governos gastando a mais do que se pode pagar.

3.2.8 Publicidade

“O maior objetivo deste princípio é oferecer o caráter informacional aos atos públicos, na busca da tão propagada transparência dos gastos públicos”. (MOTA, 2004, p.37).

Este princípio permite que nada a respeito do orçamento público seja omitido pelos governantes, então por meio dele a sociedade civil sempre será mantida informada a respeito da realização e dos assuntos que contém neste documento.

O orçamento, para produzir efeitos, precisa ser publicado no Diário Oficial correspondente a cada esfera (a LOA da União, no DOU; do estado, no DOE; e do Município, no DOM). Caso o Município não possua Diário Oficial [...], o mesmo pode ser publicado em jornal local. (CARVALHO, 2007, p. 11).

Ele assegura que o orçamento público irá ser publicado, para que todos venham a ter fácil acesso a ele, onde todo corpo social irá poder tomar conhecimento dos objetivos do Estado que estão destrinchados neste documento.

3.2.9 Clareza

Jund (2008, p. 76) afirma que “Este princípio visa à compreensão do orçamento como instrumento de múltiplas funções que pode ser visto de várias óticas ou dimensões, e que, não obstante todo seu rigor técnico [...]”.

Para que a população realize a fiscalização sobre execução do orçamento público, de maneira racional e com maior simplicidade, foi criada esta regra.

Kohama (2009, p. 42) observa que “[...] o orçamento deve ser expresso de forma clara ordenada e completa. Ressalta ainda que embora diga respeito ao caráter formal, tem grande importância para tornar o orçamento um instrumento eficiente do governo e administração”.

O orçamento deve ser apresentado de maneira mais clara possível, para que a sociedade civil consiga entender tudo o que é tratado neste documento sem dificuldades.

3.3 Receita Pública

A receita pública mencionada por Santos (2011, p. 49):

As receitas são recursos financeiros que o governo tem a sua disposição para pagar as despesas do governo”. [...] cinco origens principais, quais sejam:

- a) Arrecadação própria de receitas tributárias [...], de contribuições sociais e econômicas e de receitas patrimoniais, agropecuárias, industriais e de serviços.
- b) Receitas oriundas de operações de crédito [...].
- c) Receitas de transferências constitucionais.
- d) Receitas de transferências legais.
- e) Receitas de transferências voluntárias.

As despesas públicas precisam ser aplicadas e garantidas, e isso é feito pelos ingressos de caráter não devolutivos que constitui a receita pública. Assim, como todos os ingressos tem o objetivo de ajudar as despesas públicas, logo todo orçamentário é composto por uma receita.

Em primeira análise, a receita pública pode ser representada pelo conjunto de ingressos de recursos financeiros, os quais poderão ser aplicados na aquisição de bens e serviços, visando o financiamento de gastos públicos, tais como os recursos provenientes de impostos, de taxas, de contribuições, da prestação de serviços, da alienação de bens, da obtenção de empréstimos e outras fontes. Consideram-se, ainda, receita pública quaisquer valores financeiros que transitem pelos cofres públicos em virtude de leis e regulamentos [...]. (MOTA, 2004, p. 69).

Para se adquirir bens e serviços o governo utiliza as receitas públicas, que

são valores que entram nos cofres públicos por meio de leis e regulamentos para que o papel do governo seja realizado pela gestão.

3.4 Despesa Pública

É no orçamento que o cidadão identifica a destinação dos recursos que o governo recolhe a partir da cobrança de impostos. Nenhuma despesa pública pode ser realizada sem estar fixada no orçamento.

Conceitua-se como despesa pública o conjunto de dispêndios do Estado ou de outra pessoa de direito público a qualquer título, a fim de saldar gastos fixados na lei do orçamento ou em lei especial, visando à realização e ao funcionamento dos serviços públicos. (JUND, 2008, p. 201).

Quando o governo recolhe receitas, automaticamente ele irá utilizar o dinheiro do erário público, para que fins públicos sejam realizados isso é despesa pública.

“Isso significa que não é necessário haver desembolso para caracterizar a despesa. Regra geral é possível serem contabilizados milhões de reais em despesas sem ter havido pagamento algum. Ou seja, despesa não é sinônimo de pagamento”. (CARVALHO, 2007, p.39).

Figura 2 – Fluxograma das despesas públicas



Fonte: Jund (2008, p. 155)

As despesa públicas possuem sua natureza que é o desembolso dos

recursos que não possuem nenhuma correspondência com os anteriores, que estão fixados na lei orçamentária, onde eles são utilizados para que todos os gastos públicos sejam pagos, também é natureza a restituição dos recursos transitórios que ingressam no caixa do estado como receitas extras.

3.5 Gestão do Orçamento Participativo

A prática do OP estreita a relação ente gestores e os cidadãos, também possibilita que a população discuta com o Governo todas prioridades de distribuições e aplicação dos investimentos a serem realizados pela gestão.

O OP começou a ser utilizado no Brasil indicada por Fredozzi (2001, p.20) quando:

Destacou-se como uma política de gestão característica do PT, que teve notoriedade com sua instalação no município de Porto Alegre – RS. Porém, ainda sob a égide do regime militar, foram realizadas ações embrionárias deste instrumento de participação popular. Prova disto é que em meados da década de 70 alguns municípios, sob inspiração da idéia de redemocratização política, tiveram iniciativas de propiciar aos cidadãos deliberarem sobre algumas políticas públicas, como exemplo pode-se citar o município de Lages - SC e Boa Esperança – SP, mas estas ações não obtiverem seguimento e nem grandes repercussões, sendo casos isolados e com pouco registro. Ao contrário do que aconteceu em Porto Alegre – RS, que proporcionou a disseminação desta política de gestão para todas as regiões do país, mesmo porque o cenário político, com a Constituição Federal de 1988 e a consagração da democracia, era mais apropriado.

Como a cidade de Porto Alegre foi a primeira a implantar o OP no Brasil, o seu modelo serviu e serve até hoje como espelho e inspiração para outras gestões realizar também em seus municípios ou estados esta pratica baseada na inicial.

O tipo de Orçamento descrito por Gomes (2004, p. 27) “[...] proporciona a qualquer cidadão um contato direto com os gestores da sua cidade, apontando, assim, suas necessidades mais relevantes. [...] orienta, educa e exercita a cidadania de uma massa da sociedade, gigante por sinal, discriminada, esquecida e ignorada”.

Para o indivíduo participar deste processo de decisão ele deve estar informado sobre a dinâmica do orçamento participativo. Assim, primeiramente ele deve entender a importância da sua participação enquanto cidadão durante este momento, decidindo com o coletivo o que será priorizado pelo governo.

Pires (2001, p.35) menciona que “[...] nele, não somente os parlamentares devem participar das decisões sobre finanças e políticas públicas: a população organizada, a sociedade civil assume papel ativo, passa a ser agente e não mero

paciente”.

Durante a realização deste processo a sociedade civil participa diretamente das decisões sobre as prioridades de investimentos que o governo deve realizar, onde ela decide junto com os governantes.

“O Orçamento Participativo não implica no abandono das metodologias do Orçamento-Programa ou do Orçamento Democrático”. “Ele só não é compatível com o Orçamento tradicional”. (PIRES, 2001, p.35).

Ele promove ativamente a participação da sociedade civil organizada, de maneira que as prioridades são decididas de baixo para cima. A população é o responsável por definir as suas necessidades no contexto territorial.

A gestão democrática realiza diversas práticas de democracia, a partir da participação popular nos processos de construção e execução orçamentaria nas entidades públicas, onde o Orçamento Participativo é uma dessas atividades.

Acredita-se que o processo de transformação de uma sociedade, onde as políticas sócias são priorizadas pela própria população, ocorrem de fato a melhoria da qualidade de vida da mesma. Outro fator significativo para este processo é o controle social.

Santos (2011, p. 80) evidencia que “O Brasil foi um dos primeiros países a instituir o Orçamento Participativo [...], cujos bons resultados acabaram nos tornando referência mundial nessa prática”.

A primeira cidade a realizar, foi Porto Alegre, no ano de 1989, realizou-se uma inédita maneira de elaborar e monitorar o orçamento público, sendo que este processo foi denominado de Orçamento Participativo. Isto se deu em função de que a composição dos partidos da época, tinha o compromisso firmado com a população, de democratizar a cidade por meio de uma participação ativa da sociedade civil.

Santos (2011, p. 80) afirma que “[...] não há uma receita única de como implantar o orçamento participativo em um município brasileiro”.

Cada estado ou município que realiza o orçamento participativo, implanta este instrumento da maneira que acredita que seja a melhor e a que mais se adéque com com a sua gestão.

Apesar de serem encontrados no sistema jurídico brasileiro, novos canais que viabilizam a integração entre representantes e representados de forma mais efetiva, o que se percebe, é que o exercício da cidadania está delimitado ao direito de votar e ser votado. (FONSECA, 2009, p. 14).

Na implantação do OP a população é levada a refletir sobre o verdadeiro papel do cidadão na sociedade. Não só na escolha dos representantes políticos, no exercício voto, mas principalmente nas escolhas das políticas públicas que assegurem o pleno desenvolvimento, enquanto indivíduo participante de todo processo público no exercício da sua cidadania.

“Em linhas gerais, o orçamento participativo tem como mecanismo de ação a participação da população na elaboração e execução do orçamento público, especialmente na escolha das prioridades dos investimentos municipais”. (FREDOZZI, 2001, p. 22)

A população deve aproveitar da melhor maneira possível este momento, pois o poder de decisão está em suas mãos, e não existe ninguém mais capacitado do que o povo para definir as demandas sociais da sua região.

4 MODELAGME DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DO ESTADO DO MARANHÃO

Apresenta uma dimensão mobilizadora e pedagógica, pautado na participação popular, como processo fundamental para mudança da realidade social do Estado do Maranhão.

4.1 A implantação do orçamento participativo no Maranhão

Este instrumento foi implantado pela primeira vez no Estado do Maranhão em 2015, logo após a vitória da coligação constituída pelo PC do B, PSDB, PP, SD, PROS, PSB, PDT, PTC e PPS nas eleições de governador no ano anterior, a partir de um compromisso que foi firmado com a população durante a campanha eleitoral.

No primeiro ano de mandato do governador Flavio Dino, este compromisso citado acima foi iniciado, sendo realizadas ações de mobilização social, com objetivo de divulgar a importância da participação popular no processo de elaboração do orçamento participativo, em todas as regiões do estado.

O processo é conduzido pela Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP) e a Secretaria Estadual de Planejamento e Orçamento (SEPLAN). Em parceria com as secretarias de estado de Educação (SEDUC), de Governo (SEGOV), Extraordinária da Juventude (SEEJUV), Extraordinária de Igualdade Racial (SEIR), as agências estaduais de Pesquisa Agropecuária e de Extensão Rural do Maranhão (AGERP), de Defesa Agropecuária do Maranhão (AGED), Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Maranhão (FETAEMA), Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDES), Secretaria de Comunicação Social e Assuntos Políticos (SECAP), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Secretaria de Educação de Alcântara, Instituto de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON), as secretarias e coordenadorias de juventude de Timon, Urbano Santos e São João dos patos.

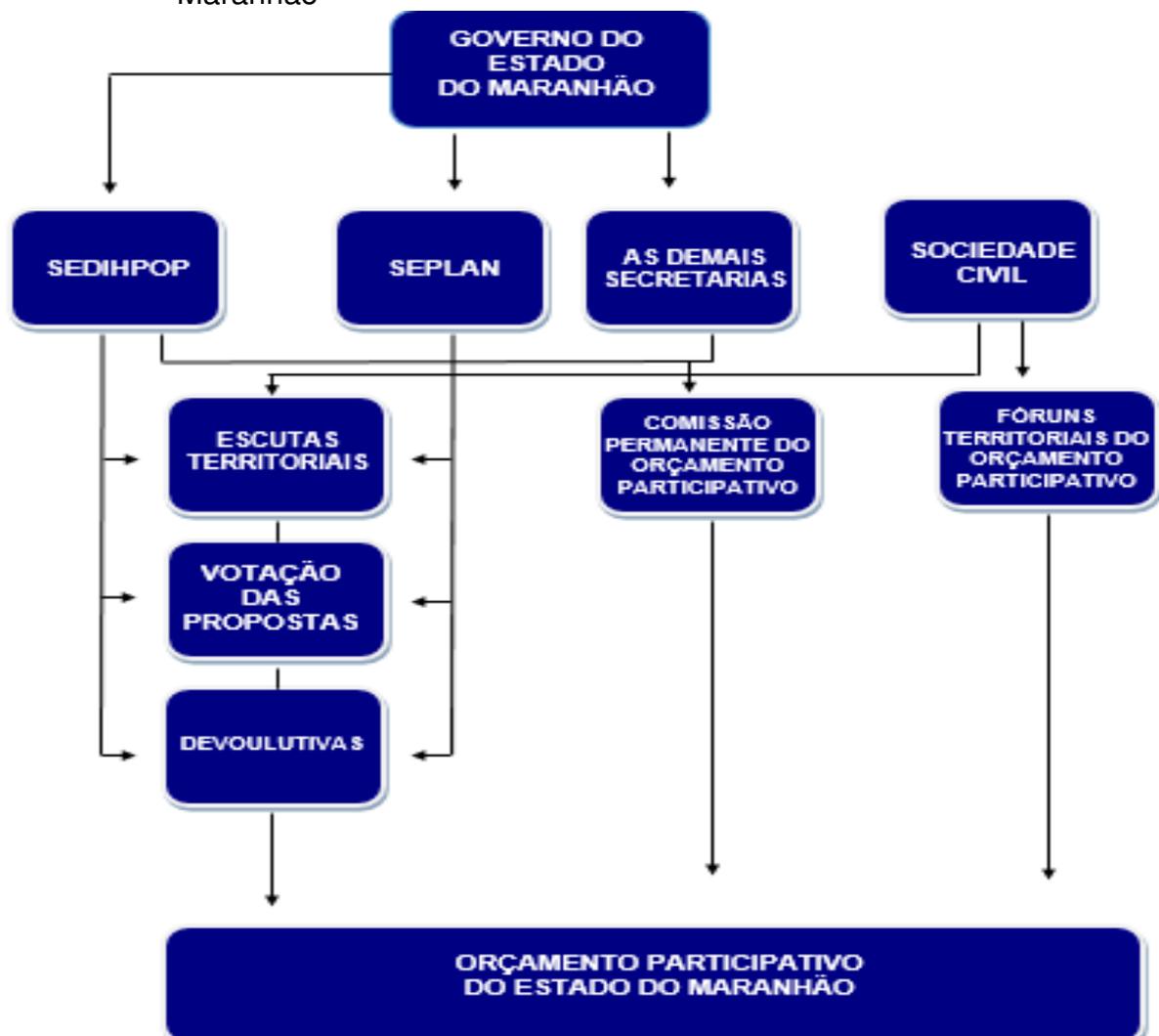
Um maior conhecimento das ferramentas e da gestão pública, em relação ao orçamento é efetuado, também a equidade social é garantida, a partir da participação da população na ação de priorização de suas principais demandas.

A metodologia do Orçamento Participativo do Estado do Maranhão foi elaborada em sua essência através da participação da sociedade civil, em parceria com os movimentos sociais e organizações do estado, por meio de procedimentos mobilizadores, com o propósito de que o protagonismo da população seja fortalecido na descrição das políticas públicas.

A SEDIHPOP ficou incumbida no primeiro momento, pela dinâmica de participação popular, já a SEPLAN ficou encarregada dos instrumentos técnicos que fazem parte da estruturação orçamentária.

O processo de participação popular nas decisões das prioridades de investimentos que deverão conter no orçamento do governo, ocorre em três etapas, são elas: **escutas territoriais, votação das propostas e devolutivas.**

Figura 3 – Fluxograma da realização do orçamento participativo no Estado do Maranhão



Fonte: elaborada pelo autor (2016)

4.1.1 Divisão territorial

A divisão do Estado deu-se da seguinte forma (MARANHÃO, 2016) o estado é dividido em quinze territórios, para que aconteçam as etapas citadas acima e o governo consiga ouvir a população. Esta organização foi feita de acordo com os critérios de regionalização dos Territórios da Cidadania.

Quadro 2 – Territórios, escutas e municípios respectivos

<p>TERRITÓRIO COCAIS Cidade Pólo: Caxias</p> <p>Buriti Bravo, Lagoa do Mato, São João do Soter, Afonso Cunha, Aldeias Altas, Caxias, Codó, Coelho Neto, Coroatá, Duque Bacelar, Fortuna, Matões, Parnarama, Peritoró, Senador Alexandre Costa, Timbiras e Timon.</p>	<p>TERRITÓRIO BAIXADA OCIDENTAL Cidade Pólo: Pinheiro</p> <p>Alcântara, Apicum-Açu, Bacuri, Bacurituba, Bequimão, Cajapió, Cedral, Central do Maranhão, Cururupu, Guimarães, Mirinzal, Peri Mirim, Pinheiro, Porto Rico do Maranhão, Presidente Sarney, Santa Helena, Serrano do Maranhão, Turiaçu e Turilândia.</p>
<p>TERRITÓRIO CERRADO AMAZÔNICO Cidade Pólo: Imperatriz</p> <p>Açailândia, Amarante do Maranhão, Arame, Bom Jesus das Selvas, Buritirana, Campestre do Maranhão, Cidelândia, Davinópolis, Estreito, Gov. Edson Lobão, Itinga, João Lisboa, Lajeado Novo, Montes Altos, Porto Franco, Ribamar Fiquene, São Francisco do Brejão, São João do Paraíso, São Pedro da Água Branca, Senador La Roque, Sítio Novo e Vila Nova dos Martírios, Imperatriz</p>	<p>TERRITÓRIO CENTRO MARANHENSE Cidade Pólo: Grajaú</p> <p>Barra do Corda, Fernando Falcão, Itaipava do Grajaú, Grajaú, Jenipapo dos Vieiras.</p>
<p>TERRITÓRIO VALE DO MEARIM Cidade Pólo: Bacabal</p> <p>Altamira, Alto Alegre do Maranhão, Bacabal, Bom Lugar, Brejo De Areia, Conceição Do Lago Açu, Lago Verde, Lagoa Grande, Marajá do Sena, Olho D'água das Cunhãs, Paulo Ramos, Pio XII, São Mateus, Satubinha, Vitorino Freire</p>	<p>TERRITÓRIO ALTO TURI GURUPI Cidade Pólo: Zé Doca</p> <p>Amapá do Maranhão, Governador Newton Bello, Araganã, Boa Vista do Gurupi, Cândido Mendes, Carutapera, Centro do Guilherme, Centro Novo do Maranhão, Godofredo Viana, Governador Nunes Freire, Junco do Maranhão, Luís Domingues, Maracaçumé, Maranhãozinho, Nova Olinda do Maranhão, Presidente Médici, Santa Luzia do Paruá e Zé Doca.</p>
<p>TERRITÓRIO CERRADO SUL Cidade Pólo: Balsas</p> <p>Alto Parnaíba, Balsas, Benedito Leite, Carolina, Feira Nova, Formosa da Serra Negra, Fortaleza dos Nogueiras, Loreto, Nova Colinas, Pastos Bons, Riachão, Sambaíba, São Domingos do Azeitão, São Felix de Balsas, São Pedro dos Crentes, São Raimundo das Mangabeiras, Tasso Fragoso, Balsas</p>	<p>TERRITÓRIO MÉDIO MEARIM Cidades Pólo: Lago da Pedra e Pedreiras</p> <p>Bernardo do Mearim, Capinzal do Norte, Lima Campos, Santo Antônio dos Lopes, Esperantinópolis, Igarapé Grande, Joselândia, Lago da Pedra, Lago do Junco, Lago dos Rodrigues, Pedreiras, Poção de Pedras, São Luís Gonzaga do Maranhão, São Raimundo do Doca Bezerra, São Roberto e Trizidela do Vale.</p>
<p>TERRITÓRIO BAIXO PARNAÍBA Cidade Pólo: Chapadinha</p> <p>Mata Roma, Água Doce do Maranhão, Anapurus, Araisos, Belágua, Brejo, Buriti, Chapadinha, Magalhães de Almeida, Milagres do Maranhão, Santa Quitéria do Maranhão, Santana do Maranhão, São Benedito do Rio</p>	<p>TERRITÓRIO VALE DO PINDARÉ Cidade Pólo: Santa Inês</p> <p>Monção, Alto Alegre do Pindaré, Bela Vista, Tufilândia, Bom Jardim, São João do Caru, Buriticupu, Santa Luzia, Igarapé do Meio, Santa Inês</p>

Preto, São Bernardo, Tutóia e Urbano Santos.	
TERRITÓRIO SERTÃO DO MARANHÃO Cidade Pólo: Colinas	TERRITÓRIO CAMPOS E LAGOS Cidade Pólo: Viana
Barão de Grajaú, Colinas, Dom Pedro, Gov. Luís Rocha, Gov. Eugenio Barros, Graça Aranha, Gonçalves Dias, Gov. Archer, Jatobá, Nova Iorque, Pres. Dutra, Pastos Bons, Passagem Franca, Paraibano, São José dos Basílios, São João dos Patos, São Domingos, Sucupira do Riachão, Sucupira do Norte, Mirador, Santa Filomena, Tuntum, Colinas.	Arari, Cajari, Matinha, Olinda Nova do Maranhão, Palmeirândia, Pedro do Rosário, Penalva, São Bento, São João Batista, São Vicente Ferrer, Viana e Vitória do Mearim.
TERRITÓRIO VALE DO ITAPECURU Cidade Pólo: Itapecuru	TERRITÓRIO LENÇÓIS MUNIM Cidade Pólo: Barreirinhas
Anajatuba, Cantanhede, Itapecuru Mirim , Matões do Norte, Miranda do Norte, Nina Rodrigues, Pirapemas, Presidente Vargas, Santa Rita e Vargem Grande.	Axixá, Bacabeira, Barreirinhas , Cachoeira Grande, Humberto de Campos, Icatu, Morros, Paulino Neves, Presidente Juscelino, Primeira Cruz, Rosário e Santo Amaro do Maranhão.
TERRITÓRIO METROPOLITANO Cidade Pólo: São Luís	
São Luís , Raposa, Paço do Lumiar e São José de Ribamar	

Fonte: Maranhão (2016)

4.1.2 Escutas territoriais

Esta etapa é primeira do processo, concretiza-se o contato direto com a sociedade civil. Acontecem em todos os territórios, com objetivo de facilitar a relação entre a população e o governo. São eventos que dão a oportunidade ao povo de identificar as necessidades da sua região, possibilitando à mesma tomada de decisão das prioridades de investimentos público a serem concretizados pelo governo.

As escutas territoriais são descritas como eventos presenciais realizados com o objetivo de colher contribuições da população para composição da Lei Orçamentária Anual (LOA), em 2015 foram colhidas propostas para o Plano Plurianual (PPA) 2016-2019". (MARANHÃO, 2016).

Durante este momento a população maranhense, consegue elaborar um conjunto de propostas e procedimentos para as peças orçamentárias, avaliam a utilização dos recursos públicos e apontam os problemas e necessidades da sua região e do estado como um todo.

4.1.3 Votação das propostas

Nesta etapa é realizada a votação das propostas que foram escolhidas na etapa anterior, após a votação elas serão alocadas como prioridade do governo.

A proposta que receber a maior quantidade de votos em cada território, será considerada eleita, e contemplada na LOA. Com exceção do território

metropolitano, por ser a maior região, escolhe duas propostas.

O pleito é realizado pela Plataforma Digital Participa MA, este meio possibilita fácil acesso dos cidadãos, no momento da escolha da melhor proposta para sua região. Bem como no monitoramento das ações do orçamento a serem realizadas pelo governo (ANEXO I).

Para as pessoas que não possuem acesso à internet, são acordadas parcerias com organizações da sociedade civil, que asseguram o direito de voto desta parte da população.

4.1.4 As devolutivas

Esta é a última etapa do processo de participação popular na elaboração do orçamento participativo, ela é presencial, com a finalidade de apresentar a sociedade, as propostas que foram escolhidas por cada território, após a votação.

A SEDIHPOP afirmou que as devolutivas:

Compõem o processo de consolidação do Orçamento Participativo, onde o governo confirma o compromisso, junto à população, de efetivar a transparência dos recursos públicos e o processo democrático no estado do Maranhão, pela via da participação popular. Essa etapa tem por objetivo oferecer subsídios para que a população possa monitorar os compromissos assumidos na construção de elaboração participativa do orçamento. (MARANHÃO, 2016, p. 59).

Todas as escolhas da população passam por um tratamento especial, onde elas serão transformadas na linguagem orçamentária, no qual é utilizada um instrumental “de-para”, que é a transformação da linguagem popular para linguagem orçamentária.

A SEDIHPOP (MARANHÃO, 2016) descreve que a linguagem do orçamento é particular, segue o formato do orçamento-programa, que é aplicado pela gestão pública com intenção de realizar uma avaliação interna, de acordo com

a perspectiva de eficiência e eficácia da execução, onde são estabelecidos parâmetros.

Esta etapa é realizada nos mesmos territórios que acontecem as escutas. É realizada pela SEDIHPOP uma mobilização para que a população participe desse momento. As instituições que devem se fazer presentes são a SEDIHPOP e a SEPLAN, e as demais que devem participar são as que principalmente tiverem demandas orçamentárias da sua área escolhidas.

4.1.5 Instâncias de controle social

Afim de assegurar que os recursos públicos, irão ser tratados com transparência, eficácia e eficiência, e que tenha sequência durante todo processo de gestão da esfera pública, criando-se assim uma cultura de valorização das políticas públicas. Fazendo com que ela se torne uma política de estado. Para isso acontecer é necessário que o desempenho de alguns instrumentos e das instâncias participativas sejam garantidos.

Para o alcance do objetivo proposto, foram criados a Comissão Permanente do Orçamento Participativo (COP) e os Fóruns Territorial do Orçamento Participativo.

4.1.5.1 Comissão Permanente do Orçamento Participativo (COP)

Em 29 de fevereiro de 2016, o governador Flavio Dino através do decreto Nº 31.519 criou a COP, com intuito que a intersectorialidade das propostas escolhidas pela população seja garantida no orçamento do estado do Maranhão (Anexo G).

Este grupo é formado por dois membros de cada secretaria, será um titular e o suplente, são elas: SEDIHPOP, SEPLAN, da Educação (SEDUC), da Saúde (SES), da Infraestrutura (SINFRA) e de Desenvolvimento Social (SEDES), o restante passa a participar na medida que uma demanda sua é solicitada.

A SEDIHPOP afirma que a Comissão possui o caráter de ser permanente, de consulta, monitoramento e avaliação, com as seguintes atribuições:

- Participar do processo de consultas populares nas regiões definidas para apresentação de demandas e monitoramento do OP;
- Identificar e disponibilizar informações dos programas e projetos de ação continuada existentes em seu órgão, que complementem e garantam

- a sustentabilidade das propostas priorizadas nas consultas populares;
- Contribuir com a sistematização das demandas territoriais de OP;
 - Monitorar a adequação da demanda territorial priorizada, no orçamento do órgão afim;
 - Fomentar criação de ação voltada para a participação popular, na construção orçamentária dos órgãos estaduais;
 - Acompanhar a execução das demandas populares orçadas e disponibilizar informações para a plataforma digital;
 - Planejar cursos e seminários de formação em participação popular, intersetorialidade e democratização dos recursos públicos;
 - Disponibilizar anualmente relatório da execução das prioridades definidas pela população, a fim de subsidiar a devolução presencial;
 - Contribuir com a elaboração da metodologia das avaliações participativas do PPA e novas prioridades anuais do OP. (MARANHÃO, 2016, p. 64).

Ela tem como finalidade assegurar que todas as propostas que foram escolhidas na fase da votação, sejam colocadas no orçamento do ano, e garantir que as obras sejam realizadas.

4.1.5.2 Fórum Territorial do Orçamento Participativo

Consiste em uma instância de monitoramento permanente, tendo como objetivo que a sociedade civil organizada controle as propostas e execução do orçamento participativo, acontecendo também um controle do diálogo com o governo por intermédio da SEDIHPOP e com a COP.

É apresentado à sociedade civil, pela SEDIHPOP um rascunho do seu regimento interno. Os representantes da população que é o Fórum Territorial de Orçamento Participativo do Maranhão, irá discutir e poderá fazer mudanças neste documento mantendo alguns itens que são específicos, em seguida após a aprovação enviará a SEDIHPOP a versão final, para que seja organizada e assistida.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Diehl e Tatim (2004, p.47) afirmam que a metodologia “é o estudo e a avaliação dos diversos métodos, com o propósito de identificar possibilidades e limitações no âmbito de sua aplicação no processo de pesquisa científica”.

Neste capítulo os fundamentos metodológicos serão expostos, com base na fundamentação teórica, que serviu como suporte para o estudo. O melhor meio para demonstrar o que pretende em um trabalho é a metodologia.

5.1 Tipo da pesquisa

Para que o trabalho fosse desenvolvido da melhor maneira possível, foi escolhido os tipos de pesquisa que mais se adequam com as propostas da pesquisa.

A pesquisa quanto a maneira que foi abordada utilizou características qualitativas e quantitativas. Pois, se teve preocupação com o contexto do objeto pesquisado, e se coletou e interpretou dados numéricos e utilizou estatística. Malhotra (2001, p.155) afirma que [...] “a pesquisa qualitativa proporciona uma melhor visão e compreensão do contexto do problema, enquanto a pesquisa quantitativa procura quantificar os dados e aplica alguma forma da análise estatística”.

Em relação a natureza da pesquisa, classifica-se como aplicada, já que tem seus objetivos voltados para o desenvolvimento de conhecimentos direcionados para a aplicação prática.

A natureza aplicada definida por Gerhardt e Silveira (2009, p. 35) “Objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais”.

Quanto aos objetivos a investigação é caracterizada como do tipo descritiva, por expor as características do orçamento. A pesquisa descritiva mencionada por Gil (2002, p. 41) “[...] têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”

Quanto aos procedimentos, a pesquisa se classifica como bibliográfica, documental e estudo de caso. Primeiramente foi realizado uma pesquisa bibliográfica, onde foram apurados dados e sobre o Orçamento Público Participativo, tendo como objetivo o alcance de um referencial teórico que forneça fundamentos

eficientes, para que o tema trabalhado fosse esmiuçado da melhor maneira possível. Em seguida foi efetuada cinco entrevistas com gestores da SEPLAN e SEDIHPOP. Na finalização foram analisados os dados obtidos na realização da pesquisa bibliográfica, nas entrevistas com os gestores e na aplicação dos questionários com equipe técnica.

5.2 Sujeitos da pesquisa

Os sujeitos da pesquisa foram todos os membros da SEPLAN e SEDIHPOP, que estão relacionados diretamente a execução do OP. Foram eles: Eduardo Beckman – Secretário Adjunto de Planejamento e Orçamento; Creuzamar de Pinho – Secretária Adjunta de Participação Popular; Gilvan Silva – Superintendente de Participação Popular; Elisângela Lima – Supervisora de Participação Popular e Arlete Serra – Supervisora de Planejamento e Orçamento. Com a intenção de obter informações suficientes para entendimento do Orçamento Participativo como modelo de Gestão Pública do Governo do Estado do Maranhão.

5.3 Local da pesquisa

O aprendizado foi realizado na SEPLAN e na SEDIHPOP, que estão localizadas no Edifício Nagib Haickel, Avenida Prof. Carlos Cunha, s/n, Calhau, São Luís – MA.

5.4 Universo e unidade de análise

Lakatos e Marconi (2003, p. 223) afirma que “[...] a delimitação do universo consiste em explicitar que pessoas ou coisas, fenômenos etc. Foram pesquisadas enumeradas suas características comuns, como por exemplo, sexo, faixa etária, organização a que pertencem, comunidade onde vivem e etc”.

O universo do estudo foram os gestores e equipe técnica do orçamento da SEPLAN e da SEDIHPOP. Contudo, a pesquisa teve como unidade análise os documentos pertencentes ao orçamento participativo, as entrevistas realizadas com cinco membros das duas secretarias que estão à frente do OP e vinte questionários aplicados com funcionários que já participaram da realização do OP.

5.5 Coleta e tratamento dos dados

Está coleta foi realizada na SEPLAN e na SEDIHPOP, através de um tipo de questionário com perguntas fechadas aplicado com vinte funcionários que já participaram da execução do OP, também foi realizado cinco entrevistas com cinco gestores das duas secretarias.

Também foram colhidos pelo meio documental e bibliográfico, onde se realizou pesquisa em documentos oficiais, livros, artigos acadêmicos e tese de doutorado. Buscou-se nestas pesquisas a compreensão a respeito da realização do OP do Estado do Maranhão.

O estudo utilizou a estatística descritiva para reunir e apresentar os dados obtidos na aplicação dos questionários. Já os dados das entrevistas que tiveram questões abertas foram tratadas pelo método comparativo. As informações foram expostas por meio de tabelas. As porcentagens servem como base para interpretação das respostas, comparações e análise das mesmas.

Também foi utilizada a escala de *Likert* para tratar os dados, com questões sendo distribuídas da seguinte forma: 1 concordo, 2 não concordo parcialmente, 3 indiferente, 4 concordo parcialmente, 5 concordo totalmente, onde retiramos uma média ponderada para se realizar a análise.

5.6 Limitação da pesquisa

A partir da escolha dos gestores e funcionários para serem entrevistados e questionados, considera-se uma limitação não poder entrevistar todos. Existe a possibilidade dos entrevistados terem fornecido respostas erradas, devido não querer ou não saber informar dados importantes da realização do OP.

A pesquisa teve a limitação de não ter conseguido entrevistar a população que participou do processo do OP, devido ao tempo curto de elaboração deste trabalho.

6 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

O Modelo de Gestão Democrática no Estado do Maranhão se manifesta em razão da implantação do orçamento participativo, que permite a presença direta dos cidadãos na elaboração, realização e fiscalização das políticas públicas.

Existem outros instrumentos de participação popular, que fazem parte da gestão pública, em concordância com o mencionado anteriormente, os governantes não têm a obrigação de implantar o orçamento participativo na sua gestão.

Dessa maneira, foi essencial dissertar a respeito da implantação do orçamento participativo e analisar dados e resultados do modelo de OP do Estado do Maranhão. Utilizado como instrumento do modelo de Gestão Pública Democrática.

Observou-se a importância da utilização OP pela gestão pública do Estado do Maranhão, os entrevistados consideraram que é de grande importância esse uso, pois fazer um planejamento só em gabinete, não dar para se identificar a necessidade real da população, que vive o dia a dia, sendo assim ninguém melhor do que eles para identificar suas necessidades.

A entrevistada Elisângela definiu como uma política nova a nível estadual, muito importante, pois traz a ideia da participação da população nas discussões acerca do orçamento público. Já o Secretário Adjunto da SEPLAN evidenciou que é importante realizar este processo, pois ele dar a oportunidade a todos a participarem da gestão pública, isso facilita que está gestão seja feita da melhor maneira possível.

Observou-se no orçamento participativo 2016, que foram realizadas 16 escutas, nas 15 regiões. O número de ecutas foi maior do que o de territórios, em função que no território do Medio Mearim aconteceram duas, uma com sede na cidade de Pedreiras e a outra em Lago da Pedra. Elas contaram com uma representação diversificada da sociedade civil organizada, cidadãos independentes e o poder público.

Verificou-se com o Superintendente de Participação Popular o motivo de ter acontecido duas escutas em um único território, ele condicionou que devido os municípios não terem entrado em acordo, o governador decidiu realizar as duas escutas.

O quadro subsequente divulga a divisão territorial definida, as datas e o número de participantes em cada escuta, da maneira presencial.

Quadro 3 – Municípios polos das Escutas Territoriais de PPA e Orçamento Participativo 2016

ESCUTAS/ Município	TERRITÓRIO	DATA	Nº PARTICIPANTES
Caxias	COCAIS	15/06/2015	130
Imperatriz	CERRADO AMAZÔNICO	15/06/2015	191
Bacabal	VALE DO MEARIM	17/06/2015	85
Balsas	CERRADO SUL	17/06/2015	113
Chapadinha	BAIXO PARNAÍBA	19/06/2015	210
Colinas	SERTÃO DO MARANHÃO	19/06/2015	174
Itapecuru	VALE DO ITAPECURU	25/06/2015	210
Pinheiro	BAIXADA OCIDENTAL	27/06/2015	153
Grajaú	CENTRO MARANHENSE	01/07/2015	198
Zé Doca	ALTO TURI/GURUPI	01/07/2015	167
Lago da Pedra	MÉDIO MEARIM	03/07/2015	200
Santa Inês	VALE DO PINDARÉ	03/07/2015	159
Pedreiras	MÉDIO MEARIM	04/07/2015	169
Viana	CAMPÓS E LAGOS	07/07/2015	156
Barreirinhas	LENÇÓIS MUNIM	10/07/2015	304
São Luís	METROPOLITANA	22/07/2015	463
TOTAL			3082

Fonte: Maranhão (2016)

As escutas territoriais que aconteceram no período de 15 de junho a 22 de julho de 2015, contaram com o um total de 3.082 participantes. Por ser um estado que tem sua população total na casa do 9 milhões, considera-se que a participação popular nesta etapa é muito baixa.

O território Metropolitano teve 463 representantes da sociedade civil, entre as regiões foi a com maior quantidade, já a com menor quantidade foi a do Vale do Mearim que só participaram 85 pessoas. A média de participantes das escutas foi de 192,62 cidadãos.

Constatou-se que o problema citado acima aconteceu devido a escuta ser realizada somente na cidade sede do território, por isso normalmente as pessoas que se faz presente são as que residem nesta cidade, as das demais, muito das vezes devido a problemas de deslocamento e a questão dos seus afazeres do dia impedem a sua participação. Observou-se também que a região metropolita teve a maior quantidade por ser a que possui a maior população, maior acesso as informações e os municípios que fazem parte estão mais próximos, mas considera-se muito baixa esta quantidade. Como afirmou o entrevistado Gilvan isso acontece

ainda devido a falta de incentivo e falhas por parte do governo, no processo de mobilização e divulgação.

Cada um dos territórios teve sua cidade sede, onde foi analisado as condições estruturais e a localização do município, para que a população participasse em maior quantidade possível e da melhor maneira.

Mesmo o Estado dando todo o suporte estrutural para realização deste processo, constatou-se que ainda não se alcançou uma quantidade de participação popular considerável durante o processo.

A problemática evidenciada anteriormente aconteceu em função de alguns fatores, identificados nas entrevistas, são eles: baixo conhecimento, onde a população não consegue identificar o seu papel no processo, mencionado pelo entrevistado Eduardo Beckman; pouca divulgação do trabalho e das obras que são frutos do OP, realizando isso faz com que a participação popular aumente, afirma Creuzamar de Pinho; já a supervisora da SEPLAN observou que a representatividade da sociedade civil e o setor empresarial é baixa durante o processo, para que isso seja mudado faz-se necessário uma maior divulgação do OP, incentivando cada vez mais a participação popular.

Para cada escuta foi elaborado um relatório, que contém informações a respeito do nome do território, cidade sede, local, data de realização, horário, municípios que participaram, composição da mesa de abertura, autoridades presentes, equipe da escuta, técnicos auxiliares e fotos (ANEXO D).

Constatou-se que há nos relatórios a falta de informação acerca das propostas e do que foi decidido nas escutas. Em função do disto quando pegamos os relatórios para serem analisados, não conseguimos obtermos as informações suficientes para uma melhor análise.

A votação para o orçamento participativo de 2016 aconteceu durante o período de 27 de julho a 07 de agosto de 2015. Onde cada território teve três propostas escolhidas na escuta para serem votadas, com exceção do metropolitano que teve sete propostas disponíveis (Anexo A).

O território metropolitano foi uma das exceções quanto ao processo de escolha das propostas que foram colocadas para serem votadas, pelo fato de ter o maior quantitativo populacional. O Médio Mearim como realizou duas escutas, pode escolher no total seis propostas para irem para plataforma, sendo que foram três em

cada.

Para as pessoas que não tinham acesso à internet, foi disponibilizado 261 pontos de votação, em parceria com organizações. Os espaços foram equipados com técnico responsável e computadores com acesso à internet (Anexo B).

Observou-se que o meio de votação pela internet apresentou dificuldades, muito das vezes por falta de sinal na região ou mesmo pela inexistência de acesso a ela. Para que este problema seja resolvido foi mencionado pela supervisora da SEDIHPOP que a solução seria firmar parcerias com outros órgãos públicos, como o Tribunal Regional Eleitoral (TRE), para que esta votação seja viabilizada com uma menor margem de problemas. Acredita-se que está seja uma boa alternativa, pois o TRE já possui experiência em processos de votação, assim daria todo suporte a SEDIHPOP e ainda contribuiria no processo de divulgação.

O crescimento da participação popular durante a realização do OP é significativo, o quadro a seguir demonstra o aumento da quantidade de pessoas que participaram entre a etapas das escutas e a de votação.

Quadro 4 – Levantamento da participação popular nas escutas territoriais e na votação

ESCUTAS	TERRITÓRIO	Nº PART. PRESENC.	Nº VOTANTES PLATAFORMA DIGITAL	VARIAÇÃO %
Caxias	Cocais	130	428	329,24
Imperatriz	Cerrado	191	1.306	683,77
Bacabal	Vale do Mearim	85	1.408	1656,47
Balsas	Cerrado Sul	113	499	441,59
Chapadinha	Baixo Parnaíba	210	343	163,33
Colinas	Sertão do Maranhão	174	688	395,40
Itapecuru	Vale do Itapecuru	210	1.111	529,05
Pinheiro	Baixada Ocidental	153	12.191	7967,97
Grajaú	Centro	198	637	321,72
Zé Doca	Alto Turi/Gurupi	167	701	419,76
Lago da Pedra	Médio Mearim	200	78	39
Santa Inês	Vale do Pindaré	159	844	530,82
Pedreiras	Médio Mearim	169	86	50,89
Viana	Campos e Lagos	156	278	178,20
Barreirinhas	Lençóis Munim	304	151	49,67
São Luís	Metropolitana	463	2.257	487,47
TOTAL		3082	23.006	746,46

Fonte: Maranhão (2016)

Considerando a análise da tabela acima, constata-se que a maioria das

regiões tiveram uma ampliação da participação popular de uma etapa para a outra, na média de 163 pessoas e com variação média de 46,65%. Sendo que aumento total teve uma variação de 746,46%. Somente no território Médio Mearim a participação popular na votação foi inferior à das escutas, onde elas tiveram variações negativas a de Lago da Pedra teve - 39% e em Pedreiras foi de - 50,89%, foram as menores variações entre todos territórios.

Verificou-se que o território do Vale do Mearim que teve a menor participação popular na escuta entre os territórios com 85 participantes, passou por uma mudança significativa, passando a ter 1.408 participantes na etapa de votação pela plataforma, com variação de 1.656,47% de uma etapa para outra.

O território que teve a maior variação e maior quantidade de participantes na etapa da votação foi o da Baixada Ocidental, com os respectivos números 12.191 e 7.967,97%. O com menores números foi o Território do Médio Mearim na escuta na cidade de Lago da Pedra, que teve a quantidade de pessoas que votaram de 78 e a variação de -39%

Acredita-se que a baixa na quantidade de participantes e com variação baixa diferente dos outros territórios, deu-se em função da dificuldade de acesso ao meio de votação. Fato este confirmado pelo Superintendente de Participação Popular.

Foi firmado um acordo de cooperação técnica entre Governo Federal e o Estadual, isso possibilitou que a escolha das propostas em 2015 fosse pela plataforma digital. Onde 23.006 participaram e escolheram 17 prioridades (Anexo C).

Observou-se que a quantidade das propostas escolhidas foi superior ao número dos territórios, cada região teve uma proposta escolhida, com exceção do Metropolitano que por ser maior escolheu duas, e do Médio Mearim que por ter tido duas escutas, também escolheu a mesma quantidade.

Após o resultado verificou-se que no OP 2016 solicitou demandas, para órgãos de demanda direta de investimento, com demandas complementares e as áreas que tiveram mais propostas escolhidas (Anexo E).

O quadro a seguir é uma análise da escolha das demandas observando as áreas que foram demandadas, os territórios que escolheram e as que tiveram mais propostas escolhidas.

Quadro 5 – As áreas que tiveram demandas escolhidas

ÁREAS	TERRITÓRIO	QUANTIDADE DE DEMANDAS
Educação	1. Baixo Parnaíba 2. Vale do Mearim 3. Cerrado Sul 4. Cerrado Amazônico 5. Centro Maranhense	5
Saneamento	1. Alto Turi Gurupi	1
Saúde	1. Vale do Pindaré 2. Médio Mearim (Lago da Pedra) 3. Médio Mearim (Pedreiras) 4. Baixada Ocidental 5. Sertão Maranhense 6. Lençóis Munin 7. Campos e Lagos 8. Vale do Itapecuru 9. Cocais	9
Trabalho e Renda	1. Metropolitano	1
Saúde e Assistência Social	1. Metropolitano	1

Fonte: elaborada pelo autor (2016)

Observou-se no quadro acima, que a área que teve mais propostas demandadas foi a da saúde, nove territórios escolheram uma demanda para o setor. Este resultado vem reforçar que a saúde necessita de mais investimentos no Estado do Maranhão, pois ela afeta diretamente a sociedade, no seu desenvolvimento pleno, impedindo o indivíduo de realizar suas atividades (estudo, trabalho, lazer e etc.), influenciando diretamente na qualidade de vida do mesmo.

Em segunda escolha ficou a área da educação com cinco demandas territorial, destaca-se que as áreas de trabalho e renda e Assistência social foram escolhidas somente pela região metropolitana.

Os dados expostos no quadro levaram-nos a fazer a seguinte reflexão, o desenvolvimento pleno de uma sociedade está associado ao fator educação, possibilitando aos indivíduos, a visualização das suas necessidades, de maneira abrangente e inter-relacionadas. Reivindicar, não de maneira paliativa e imediatista

suas necessidades, mas que venham intervir de fato na melhoria da qualidade de vida de todos a curto e longo prazo.

Durante o processo de realização do orçamento participativo de 2016, também foi realizado o “de-para” (Anexo F). Foi mencionado pelo Superintendente de Participação Popular que esse processo consiste na transformação da linguagem popular para uma linguagem mais técnica.

Observou-se que a realização desta etapa é de grande importância técnica, pois devido a sociedade civil não ter os conhecimentos orçamentários, quando escolhem as propostas trabalham em cima da linguagem comum, então faz-se necessário a realização dessa adequação.

O real papel das Instâncias de Controle Social foi questionado, a atribuição delas é de garantir que aconteça a participação popular e que ações sejam realizadas, durante todo o processo de elaboração do orçamento participativo, e que tenha sequência nos próximos anos. Para isso ocorrer é necessário que o desempenho de alguns instrumentos e das instâncias participativas sejam garantidas.

Observou-se que a Comissão Permanente do Orçamento Participativo vem cumprido com seu papel que é de acompanhamento e monitoramento das ações do OP, o Superintendente de Participação Popular informou que são realizadas reuniões bimestralmente, onde eles se reúnem para acompanhar e monitorar tudo que está sendo feito a partir da realização deste processo. Mas verificou-se uma diferença de respostas, quando perguntamos sobre isso na aplicação dos questionários, onde 25% não concordaram; 20% não concordaram parcialmente; 0% se posicionaram indiferentemente; 10% concordaram parcialmente e a maioria com 45% concordou totalmente com a finalidade desta comissão.

Verificou-se os resultados que já foram alcançados pela implantação do OP no Estado do Maranhão. O Secretário Adjunto de Planejamento e Orçamento pontuou as melhorias, nos seguintes aspectos, em nível de educação foi considerável o que já foi realizado, várias escolas já foram reformadas entregues a população, principalmente na região de Chapadinha, em nível da saúde o hospital de Caxias também foi entregue, o hospital de Lago da Pedra está em fase de construção, em nível de saneamento igualmente como os já citados teve várias obras concluídas. Já a Adjunta de Participação Popular considerou como avanço a descentralização das discussões, e o fato do governo se fazer presente na pessoa do governador, nos territórios para discutir em conjunto com a população, as prioridades de investimento que devem ser realizadas pelo governo. A supervisora e o superintendente de participação popular evidenciaram que o grande avanço foi a institucionalização do orçamento participativo por meio do decreto Nº 31.519, que criou a COP (ANEXO G).

O superintendente diferenciou-se ao considerar como avanços também a criação dos Fóruns Territorial do Orçamento Participativo e a situação que a sociedade já começou a se enxergar na realização das ações do OP.

Tabela 1 – Resultado dos questionários aplicados com os funcionários da SEPLAN e SEDIHPOP

Nº	Afirmativa	1 Não concordo	2	3	4	5 Concordo totalmente	Média
01	O orçamento público reúne, de forma sistemática e organizada, todas as receitas estimadas para determinado ano e o detalhamento das despesas que o governo espera executar	0 0%	0 0%	0 0%	8 40%	12 60%	4,6/5 92%
02	A utilização do orçamento participativo consegue alcançar o seu objetivo, que é de estreitar a relação ente gestores e os cidadãos, também possibilitar que a população discuta com o Governo todas prioridades de distribuições e aplicação dos investimentos a serem realizados pela gestão.	2 10%	0 0%	0 0%	6 30%	12 60%	4,3/5 86%
03	O orçamento participativo orienta, educa e exercita a cidadania de uma massa da sociedade, gigante por sinal, discriminada, esquecida e ignorada	0 0%	0 0%	0 0%	20 100%	0 0%	4/5 80%
04	Para a população participar deste momento de decisão ele deve estar preparado, assim, primeiramente ele deve entender qual a importância de se participar de um momento deste, onde irá decidir com todos o que	0 0%	0 0%	0 0%	7 35%	13 65%	4,65/5 93%

	vai ser priorizado pelo governo						
05	A gestão democrática realiza diversas práticas de democracia, a partir da participação popular nos processos de construção e execução orçamentaria nas entidades públicas, onde o Orçamento Participativo é uma dessas atividades	2 10%	0 0%	0 0%	5 25%	13 65%	4,35/5 87%
06	Já foram colhidos frutos em 2016 resultantes da utilização deste processo no Estado, como a reinauguração do Centro de Ensino São José, em São Mateus, em Caxias foi inaugurado o Hospital Macrorregional, já o Centro de Ensino Paulo Ramos, em Chapadinha passou por uma adequação e reforma	0 0%	0 0%	0 0%	8 40%	12 60%	4,6/5 92%
07	As duas áreas mais escolhida das propostas que devem ser priorizadas pelo governo, foram primeiramente saúde, com a maior quantidade e em segundo educação	3 15%	3 15%	0 0%	5 25%	9 45%	3,7/5 74%
08	O orçamento participativo foi implantado pela primeira vez no Maranhão em 2015, a partir de uma promessa de campanha do governador Flavio Dino, onde foram realizadas ações de mobilizações social a respeito da importância da participação popular na	4 20%	4 20%	0 0%	5 25%	7 35%	3,35/5 67%

	elaboração do orçamento participativo, nas regiões do estado						
09	Na realização do orçamento participativo no Maranhão, primeiramente são realizadas as escutas territoriais em cada região, estes eventos dão a oportunidade ao povo na tomada de decisão, das prioridades de investimentos públicos e na identificação das necessidades da sua região	0 0%	0 0%	0 0%	9 45%	11 55%	4,55/5 91%
10	Depois da escolha das propostas na primeira etapa, elas serão colocadas para votação da população, a que receber a maior quantidade de votos em cada território, será considerada eleita, logo, irá ser colocada no orçamento do ano	3 15%	0 0%	0 0%	4 20%	13 65%	4,2/5 84%
11	A última etapa é as devolutivas que tem a finalidade de apresentar a sociedade, as propostas que foram escolhidas por cada território. Elas serão sistematizadas pela equipe da SEPLAN, e quando chega nas devolutivas elas já foram apresentadas ao legislativo para que sejam votadas	5 25%	0 0%	0 0%	11 55%	4 20%	3,45/5 69%
12	As instâncias de controle social foram criadas, para que aconteça a participação popular, durante a	5 25%	2 10%	0 0%	9 45%	4 20%	3,25/5 65%

	elaboração do orçamento participativo, e que tenha sequencia nos próximos anos. Elas têm a finalidade de assegurar que os recursos públicos, irão ser tratados de acordo com uma política com transparência, eficácia e eficiência, e que esta pratica continue por vários anos						
13	Foi criado a Comissão Permanente do Orçamento Participativo, que tem como finalidade assegurar que todas as propostas que foram escolhidas na fase da votação, sejam consolidadas	5 25%	4 20%	0 0%	2 10%	9 45%	3,3/5 66%
14	A outra instância criada foi o Fórum Territorial do Orçamento Participativo, que tem como finalidade o monitoramento permanente, tendo como objetivo que a sociedade civil organizada controle as propostas e execução do orçamento participativo, acontecendo também um controle do diálogo com o governo por intermédio da SEDIHPOP e com a Comissão Permanente do Orçamento Participativo	4 20%	4 20%	4 20%	2 10%	6 30%	3,1/5 62%

Fonte: Elaborada pelo autor (2016)

Aplicou-se vinte questionários junto aos funcionários que fazem parte do quadro técnico e gestores da SEPLAN e SEDIHPOP que já participaram e participam do processo de elaboração do orçamento participativo, os dados colhidos foram tabulados e apresentado em forma tabela, com o objetivo de analisarmos e ao

mesmo tempo expor os resultados da pesquisa.

Os funcionários da SEPLAN e SEDIHPOP entrevistados concordaram que o orçamento público reúne de uma maneira sistemática e regular, a estimativa de todas as receitas que são determinadas para um período de um ano e o detalhamento das despesas que o governo espera realizar.

Identificou-se que 60% dos entrevistados concordaram totalmente com a primeira afirmativa, nenhum se posicionou de maneira contrária ou indiferente a situação. A média das respostas alcançou 4,6, representando um índice de 92%. Isto significa que, a partir da média das respostas, é possível identificar que a opinião dos respondentes está posicionada entre as opções concordo parcialmente e concordo totalmente. Assim, alguns pontos desta afirmativa não agradam certa quantidade de participantes da pesquisa.

Na afirmativa que relata que o Orçamento Participativo consegue alcançar o seu objetivo, que é de estreitar a relação entre gestores e os cidadãos, e que também possibilita que a população discuta com o governo todas as prioridades de distribuição e aplicação dos investimentos a serem realizados pela gestão. Nesta a maioria dos colaboradores que participaram da entrevista concordaram.

Durante esta pesquisa 10% do grupo entrevistado discordou totalmente do enunciado, já as pessoas que concordaram ficaram divididas da seguinte maneira: 30%, parcialmente e 60%, totalmente. A média das respostas desta questão ficou em 4,3 e a porcentagem que representa esta média é 86%. Em paralelo com a afirmativa anterior, alguns pontos desta afirmação não se encaixam na opinião de algumas pessoas, por outro lado, para um pequeno grupo o orçamento participativo não é uma maneira de estreitar relações entre gestores e cidadãos. É possível que também haja pessoas que veem aspectos a melhorar na forma como se utiliza esta metodologia.

Destaca-se que 100% dos participantes que responderam o questionário, concordaram parcialmente com a afirmação que diz que o orçamento participativo orienta, educa e exercita a cidadania de uma massa da sociedade, gigante por sinal, discriminada, esquecida e ignorada. Segundo a média de 4 e porcentagem representativa de 80%, este tipo de orçamento não educa totalmente a massa da sociedade para o qual é elaborado. Nota-se que este método não está alcançando o objetivo de instruir a sociedade participante de seu processo, na visão dos funcionários.

Os integrantes das secretarias que participaram da pesquisa, na maioria de 65% concordaram totalmente e a outra parte com 35% concordou parcialmente, com que diz a respeito do que a população precisa fazer para participar da realização do orçamento participativo, primeiramente o cidadão deve entender qual a importância de se participar de um momento deste, onde irá decidir com todos o que vai ser priorizado pelo governo.

A maioria dos funcionários que participaram concordaram totalmente com o percentual de 65%, com a declaração que a gestão democrática realiza diversas práticas de democracia, a partir da participação popular nos processos de construção e execução orçamentária nas entidades públicas, onde o orçamento participativo é uma dessas atividades.

Porém, observando-se as médias das questões 4 e 5, respectivamente 4,65 com percentual de 93% e 4,35 com percentual de 87%, é possível inferir que não são todos os funcionários que concordam com o pré-requisito de entendimento da importância deste tipo de orçamento da população para participar de sua elaboração, além disso, um pequeno conjunto de pessoas acredita que o orçamento participativo não representa uma prática democrática.

Relacionado aos resultados já alcançados, resultantes da implantação processo do Orçamento Participativo do Estado do Maranhão em 2016, como a reinauguração do Centro de Ensino São José, em São Mateus, em Caxias foi inaugurado o Hospital Macrorregional, já o Centro de Ensino Paulo Ramos, em Chapadinha passou por uma adequação e reforma.

Os funcionários que participaram concordaram que o governo já conseguiu realizar estas demandas solicitadas pela população durante a realização do orçamento participativo. Totalmente 60% do grupo concordou e 40% de maneira parcial. Estas parciais com uma porcentagem de 92% representativa da média de 4,6 indicam que, na visão dos funcionários, esta metodologia de elaboração do orçamento conseguiu alcançar bons frutos para aqueles que participaram de sua elaboração, fundamentando a importância da presença dos cidadãos nas decisões governamentais.

Na sétima afirmação, teve uma diferença de respostas, mas ainda a maioria com 45% concordou totalmente, com a declaração de que as duas áreas mais escolhida das propostas que devem ser priorizadas no orçamento 2017 pelo governo, foram primeiramente saúde, com a maior quantidade, seguida da

educação. Observa-se que as respostas que indicam pontos de discordância são a maioria, muitos funcionários não aceitam a afirmativa de um orçamento priorizando educação e saúde, sua média de 3,7 sugere que existem elementos a melhorar para que se possa dizer que o orçamento prioriza saúde e educação. Já 25% se posicionou concordando parcialmente, e com números iguais na casa dos 15% não concordaram de maneira total e parcial.

Como na maioria das afirmativas, a afirmativa oito também a maioria concordou, que o orçamento participativo foi implantado pela primeira vez em 2015, pelo atual governo, onde foram realizadas ações de mobilizações social a respeito da importância da participação popular na elaboração do orçamento participativo, nas regiões do estado.

Mas, nesta diferente das que já foram citadas, teve uma discrepância nas respostas. 35% concordaram totalmente e 25% parcialmente. Já, 40% não concordaram, sendo que esta quantidade ficou dividida de maneira igual, onde uma parte foi totalmente e a outra foi parcial.

Nesta afirmativa não teve ninguém dos entrevistados que discordou com ela, com pouca diferença de uma resposta para a outra, 55% concordaram totalmente e 45% parcialmente, com o processo de realização do orçamento participativo pelo Governo do Maranhão. Onde primeiramente são realizadas as escutas territoriais em cada região, esses eventos dão a oportunidade ao povo de participar da tomada de decisão, das prioridades de investimentos públicos e na identificação das necessidades da sua região. Baseado nas médias das questões 8 e 9, respectivamente 3,35 com percentual de 67% e 4,55 com percentual de 91%, é possível observar a opinião dos funcionários sobre o modo de implantação do orçamento participativo no estado, com uma das menores médias a questão 8 apresenta vários respondentes afirmando que o governo atual não é o precursor deste tipo de metodologia orçamentária, porém, a maioria dos funcionários concorda que o mesmo procedimento proporciona a oportunidade da população participar na tomada de decisão e identificar suas necessidades.

A maioria, concordou totalmente, com a porcentagem de 65%, com a citação que diz que depois da escolha das propostas na primeira etapa, elas serão colocadas para votação da população, a que receber a maior quantidade de votos em cada território, será considerada eleita, logo, irá ser colocada no orçamento do ano. Mas houve 15% que não concordaram de maneira total e 20% concordaram

parcialmente.

Diferente do resultado da maioria das outras respostas, nesta 55% concordaram de maneira parcial, com enunciado que diz a respeito que última etapa é a devolutiva que tem a finalidade de apresentar a sociedade, as propostas que foram escolhidas por cada território. Elas serão sistematizadas pela equipe técnica da SEPLAN, e quando chegam nas devolutivas elas já foram apresentadas ao legislativo para que sejam votadas. Quase com percentuais iguais, o restante do pessoal que respondeu, os que concordaram totalmente foi de 20% e a parte que não concordou foi de 25%.

Igualmente às questões 8 e 9, as respostas das questões 10 e 11 dão um panorama sobre a opinião dos funcionários em relação à forma como se dá o processo de construção do orçamento. A média 4,2 da décima afirmativa indica que, durante a construção do orçamento, a escolha dos itens que constarão no orçamento esteja condicionada à votação das pessoas e a afirmativa têm postos incoerentes sobre o que realmente acontece durante este processo. Ademais, a média de 3,45 sugere que para a maioria dos questionados a publicidade das propostas aceitas não é feita somente pelas devolutivas e sua relação com as propostas ao legislativo não está de acordo com a afirmativa.

A diferença entre as opções escolhidas nesta alegação foi pequena, mas a maioria concordou parcialmente, com uma porcentagem de 45%, os que concordaram totalmente foram 20%, teve também os que não concordaram com 25% e os que não concordaram parcialmente com 10%. Estes resultados estão espelhados em sua média de 3,25 e a porcentagem de 65%, umas das menores entre as alternativas.

O dado acima é a respeito da discussão sobre o objetivo para que foram criadas as instâncias de controle social. Onde é relatado que elas surgiram para que aconteça a participação popular, durante a elaboração do orçamento participativo e que tenha sequência nos próximos anos. Tendo como finalidade, assegurar que os recursos públicos irão ser tratados com política, com transparência, eficácia e eficiência, e que esta prática seja um processo de gestão pública contínua. Ou seja, esta afirmativa gera muitas discordâncias para os funcionários.

A respeito da criação da Comissão Permanente de Orçamento Participativo, que tem como finalidade assegurar que todas as propostas que foram escolhidas na fase da votação, sejam consolidadas. Apresenta-se o seguinte

resultado, 45% dos entrevistados concordaram totalmente e 10% parcialmente. Os que não concordaram foram de 25% e os parcialmente foi de 20% dos participantes da pesquisa. Consolidados na média da afirmativa que alcançou 3,3 com porcentagem de 66%, estes dados indicam um cenário de desaprovação das finalidades da Comissão Permanente de Orçamento Participativo, possivelmente a opinião dos funcionários é de que o órgão tem objetivos acrescidos ou não está diretamente ligado com a prática informada na questão.

Na afirmativa 14 todas as opções de resposta foram escolhidas pelos participantes, com 30% os que concordam totalmente foi o maior percentual escolhido, com base na citação abaixo.

O Fórum Territorial de Orçamento Participativo, foi criado com a finalidade de monitorar permanentemente as ações deste processo, tendo como objetivo que a sociedade civil organizada controle as propostas e a execução do orçamento participativo, acontecendo também o diálogo com o governo por intermédio da SEDIHPOP e com a Comissão Permanente do Orçamento Participativo.

Com percentual igual de 20%, teve os indiferentes, os que não concordaram totalmente e parcialmente. Já com 10% foram os que concordam parcialmente. Observa-se que as finalidades dos órgão citados nas questões 12, 13 e 14 apresentam médias muito baixas em relação às outras questões, indicando que existe discrepância no que foi informado em cada afirmativa e a realidade identificada por estes funcionários. A 14^a questão apresentou a pior média de todas, 3,1 com porcentagem representativa de 62%, os respondente que afirmaram que de algum modo discordam representam a mesma quantidade dos que concordam.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado do Maranhão, ainda tem procedimentos políticos tradicionais, que dificulta a participação popular durante a gestão pública. A sociedade civil e o governo não possuem a prática de trabalhos em parceria. Existe a falta de confiança da população sobre os trabalhos desempenhados pelos gestores público.

O governo atual busca através das políticas públicas que agregam a participação popular, reverter o quadro citado acima. Institucionalizando o Orçamento Participativo, por meio da criação da Comissão Permanente do Orçamento Participativo. Ressalta-se que esta ação governamental é de grande importância para o desenvolvimento de uma sociedade, através da participação popular escolhendo as reais necessidades e ao mesmo tempo fiscalizando a execução das mesmas.

O presente trabalho buscou salientar o instrumento de implantação do OP no Estado do Maranhão, tendo seu foco principal a participação popular, para o controle e utilização dos recursos públicos de forma transparente, com eficácia e eficiência.

Durante a pesquisa, foram constatadas diversas dificuldades no decorrer da implantação do OP, a principal identificada foi a baixa participação popular durante este processo, por ser uma prática recente do governo e ainda não conhecida por todos. É importante ressaltar que já foram colhidos frutos que trouxeram benefícios concretos para o estado, em São Mateus com a reinauguração do Centro de Ensino São José, em Caxias a inauguração do Hospital Macrorregional e na cidade de Chapadinha o Centro de Ensino Paulo Ramos passou por reforma.

Este trabalho teve a finalidade de identificar e resolver o seguinte problema: como se efetiva o modelo do Orçamento Participativo no Maranhão e quais foram os avanços alcançados?

Destaca-se os seguintes avanços: melhorias significativas na educação, saúde e saneamento, no tocante a infraestrutura; descentralização das discussões com a presença do governo nas regiões; a institucionalização do orçamento participativo por meio do decreto Nº 31.519, criando a Comissão Permanente do Orçamento Participativo; criação dos Fóruns Territoriais do Orçamento Participativo; e o fato significativo neste processo é que a sociedade começou a se enxergar na realização das ações do Orçamento Participativo.

Atualmente a execução do OP do Maranhão é de responsabilidade da SEPLAN e da SDIHPOP, mas somente isso não garante a participação da sociedade na gestão pública. Para que seja garantida esta participação, o governador criou em 29 de fevereiro de 2016 a Comissão Permanente do Orçamento Participativo, com a finalidade de assegurar que as propostas escolhidas pela população sejam colocadas no orçamento do estado.

Observou-se que houve uma tendência na escolha das demandas, onde tenderam para ações de infraestrutura. Constatou-se que este fato se deu devido as ações políticas realizadas pelo governo, que prioriza ações de impacto que promova o mesmo e a falta de organização socioeducativa da sociedade civil, que faz com que ela seja influenciada nas suas decisões.

Afinal, deduz-se que Orçamento Participativo é o melhor mecanismo de participação popular no planejamento, execução e controle dos gastos públicos. Mas, para que isso aconteça da melhor maneira possível é necessário que o governo realize ações de mobilização social para construção de um processo de conscientização política dos cidadãos, através de cursos de formação de liderança, de orçamento público, capacitação nas ações de monitoramento e fiscalização de projetos públicos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto-lei nº 4.320, de 17 de março 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Congresso Nacional:** Presidência da República do Brasil. Brasília, DF, 17 mar. 1964. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm>. Acesso em: 20 ago. 2016.

_____. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. **Plano diretor da reforma do aparelho do Estado.** 1995. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/PlanoDiretor/planodiretor.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

_____. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **O que é Orçamento Público?** 2015. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/servicos/faq/orcamento-da-uniao/conceitos-sobre-orcamento/o-que-e-orcamento-publico>>. Acesso em: 23 de ago. 2016.

CARVALHO, José Carlos Oliveira de. **Orçamento público:** teoria e questões atuais comentadas. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas:** métodos e técnicas. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

FEDOZZI, Luciano. **Orçamento participativo:** reflexões sobre a experiência de Porto Alegre. 3. ed. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

FONSECA, Jumária Fernandes Ribeiro. **O orçamento participativo e a gestão democrática de Goiânia.** 2009. 149 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Planejamento Territorial da Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2009.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIACOMONI, James. **Orçamento público.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1986.

_____. _____. 16. ed. rev. atual. São Paulo: Atlas, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Reinaldo Jefferson da Silva. **Orçamento público:** a experiência do orçamento participativo no município de Cabedelo 2001-2002. 2004. Monografia (Especialização em Contabilidade e Auditoria Pública) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2004.

JUND, Sérgio. **Administração, orçamento e contabilidade pública**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

KOHAMA, Helio. **Contabilidade pública: teoria e prática**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MALHOTRA, Naresh. **Pesquisa de marketing**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. MARANHÃO. Secretaria do Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular. **Plano plurianual PPA 2016-2019 e orçamento participativo: escuta territorial**. São Luís, 2016.

_____. Secretaria do Estado do Planejamento e Orçamento. **Manual técnico de orçamento**. São Luís, 2015.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MOTA, Francisco Glauber Lima. **Contabilidade aplicada à administração pública**. 6. ed. Brasília: Ed. Vestcon, 2004.

MATIAS-PEREIRA, José. **Curso de administração pública: foco nas instituições e ações governamentais**. São Paulo: Atlas, 2008.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Da administração pública burocrática à gerencial. **Revista do Serviço Público**, Brasília, n. 47, 1996. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/1996/95.AdmPublicaBurocraticaAGerencial.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

_____. _____. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

PEREIRA, Luís Carlos; SPINK, Peter Kevin. **Reforma do estado e administração pública gerencial**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

PEREZ, Marcos Augusto. **A administração pública democrática: institutos de participação popular na administração pública**. Belo Horizonte: Fórum, 2004.

PIRES, Valdemir. **Orçamento participativo: o que é, para que serve, como se faz**. Barueri: Manole, 2001.

_____. **Participação da sociedade nos processos orçamentários: a experiência brasileira recente**. 2000. Disponível em: <http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/Premio_TN/VPremio/sistemas/1siafpVPTN/PIRES_Valdemir.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2016.

SANTOS, Rita de Cássia Leal Fonseca dos. **Orçamento público**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2011.

SILVA, Reinaldo O. da. **Teorias da administração**. São Paulo: Atlas, 2008.

SLOMSKI, Valmor. **Manual de contabilidade pública:** um enfoque na contabilidade municipal. São Paulo: Atlas, 2003.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ENTREVISTA COM O SRA. EDUARDO CÁSSIO BECKMAN GOMES

Sr. Eduardo Cássio Beckman Gomes

Secretário Adjunto de Planejamento e Orçamento – SEPLAN

1. Qual a atribuição da SEPLAN?

Ela é coordenadora do processo de planejamento do Estado, junto com as outras secretarias, ela é uma secretaria meio, e quem desempenha as políticas públicas são as secretarias finalísticas.

2. Quais as atividades são realizadas pela SEPLAN atualmente?

Coordenar, orientar e consolidar os três instrumentos de planejamento, são eles o PPA, LDO e a LOA.

3. Qual é o papel da sua secretaria na execução do orçamento participativo?

A SEPLAN ficou responsável pela parte técnica do orçamento.

4. Como o Orçamento Participativo do Maranhão está sendo efetuado na sua gestão?

Foram realizadas 16 escutas territoriais, cada plenária escolheu 3 propostas, que foram disponibilizadas na plataforma participa, para que fosse realizada a votação, para a população escolher uma proposta de investimento, para entrar no orçamento 2016.

A mesma metodologia foi utilizada para a elaboração do 2017, mas como uma diferença, foi pego as 25 propostas aprovadas para o PPA, dessas ficaram 24, elas foram rediscutidas, para se eleger uma na plataforma, para ser colocada no orçamento 2017.

5. No seu ponto de vista, qual a influência que o Orçamento Participativo tem para a Gestão Pública do Governo do Maranhão?

É importante a realização deste processo, pois ele dar a oportunidade a todos a participarem da Gestão Pública, isso facilita que esta Gestão seja feita da melhor maneira possível.

6. Qual importância da participação dos maranhenses, durante um processo que faz parte da gestão pública?

É importante, pois fazer um planejamento só em gabinete, não dar para se identificar a necessidade real da população, pois quem vive o dia a dia são eles, e não existe ninguém melhor do que eles para identificar suas necessidades.

7. Quais são as expectativas de atuação da SEPLAN durante a sua gestão?

São as melhores possíveis, é um processo novo, onde a SEPLAN vai ter o papel de fazer com que o planejamento do Estado funciona, fazendo com que a população participe desta execução.

8. Quais são suas sugestões de melhoria para o orçamento participativo?

A sociedade precisa entender melhor do processo, deve ocorrer um esclarecimento do que vem a ser um orçamento, ainda se encontra na linguagem técnica, o governo deve tentar transformar em uma linguagem popular e divulgar mais a realização deste processo.

9. O que poderia ser feito para que esta participação popular aumentasse?

Uma maior e conscientização da população e divulgação da realização do processo.

10. Vossa senhoria considera que o orçamento participativo vem cumprindo o seu papel? Se sim, de que forma?

Ainda não alcançou a sua totalidade, mas já deu o primeiro passo, onde proporcionou a população está mais perto do Estado, durante o processo de elaboração das suas políticas, como já se iniciou, o governo deve divulgar e fazer mais eventos não só durante o processo de elaboração da peça.

11. Na sua opinião qual a principal dificuldade no momento de realização deste processo?

A baixa participação popular e o baixo conhecimento, onde a população não consegue identificar o seu papel durante o processo.

12. Quais foram os avanços alcançados pelo Orçamento Participativo desde sua utilização no estado?

Em nível de educação foi muito grande os avanços, várias escolas já foram reformadas entregues a população, principalmente na região de Chapadinha. O hospital de Caxias também foi entregue. O hospital de Lago da Pedra está sendo construído. A área de saneamento também teve várias obras concluídas. O governo ainda não conseguiu entregar todas demandas em 2016, mas está trabalhando para que consiga chegar a este objetivo.

APÊNDICE B – ENTREVISTA COM O SRA. CREUZAMAR DE PINHO

Sra. Creuzamar de Pinho,

Secretária Adjunta de Direitos Humanos e Participação Popular – SEDIHPOP

1. Quando a SEDIHPOP foi criada? Qual a atribuição desta secretaria?

A secretaria de Direitos Humanos foi criada no governo de Jackson Lago, mas o governador Flavio Dino ampliou a função da secretaria, onde foi incluída questão da participação popular e do mais Índice de Desenvolvimento Humano - IDH.

2. Qual é o papel da sua secretaria na execução do orçamento participativo?

O papel da SEDIHPOP durante este processo é extremamente importante, pois ela não realiza as políticas finalísticas, e sim trabalha com elas na transversalidade.

Temos o papel de garantir que essa política chegue na população, que eles que se estimule a está participando.

3. Como o Orçamento Participativo do Maranhão está sendo efetuado na sua gestão?

Atualmente é coordenado pela SEPLAN e a SEDIHPOP. O Orçamento Participativo é trabalhado em cima dos territórios da cidadania, onde cada um vai escolher uma proposta para que seja priorizada pelo governo.

4. No seu ponto de vista, qual a influência que o Orçamento Participativo tem para a Gestão Pública do Governo do Maranhão?

O Orçamento Participativo possui um cunho pedagógico, quando gestor se dispõe a discutir o orçamento, pois a população ainda tem um receio de discutir sobre isso, e um governo que democrático precisa cada vez mais ser transparente, onde ele deve permitir esta participação, pois isso fortalece o governo.

5. Na sua concepção, qual importância da participação dos maranhenses, durante um processo que faz parte da gestão pública?

É muito importante a participação popular, pois eles escolherão sua prioridade, para o Governo realizar, assim trazendo o bem para a região.

6. Quais são as expectativas de atuação da SEDIHPOP durante a sua gestão?

Acreditamos que enquanto a sociedade civil estiver motivada a participar do processo, ele será realizado pelo Governo. Maior desafio é fazer com que a população se apodere da utilização do Orçamento Participativo, e passe cobrar a sua utilização por cada Governo que vier.

7. Quais são suas sugestões de melhoria para o orçamento participativo?

É estimular que os municípios realizem o Orçamento Participativo municipal, principalmente nos que possuem menores IDH.

8. O que poderia ser feito para que esta participação popular aumentasse?

Uma maior divulgação e os resultados onde as obras são entregues a população, faz com que ela reconheça o trabalho feito, conseqüentemente faz com que a participação aumente.

9. Vossa senhoria considera que o orçamento participativo vem cumprindo o seu papel?

Sim, sem dúvida com todas as limitações e dificuldades o Orçamento Participativo vem cumprindo com seu papel.

10. Na sua opinião, qual a principal dificuldade no momento de realização deste processo?

As limitações orçamentárias. A questão de ser uma política nova.

11. Quais foram os avanços alcançados pelo Orçamento Participativo desde sua utilização no estado?

Descentralizar as discussões, o Governador ir até os territórios discutir sobre as prioridades, já considero como um avanço.

APÊNDICE C – ENTREVISTA COM O SRA. ELISÂNGELA SERRA LIMA

Sr. Elisângela Serra Lima,
Supervisora – SEDIHPOP

1. Quando a SEDIHPOP foi criada? Qual a atribuição desta secretaria?

Foi criada no primeiro ano do Governo atual, onde o Governador realizou uma mudança de Secretaria de Direitos Humano e acrescentou a participação popular, pois ele entende que a participação popular é um direito humano. A SEDIHPOP possui a atribuição de garantir os direitos humano.

2. Quais as atividades são realizadas pela SEDIHPOP atualmente?

A SEDIHPOP conta com quatro adjuntas, a de proteção dos direitos humanos, participação popular, mais IDH e de proteção dos direitos dos deficientes.

3. Qual é o papel da sua secretaria na execução do orçamento participativo?

Para o governador o Orçamento Participativo não deve ser levado só para o lado do capital e técnico sobre orçamento, mas sim para o lado da participação popular, por isso que a coordenação deste processo ficou com a SEDIHPOP.

4. Como o Orçamento Participativo do Maranhão está sendo efetuado na sua gestão?

Primeiramente são realizadas as escutas em cada território, de lá saem três propostas para serem votadas na plataforma participa MA, depois do período de votação são escolhidas uma proposta em cada região, com exceção para a metropolitana que são duas, em seguida é a realizada as devolutivas, e as propostas escolhidas são incorporadas no orçamento do ano.

5. No seu ponto de vista, qual a influência que o Orçamento Participativo tem para a Gestão Pública do Governo do Maranhão?

Ela é uma política nova a nível estadual, mas é muito importante, pois ele traz a ideia da participação da população nas discussões acerca do orçamento público.

6. Na sua concepção, qual importância da participação dos maranhenses, durante um processo que faz parte da gestão pública?

A participação popular é imprescindível, pois não existe ninguém melhor

do que eles para conhecer as suas necessidades e escolher suas prioridades.

7. Quais são as expectativas de atuação da SEDIHPOP durante a sua gestão?

Que a utilização do Orçamento Participativo se torne uma política de Estado, que se torne fixa, que não seja só durante o governo atual.

8. Quais são suas sugestões de melhoria para o orçamento participativo?

Uma maior divulgação do processo pelo governo, uma maior participação das secretarias do estado, para que alcance melhores resultados, melhorar a comunicação entre as secretarias.

9. O que poderia ser feito para que esta participação popular aumentasse?

Uma maior divulgação do processo e uma maior mobilização para que toda a população possa a vim a conhecer o que é este processo e participar ativamente dele.

10. Vossa senhoria considera que o orçamento participativo vem cumprindo o seu papel?

O Orçamento Participativo vem alcançando seus objetivos, que é de priorizar obras solicitadas pela população. Diversas demandas contidas nas propostas do orçamento 2016 já foram entregues e outras estão em andamento.

11. Na sua opinião qual a principal dificuldade no momento de realização deste processo?

A baixa participação popular e a pouca divulgação da realização do processo, a utilização de mídia de massa é inexistente.

12. Quais foram os avanços alcançados pelo Orçamento Participativo desde sua utilização no estado?

O principal avanço foi a criação da comissão permanente, onde vai melhorar cada vez mais a comunicação entre as secretarias do Estado, isso vai fazer com que o Orçamento consiga alcançar melhores resultados

APÊNDICE D – ENTREVISTA COM O SR. GILVAN ALVES DA SILVA

Sr. Gilvan Alves da Silva

Superintendente do Orçamento Participativo – SEDIHPOP

1. Qual o seu papel durante a execução do orçamento participativo?

Sou superintendente do OP, coordeno a equipe que é responsável por realizar este processo.

2. Na sua opinião, qual a importância do orçamento participativo?

Ele é importante, pois aproxima os cidadãos da tomada de decisão política.

3. Como está sendo executado o orçamento participativo?

Primeiramente é realizado o planejamento, em seguida a mobilização da população, posteriormente as escutas territoriais são feitas, em seguida as propostas escolhidas na etapa anterior são colocadas para votação na plataforma participa MA, após a escolha das propostas em cada território, é feita a sistematização das propostas, posteriormente é realizado o “de-para” que é o processo que transforma a linguagem popular em uma linguagem mais técnica, em seguida elas são encaminhadas a SEPLAN, depois realizamos a fase de monitoramento, é o que está sendo realizado no momento, onde as propostas escolhidas estão tramitando na Assembleia Legislativa, após a aprovação, são realizadas as devolutivas, que é quando é apresentado a sociedade civil as propostas que já foram aprovadas e já fazem parte do orçamento.

4. Vossa senhoria acredita que o orçamento participativo vem cumprindo sua obrigação?

O OP vem cumprindo com seu papel, que é de fazer uma gestão democrática e participativa, que permite que a sociedade civil participe das decisões do governo.

5. No seu ponto de vista, o que deveria ser feito para que a participação popular durante o processo aumentasse?

Nós viemos de uma cultura política no estado do Maranhão que não é essa cultura da participação cidadã, é uma cultura de gestão centralizada, na mão do gestor ele centraliza a sua administração, ele toma as decisões. É necessário que a população se apodere cada vez mais deste tipo de política.

6. Qual a principal dificuldade encontrada durante a realização deste processo?

São diversas dificuldades, como de agenda, mobilização popular, sobrecarga de atividades das pessoas que podem participar do OP e o não entendimento da população que a participação popular é fundamental

7. Quais são suas sugestões de melhoria para o orçamento participativo, tanto no processo de elaboração?

Uma maior participação das secretarias do estado, o apoderamento da população sobre este tipo de política e um maior incentivo por parte do governo para que a sociedade civil possa a vim entender que a participação popular é importante.

8. Quais foram os avanços alcançados pelo Orçamento Participativo desde sua utilização no estado?

O orçamento participativo do estado, foi institucionalizado pelo governador Flavio Dino por meio do decreto que criou a COP.

A criação dos Fóruns Permanentes de Orçamento Participativo, foi mais um avanço, onde cada território criou o seu.

A sociedade já começou a se enxergar na realização das ações do OP.

9. Qual a atribuição da Comissão Permanente de Orçamento Participativo? Com qual objetivo foi criada? Quem faz parte dela?

Ela é transversal, tendo como papel o acompanhamento e monitoramento das ações. Fazem parte a SEPLAN, SEDIHPOP, SINFRA, SES e SEDUC, já as demais na medida que são demandadas passam a participar.

10. O seu real papel vem sendo desempenhado?

Vem cumprindo seu papel, as suas reuniões são feitas de forma bimestral, onde eles se reúnem para realizar diversas atividades do OP.

11. Qual a atribuição da Fórum Permanente de Orçamento Participativo? Com qual objetivo foi criado? Quem faz parte dele?

Conjuntamente com a Secretaria de Articulação Política, deve realizar o processo mobilização. Tem a obrigação também de acompanhar a execução das obras. E eles estão sendo capacitados, que para no ano de 2017, eles assumam a responsabilidade de serem os mobilizadores e de apoiar a realização das escutas. É composta por membros da sociedade civil.

APÊNDICE E – ENTREVISTA COM O SRA. ARLETE SILVA SERRA

Sra. Arlete Silva Serra,
Supervisora – SEPLAN

1. Qual o seu papel durante a execução do orçamento participativo?

Coordenadora da participação popular por parte da SEPLAN, onde ficou responsável pelo trabalho de campo, onde definiu junto a SEDIHPOP as equipes e os assuntos a serem abordados com a sociedade civil.

2. Vossa senhoria acredita que o orçamento participativo vem cumprindo sua obrigação?

O orçamento participativo vem avançando muito, mas é importante ressaltar que não devemos valorizar somente o OP, não adiantar focar somente em projetos, se você não planeja, então o PPA e o orçamento devem estar alinhados.

3. A participação popular é baixa? Se sim, o que deveria ser feito para que a participação popular durante o processo aumentasse?

Ainda está baixa a participação popular, foi identificado a pouca representatividade da sociedade civil e do setor empresarial. Maior divulgação do orçamento participativo por parte do Estado, incentivando cada vez mais a participação da população.

4. Qual a principal dificuldade encontrada durante a realização deste processo?

Existe a dificuldade na escolha das demandas por parte da população, muitas das vezes elas acabam pensando em só construir, não possuem aquele senso de escolher o que é melhor para ser feito no momento.

A sociedade civil não possui a formação cidadão, e isso é fundamental para que o processo seja feito da melhor maneira possível.

Existe a dificuldade de quebrar com o pensamento da população, que não pensa para o bem da região, e sim em benefícios para seu município.

5. Quais são suas sugestões de melhoria para o orçamento participativo, tanto no processo de elaboração, como no documento?

As demandas devem ser tratadas no momento do levantamento delas, pois existe casos de as demandas chegarem com cinco pedidos em cada, isso impossibilita que ela seja executada, como a SEPLAN não pode mexer na proposta

original, ela tem que adequá-las.

O Estado deve investir em formação para cidadania, para que a população entenda o que é um orçamento, a sua importância e como ela deve participar da melhor maneira durante o seu processo de elaboração.

Deve ser incentivado também o pensamento coletivo, para que a população deixe de pensar somente em seu município, e que venha a pensar no melhor para sua região.

6. A população ou a sociedade civil organizada efetivamente percebe suas prioridades?

A sociedade civil sabe o que deve ser priorizado, o problema é que eles não querem priorizar para região, só pensam no município.

O Estado deve investir em formação para cidadania, para que a população entenda o que é um orçamento, a sua importância e como ela deve participar da melhor maneira durante o seu processo de elaboração.

Deve ser incentivado também o pensamento coletivo, para que a população deixe de pensar somente em seu município, e que venha a pensar no melhor para sua região.

7. A população ou a sociedade civil organizada efetivamente percebe suas prioridades?

A sociedade civil sabe o que deve ser priorizado, o problema é que eles não querem priorizar para região, só pensam no município.

APÊNDICE F – QUESTIONÁRIO APLICADO COM A EQUIPE DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

1. O orçamento público reúne, de forma sistemática e organizada, todas as receitas estimadas para determinado ano e o detalhamento das despesas que o governo espera executar.

- a) Não concordo
- b) Não concordo parcialmente
- c) Indiferente
- d) Concordo parcialmente
- e) Concordo totalmente

2. A utilização do orçamento participativo consegue alcançar o seu objetivo, que é de estreitar a relação ente gestores e os cidadãos, também possibilitar que a população discuta com o Governo todas prioridades de distribuições e aplicação dos investimentos a serem realizados pela gestão.

- a) Não concordo
- b) Não concordo parcialmente
- c) Indiferente
- d) Concordo parcialmente
- e) Concordo totalmente

3. O orçamento participativo orienta, educa e exercita a cidadania de uma massa da sociedade, gigante por sinal, discriminada, esquecida e ignorada.

- a) Não concordo
- b) Não concordo parcialmente
- c) Indiferente
- d) Concordo parcialmente
- e) Concordo totalmente

4. Para a população participar deste momento de decisão ele deve estar preparado, assim, primeiramente ele deve entender qual a importância de se participar de um momento deste, onde irá decidir com todos o que vai ser priorizado pelo governo.

- a) Não concordo

- b) Não concordo parcialmente
- c) Indiferente
- d) Concordo parcialmente
- e) Concordo totalmente

5. A gestão democrática realiza diversas práticas de democracia, a partir da participação popular nos processos de construção e execução orçamentaria nas entidades públicas, onde o Orçamento Participativo é uma dessas atividades.

- a) Não concordo
- b) Não concordo parcialmente
- c) Indiferente
- d) Concordo parcialmente
- e) Concordo totalmente

6. Já foram colhidos frutos em 2016 resultantes da utilização deste processo no Estado, como a reinauguração do Centro de Ensino São José, em São Mateus, em Caxias foi inaugurado o Hospital Macrorregional, já o Centro de Ensino Paulo Ramos, em Chapadinha passou por uma adequação e reforma.

- a) Não concordo
- b) Não concordo parcialmente
- c) Indiferente
- d) Concordo parcialmente
- e) Concordo totalmente

7. As duas áreas mais escolhida das propostas que devem ser priorizadas pelo governo, foram primeiramente saúde, com a maior quantidade e em segundo educação.

- a) Não concordo
- b) Não concordo parcialmente
- c) Indiferente
- d) Concordo parcialmente
- e) Concordo totalmente

8. O orçamento participativo foi implantado pela primeira vez no Maranhão em 2015, a partir de uma promessa de campanha do governador Flavio Dino, onde foram realizadas ações de mobilizações social a respeito da importância da participação popular na elaboração do orçamento participativo, nas regiões do estado.

- a) Não concordo
- b) Não concordo parcialmente
- c) Indiferente
- d) Concordo parcialmente
- e) Concordo totalmente

9. Na realização do orçamento participativo no Maranhão, primeiramente são realizadas as escutas territoriais em cada região, estes eventos dão a oportunidade ao povo na tomada de decisão, das prioridades de investimentos públicos e na identificação das necessidades da sua região.

- a) Não concordo
- b) Não concordo parcialmente
- c) Indiferente
- d) Concordo parcialmente
- e) Concordo totalmente

10. Depois da escolha das propostas na primeira etapa, elas serão colocadas para votação da população, a que receber a maior quantidade de votos em cada território, será considerada eleita, logo, irá ser colocada no orçamento do ano.

- a) Não concordo
- b) Não concordo parcialmente
- c) Indiferente
- d) Concordo parcialmente
- e) Concordo totalmente

11. A última etapa é as devolutivas que tem a finalidade de apresentar a sociedade, as propostas que foram escolhidas por cada território. Elas serão sistematizadas pela equipe da SEPLAN, e quando chega nas devolutivas elas já foram apresentadas ao legislativo para que sejam votadas.

- a) Não concordo
- b) Não concordo parcialmente

- c) Indiferente
- d) Concordo parcialmente
- e) Concordo totalmente

12. As instâncias de controle social foram criadas, para que aconteça a participação popular, durante a elaboração do orçamento participativo, e que tenha sequencia nos próximos anos. Elas têm a finalidade de assegurar que os recursos públicos, irão ser tratados de acordo com uma política com transparência, eficácia e eficiência, e que esta pratica continue por vários anos.

- a) Não concordo
- b) Não concordo parcialmente
- c) Indiferente
- d) Concordo parcialmente
- e) Concordo totalmente

13. Foi criado a Comissão Permanente do Orçamento Participativo, que tem como finalidade assegurar que todas as propostas que foram escolhidas na fase da votação, sejam consolidadas.

- a) Não concordo
- b) Não concordo parcialmente
- c) Indiferente
- d) Concordo parcialmente
- e) Concordo totalmente

14. A outra instância criada foi o Fórum Territorial do Orçamento Participativo, que tem como finalidade o monitoramento permanente, tendo como objetivo que a sociedade civil organizada controle as propostas e execução do orçamento participativo, acontecendo também um controle do diálogo com o governo por intermédio da SEDIHPOP e com a Comissão Permanente do Orçamento Participativo.

- a) Não concordo
- b) Não concordo parcialmente
- c) Indiferente

- d) Concordo parcialmente
- e) Concordo totalmente

ANEXOS

ANEXO A – QUADRO GERAL DAS PROPOSTAS DEFINIDAS NAS ESCUTAS TERRITORIAIS

PROPOSTAS DAS ESCUTAS TERRITORIAIS DO DIA 17/06/2015 Território: VALE DO MEARIM Cidade Pólo: BACABAL

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2016			
BACABAL	EIXO 1: Qualidade de Vida	Criar programa (Acesso para Todos) – para melhorias e manutenção de estradas vicinais e tornar navegáveis as vias fluviais maranhenses.	
	Eixo 2: Desenvolvimento sócio econômico	Apoiar os APL (Arranjos produtivos locais) – Leite, pesca mandiocultura, grãos, ovinos, piscicultura, criação de pequenos animais e agroindústrias bem como fomentar políticas de incentivo fiscal para implantação de indústrias no território e implantar o sistema territorial de comercialização e abastecimento da agricultura familiar e economia solidária respeitando os princípios agroecológicos.	
	Eixo 3: Desenvolvimento Humano	Reestruturação da educação básica das escolas públicas nos âmbitos da estrutura física, pedagógica e tecnológica para a região do Vale do Mearim.	Aprovado na Plataforma Digital (mais votada)

PROPOSTAS DAS ESCUTAS TERRITORIAIS DO DIA 10/07/2015 Território: LENÇÓIS MUNIN Cidade Pólo: BARREIRINHAS

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2016			
BARREIRINHAS	Eixo 1: Qualidade de Vida	Construção do hospital de alta complexidade da rede hospitalar do território e ampliação da rede existente.	Aprovado na Plataforma Digital (mais votada)
	Eixo 02: Desenvolvimento Socioeconômico	Fortalecimento dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – Assistência Técnica de Extensão Pesqueira e Aquícola (ATER / ATERPA)	
	Eixo 3: Desenvolvimento Humano	Construir, ampliar e reformar escolas de ensino médio nas zonas urbana e rural do território.	

PROPOSTAS DAS ESCUTAS TERRITORIAIS DO DIA 17/06/2015

Território: CERRADO SUL

Cidade Pólo: BALSAS

PRIORIDADES VOTADAS PARA O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2016

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2016			
BALSAS	Eixo 1: Qualidade de Vida	1. Ampliação do número de leitos e aquisição de equipamentos para o Hospital Balsas Urgente, visando atender os municípios do território do Cerrado Sul.	
	Eixo 2: Desenvolvimento Socioeconômico	2. Implantação de Centro de Difusão de Informação e Tecnologia em Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Agropecuária do Cerrado Sul MA (Com o Fortalecimento e Regionalização dos Serviços de Pesquisa, ATER e Defesa Agropecuária). Levantamento das sementes crioulas e incentivo	
	Eixo 3: Desenvolvimento Humano	3. Reforma e climatização das escolas de Ensino Médio com instalação de kits de multimídia em todas as salas de aula.	Aprovado na Plataforma Digital (mais votada)

PROPOSTAS DAS ESCUTAS TERRITORIAIS DO DIA 15/06/2015

Território: COCAIS

Cidade Pólo:

CAXIAS

PRIORIDADES VOTADAS PARA O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2016

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2016			
CAXIAS	Eixo 1 - Qualidade de Vida	Fortalecer o serviço de atenção básica de saúde e de alta complexidade com o financiamento do Estado para a instrumentalização e implementação das políticas de atenção aos trabalhadores, crianças, idosos e pessoas com deficiência.	Aprovado na Plataforma Digital (mais votada)
	Eixo 2 - Desenvolvimento Socioeconômico	Criar programas de Incentivo (Extratativismo do babaçu, apicultura, suinocultura, avicultura, agroindústria familiar, ovinocaprinocultura, piscicultura, cajucultura, hortifrutícola, artesanato, doces, licores).	
	Eixo 5 - Direitos Humanos	Realizar o diagnóstico socioterritorial na região dos cocais, incluindo povos e comunidades tradicionais de matriz africana.	

PROPOSTAS DAS ESCUTAS TERRITORIAIS DO DIA 19/06/2015

Território: BAIXO PARNAÍBA

Cidade Pólo: CHAPADINHA

PRIORIDADES VOTADAS PARA O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2016

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2016			
CHAPADINHA	EIXO 1: Qualidade de Vida	Conclusão do Hospital Regional (Traumatologia e UTI) e retomada e conclusão do centro de Hemodiálise.	
	Eixo 4: Defesa Social	Aumentar o efetivo do batalhão de Chapadinha e criar uma companhia de polícia no território.	
	Eixo 3: Desenvolvimento Humano	Construir, reformar, ampliar e equipar as escolas estaduais com laboratórios (informática, de ciências e de matemática), bibliotecas, quadras cobertas com vestiários, assegurando sua manutenção na zona urbana e rural.	Aprovado na Plataforma Digital (mais votada)

PROPOSTAS DAS ESCUTAS TERRITORIAIS DO DIA 19/06/2015

Território: SERTÃO MARANHENSE

Cidade Pólo: COLINAS

PRIORIDADES VOTADAS PARA O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2016

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2016			
COLINAS	EIXO 1: Qualidade de Vida	1. Ampliação e Modernização do Hospital de Urgência e Emergência da cidade de Presidente Dutra, visando atender ao território do sertão maranhense.	Aprovado na Plataforma Digital (mais votada)
	Eixo 3: Desenvolvimento	3. Construção de Ceasa Territorial no município de Colinas.	
	Eixo 5: Direitos Humanos	2. Criação de Centro Regional de Apoio e Recuperação para atendimento a dependentes de drogas e substâncias afins.	

PROPOSTAS DAS ESCUTAS TERRITORIAIS DO DIA 01/07/2015
Território: CENTRO MARANHENSE
Cidade Pólo: GRAJAÚ

PRIORIDADES VOTADAS PARA O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2016

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2016			
GRAJAÚ	Eixo 1: Qualidade De Vida	Pavimentação Asfáltica das MAs 006 e 012.	
	Eixo 2: Desenvolvimento Socioeconômico	Implantação de Centros de Beneficiamento e distribuição do pescado em municípios do Território.	
	Eixo 3: Desenvolvimento Humano	Construção, ampliação e reforma de prédios escolares e implantação de laboratórios pedagógicos para a educação básica nas zonas urbanas e rurais dos municípios, contemplando a clientela indígena, não indígena e quilombola.	Aprovado na Plataforma Digital (mais votada)

PROPOSTAS DAS ESCUTAS TERRITORIAIS DO DIA 15/06/2015
Território: CERRADO AMAZÔNICO
Cidade Pólo: IMPERATRIZ

PRIORIDADES VOTADAS PARA O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2016

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2016			
IMPERATRIZ	Eixo 1 - Qualidade de Vida	1. Reestruturação dos hospitais nos pólos regionais.	
	Eixo 2 - Desenvolvimento Socioeconômico	2. Implantação da Ceasa Territorial.	
	Eixo 3 - Desenvolvimento Humano	3. Estruturação das escolas com revisão das instalações elétricas, climatização, instalação de laboratórios de informática e ciências, internet banda larga, renovação do acervo das bibliotecas, equipamentos mobiliários, quadras poliesportivas.	Aprovado na Plataforma Digital (mais votada)

PROPOSTAS DAS ESCUTAS TERRITORIAIS DO DIA 25/06/2015
Território: VALE DO ITAPECURU
Cidade Pólo: ITAPECURU

PROPOSTAS PRIORIZADAS PARA O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2016

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2016			
ITAPECURU	Eixo 1: Qualidade de Vida	Ampliação dos Hospitais Regionais de Matões do Norte com a média complexidade e o de Itapecuru Mirim para alta complexidade e com a instalação de uma UTI NEO NATAL visando a redução da mortalidade infantil e aquisição de 1 ambulância regional tipo Unidade de Suporte Avançado (USA) ou UTI Móvel para atender os municípios da região. (SAÚDE).	Aprovado na Plataforma Digital (mais votada)
	Eixo 3: Desenvolvimento Humano	Garantir a universalização do Ensino Médio regular e da formação profissionalizante com toda a infraestrutura necessária (Prédio adequado, transporte e alimentação escolar, mobiliário, laboratórios de pesquisa e informática), com a criação das escolas de ensino médio do campo e transformação das escolas em território quilombola em	
	Eixo 5: Direitos Humanos	Fortalecimento das políticas públicas a pessoas em situação de risco: ✓ Casas de passagens/casas abrigos regionalizadas para mulher, crianças e adolescentes, idosos(as); ✓ Criação de DEMS e DPCAS regionalizadas; ✓ Criação do Conselho de Segurança Pública e Cidadania; ✓ Disque Denúncia regionalizado (190); ✓ Ampliação do número de operadores(as) de direitos - sistema de justiça e segurança pública – delegados, promotores(as), juizes(as), defensores(as), assistentes sociais, psicólogos(as); ✓ Criação de mecanismos de fiscalização, de prevenção e combate ao trabalho escravo: atendimento às pessoas vítimas do trabalho.	

PROPOSTAS DAS ESCUTAS TERRITORIAIS DO DIA 03/07/2015

Território: MÉDIO MEARIM

Cidade Pólo: LAGO DA PEDRA

PRIORIDADES VOTADAS PARA O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2016

LAGO DA PEDRA	ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2016		
	Eixo 1: Qualidade de Vida	Construção de um Hospital Macrorregional de Média de Alta Complexidade, com a seguinte estrutura: UTI neonatal, aparelhado com mamógrafos, tomógrafos e eletroencefalograma e hemocentro.	Aprovado na Plataforma Digital (mais votada)
	Eixo 3: Desenvolvimento Humano	Construir um Centro de Educação Profissional no município de Lago da Pedra.	
	Eixo 4: Defesa Social	Criação do Batalhão de Polícia Militar - SEDE LAGO DA PEDRA. Lago do Junco; Lago dos Rodrigues; Lagoa Grande; Paulo Ramos; Marajá do Sena.	

PROPOSTAS DAS ESCUTAS TERRITORIAIS DO DIA 04/07/2015

Território: MÉDIO MEARIM

Cidade Pólo: PEDREIRAS

PRIORIDADES VOTADAS PARA O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2016

PEDREIRAS	ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2016		
	Eixo 1: Qualidade de Vida	Conclusão do Hospital macrorregional de Pedreiras.	
	Eixo 3: Desenvolvimento Humano	Construção do Centro de Estudos Superiores de Pedreiras - CESPE/UEMA, reestruturando e diversificando os cursos de graduação (licenciatura e bacharelado) e implantando Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu (mestrado e doutorado);	Aprovado na Plataforma Digital (mais votada)
	Eixo 4: Defesa Social	Instalação de equipamentos de vídeo monitoramento para a regional.	

PROPOSTAS DAS ESCUTAS TERRITORIAIS DO DIA 27/06/2015
Território: BAIXADA OCIDENTAL
Cidade Pólo: PINHEIRO

PRIORIDADES VOTADAS PARA O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2016

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2016			
PINHEIRO	Eixo 1: Qualidade De Vida	Ampliar e equipar a Santa Casa de Misericórdia do município de Cururupu possa oferecer serviços de saúde de média e alta complexidade	Aprovado na Plataforma Digital (mais votada)
	Eixo 2: Desenvolvimento Socioeconômico	Construção do Complexo portuário estratégico para o escoamento e beneficiamento da produção pesqueira e promoção do turismo.	
	Eixo 5: Direitos Humanos	Construir escola agrícola estadual com acessibilidade para garantir qualificação técnica aos jovens do território e incentivar a permanência dos mesmos na região	

PROPOSTAS DAS ESCUTAS TERRITORIAIS DO DIA 03/07/2015
Território: VALE DO PINDARÉ
Cidade Pólo: SANTA INÊS

PRIORIDADES VOTADAS PARA O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2016

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2016			
SANTA INÊS	Eixo 1: Qualidade de Vida	Investimentos na atenção básica de saúde dos municípios, priorizando aquisição de um mamógrafo e de um equipamento de hemodiálise para a região.	Aprovado na Plataforma Digital (mais votada)
	Eixo 2: Desenvolvimento Socioeconômico	Construir e/ou melhorar entradas vicinais e caminhos de acessos para escoamento da produção e transporte com ênfase da MA 119.	
	Eixo 4: Defesa Social	Elevar o efetivo policial do 7º BPM para 400 policiais e consequentemente triplicar a dotação orçamentária	

PROPOSTAS DAS ESCUTAS TERRITORIAIS DO DIA 22/07/2015

Território: METROPOLITANO

Cidade Pólo: SÃO LUÍS

PRIORIDADES VOTADAS PARA O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2016

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2016			
SÃO LUÍS	Grupo 1	Implantar Centro de Referência Especializado de atenção integral a saúde da pessoa idosa.	Aprovado na Plataforma Digital (mais votada)
	Grupo 2	Construção de centro de multiuso na região metropolitana que desenvolva capacitações, oficinas, atividades culturais e de esporte e lazer.	
	Grupo 3	Implantação de VLT ou metrô de superfície interligando os 4(quatro) municípios da grande ilha integrado aos terminais de integração, rodoviária e aeroporto bem como com acesso à uma rede de ciclovias com bicicletários nos terminais e passarelas para pedestres.	
	Grupo 4	Construir e equipar o centro de referência metropolitana da economia solidária que atendam as necessidades das cadeias produtivas, com gestão compartilhada entre instâncias representativas da economia solidária.	Aprovado na Plataforma Digital (mais votada)
	Grupo 5	Construção, adequação, melhoria e ampliação das escolas no campo, para garantir o atendimento da demanda por ensino médio integrado à educação técnica profissional com base na pedagogia da alternância.	
	Grupo 6	Criação de Centro de Referência da Juventude.	
	Grupo 7	Construção e estruturação de delegacias da mulher na região metropolitana de São Luís com garantia de atendimento 24hs nos finais de semana e feriados bem como a criação de outras delegacias especializadas (racial e intolerância religiosa, LGBT e pessoa com deficiência).	

PROPOSTAS DAS ESCUTAS TERRITORIAIS DO DIA 07/07/2015
Território: CAMPOS E LAGOS
Cidade Pólo: VIANA

PRIORIDADES VOTADAS PARA O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2016

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2016			
VIANA	Eixo 1: Qualidade de Vida	Construir hospital de alta complexidade no território.	Aprovado na Plataforma Digital (mais votada)
	Eixo 3: Desenvolvimento Humano	Construir, reformar e equipar escolas da rede estadual com laboratórios de informática e ciências, biblioteca e quadras com cobertura para atividades culturais e esportivas, de modo a atender as necessidades dos anexos.	
	Eixo 5: Direitos Humanos	Construir, equipar e manter Casa da Mulher Maranhense, no território (Delegacia Especial da Mulher -DEM, Defensoria Pública Estadual - DPE, Vara do Tribunal de Justiça, Ministério Público -MP).	

PROPOSTAS DAS ESCUTAS TERRITORIAIS DO DIA 01/07/2015
Território: ALTO TURI GURUPI
Cidade Pólo: ZÉ DOCA

PRIORIDADES VOTADAS PARA O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2016

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2016			
ZÉ DOCA	Eixo 1: Qualidade de Vida	Ampliar os sistemas de abastecimento de água e implantar o sistema de esgoto em toda região.	Aprovado na Plataforma Digital (mais votada)
	Eixo 3: Desenvolvimento Humano	Construção de escolas nucleadas para o ensino médio na zona rural.	
	Eixo 5: Direitos Humanos	Pavimentar e manter as Rodovias MA's do Território.	

ANEXO B – PONTOS DE VOTAÇÃO NA PLATAFORMA DIGITAL, CONFORME AS ESCUTAS

Escuta Territorial de Bacabal

Altamira do Maranhão	CE GONCALVES DIAS (AV GETULIO VARGAS, N 407 - CENTRO)
Alto Alegre do Maranhão	CE JOSE RIBAMAR MARAO (RUA RAIMUNDO VEIGA, S/N - CENTRO)
Bacabal	CE MANOEL CAMPOS SOUSA (RUA DIAS CARNEIRO, N 1376 - RAMAL) NTE BACABAL (CE PRES JOSE SARNEY) - (RUA CLORES MIRANDA, S/N - CENTRO)
Bom Lugar	CE TERESA LEITE MIRANDA (AV. TEREZA LEITE MIRANDA - JOSE JOAO)
Brejo de Areia	CE RUI BARBOSA - ANEXO I DE VITORINO FREIRE (RUA JOAQUIM TIMOTEO, S/N - CENTRO)
Conceição do Lago-Açu	CE MANOEL DE NAZARETH DOS SANTOS (RUA DO GRUPO, 100 - CENTRO)
Lago Verde	UI PROFA LEDA TAJRA (AV PRESIDENTE KENNEDY, S/N - CENTRO)
Olho d'Água das Cunhãs	CE MARCO MACIEL (RUA SANTO ANTONIO, N 6 - VILA JOAO ALBERTO)
Pio XII	CE JANSEN VELOSO (RUA DO CAMPO, N 135 - CENTRO) CE PROFESSOR RAFAEL BRAGA DE OLIVEIRA (RUA MARANHAO, S/N - MONTEIRO)
São Mateus do Maranhão	CE ALVES CARDOSO (AV RODOVIARIA, N 274 - CENTRO)
Satubinha	CE ESTADO DE SERGIPE (RUA CESARIO FHAD, N 624 - CENTRO)
Vitorino Freire	CE RUI BARBOSA (AV. WILSON BRANCO, N 48 - CENTRO)

Escuta Territorial de Balsas

Alto Parnaíba	CE VITORINO FREIRE (AV RIO PARNAIBA, 571 - CENTRO)
Balsas	UI PROF LUIS REGO (RUA JOSE LEAO, 169 - CENTRO)
Benedito Leite	CE LUCAS COELHO (PRACA DA ALEGRIA, S/N - CENTRO)
Carolina	CE LUZIA AIRES MARANHAO (AV. ADALBERTO RIBEIRO, S/N - CENTRO)
Feira Nova do Maranhão	CE ROSALINA AS (RUA AMAZONAS, 174 - CENTRO)
Formosa da Serra Negra	CE ANTONIO SIRLEY DE ARRUDA LIMA (RUA DO AEROPORTO, S/N - VILA VIANA)
Fortaleza dos Nogueiras	CE HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO (PCA MARTINHO NOGUEIRA, S/N - CENTRO)
Loreto	CE PRESIDENTE MEDICE (AV CEL MANOEL SANTANA, 129 - CENTRO)
Nova Colinas	CE DIOLINDO DE PAULA RIBEIRO (RUA EDSON LOBAO, S/N - CENTRO)
Riachão	CE LUSO ROCHA (PCA DO ESTUDANTE, 502 - CENTRO)
Sambaíba	CE DR PAULO RAMOS (RUA DR. PAULO RAMOS, 249 - CENTRO)
São Domingos do Azeitão	CE AQUILES LISBOA (RUA TRAVESSA JOSE COELHO, S/N - CENTRO)
São Félix de Balsas	CE HENRIQUE MARTINS (RUA DA RAMP, 6 - CENTRO)
São Raimundo das Mangabeiras	CENTRO DE ENSINO SAO RAIMUNDO NONATO (PRACA DO MERCADO, S/N - CENTRO)
Tasso Fragoso	CE ENEAS MAIA FILHO (RUA GONCALVES DIAS, 264 - CENTRO)

Escuta Territorial de Caxias

Aldeias Altas	CE TEOFILO DIAS (AV. JOAO ROSA, 365 - CENTRO)
Buriti Bravo	CE SENADOR CARVALHO GUIMARAES (PCA JOSE COSTA SOBRINHO, S/N - CENTRO) CE PROFESSORA LEDA TAJRA (PCA ZUZA PAIVA, S/N - CENTRO)
Caxias	CE THALES RIBEIRO GONCALVES -SEDE (PRACA CEL JOAO CASTELO, S/N - CENTRO) CE EUGENIO BARROS (MANOEL GONCALVES, 760 - CENTRO) NTE CAXIAS (CE INACIO PASSARINHO) (AV GENERAL SAMPAIO, S/N - MORRO DO ALECRIM)
Codó	CE LUZENIR MATTA ROMA (AV JOAO RIBEIRO, 2753 - SAO SEBASTIAO)
Coelho Neto	IFMA - Campus Coelho Neto - Laboratório de Informática (MA-034, Av. Antônio Guimarães, S/Nº, Bairro Olho D'Aguinha. Coelho Neto) CE DR CARLOS MAGNO DUQUE BACELAR (AV NOSSA SRA SANTANA, S/N - CENTRO)
Coroatá	CE LUIZ MONTENEGRO TAVARES (AV. DA BANDEIRA, 974 - AMERICANOS) Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Coroatá (Trav. da Saudade, n 27 - Centro)
Duque Bacelar	CE PROF LUIS VIANA (RUA SAO JULIAO, 45 - CENTRO)
Fortuna	CE ESTADO DO RIO DE JANEIRO (AV NEWTON BELLO, S/N - CENTRO)
Lagoa do Mato	CE SEN JOSE NEIVA (RUA ANACLETO BANDEIRA, S/N - CENTRO)
Matões – MA	CE JOAO PAULO I (AV GETULIO VARGAS, 2784 - CENTRO)
Parnarama	CE MESTRE TIBERIO (RUA TIMON, 352 - CENTRO)
Peritoró	CE JOAO MOHANA (RUA DO MEIO, S/N - CENTRO)
São João do Soter	UIM MARIANO CAMPOS (AV ESPERANCA, 1928 - CENTRO)
Senador Alexandre Costa	CE ALCIDES CESAR (RUA DO PALMEIRAO, S/N - CENTRO)
Timbiras	CE NEWTON NEVE (AV IDELFONSO MOREIRA DOS SANTOS, S/N - CENTRO)
Timon	UI PE DELFINO (RUA JOSE SIMOES PEDREIRAS, 311 - CENTRO) NTE TIMON

Escuta Territorial de Chapadinha

Água Doce do Maranhão	CE DR JOSE SARNEY (RODOVIA MA 312, s/n, KM 023 - MANGUEIRAO)
Anapurus	CE DR JOSE MARIA CABRAL MARQUES (RUA MARCELINO MONTELES, 181)
Araioses	CE ATENEU SAO JOSE (RUA 07 DE SETEMBRO, S/N - CENTRO)
Belágua	CE DES EMESIO ARAUJO (RUA EIDER ARAUJO, S/N - CENTRO)
Brejo	CE CANDIDO MENDES (PRACA BENEDITO LEITE, 90)
Buriti	CE MARIA LUIZA NOVAES VIANA (PCA DO ESTUDANTE, 17 - CENTRO)
Chapadinha	CE RAIMUNDO ARAUJO (AV PRES VARGAS, S/N - CORRENTE)
Magalhães de Almeida	CE PREFEITO NETO CARVALHO (RUA FRANCISCO FLORINDO, S/N - CENTRO)
Mata Roma	CE OLIVEIRA ROMA (RUA COMANDANTE RENATO ARCHER, S/N - CENTRO)
Milagres do Maranhão	CE DEP ALEXANDRE COSTA (RUA CORONEL FRANCISCO MACATRAO, 350 - CENTRO)
Santa Quitéria do Maranhão	CE CONEGO NESTOR CUNHA (AV. CORONEL FRANCISCO MOREIRA, 53 - CENTRO)

Santana do Maranhão	CE SAO FRANCISCO (AV GOVERNADORA ROSEANA SARNEY, 413 - SAO JOSE)
São Benedito do Rio Preto	CE PROF LUIZ PINHO RODRIGUES (RUA CAPITAO ALMIR MESQUITA, 258 - CENTRO)
São Bernardo	CE DEBORAH CORREIA LIMA (RUA CAMPO DE POUSO, S/N - CENTRO)
Tutóia	CE CASEMIRO DE ABREU (RUA SABINO CONCEICAO, N 235 - CENTRO)
Urbano Santos	CE ESTER FLORA DE ARAUJO (RUA DUQUE DE CAXIAS, 1 - CENTRO)

Escuta Territorial de Colinas

Barão de Grajaú	CE ARISTIDES LOBAO (AV NACOR DA COSTA RIBEIRO, S/N - DO CAMPO) CE NEY BRAGA (AV MARIO BEZERRA, 595 - CENTRO)
Colinas	Centro de Estudos Superiores de Colinas - CESCO (Av. Dr. Osano Brandão, Nº 511, Centro)
Dom Pedro	CE ANA ISABEL TAVARES (RUA JORGE FERNANDES, 350 - FILIPINHO)
Gonçalves Dias	CE PRES CASTELO BRANCO (PR. PRESIDENTE CASTELO BRANCO, 128 - CENTRO)
Governador Archer	CE DEPUTADO PIRES SABOIA (PRACA TIRADENTES, S/N - CENTRO)
Governador Eugênio Barros	CE DIAS CARNEIRO (RUA 15 DE NOVEMBRO, 210 - CENTRO)
Governador Luiz Rocha	CE LUIS CHEIVAN (AV GETULIO VARGAS, S/N - CENTRO)
Graça Aranha	CE HUMBERTO DE CAMPOS (RUA HUMBERTO DE CAMPOS, 324 - CENTRO)
Mirador	CE EDISON LOBAO (AV. BARJONAS LOBAO, 424 - CENTRO)
Nova Iorque	CE ANALIA NEIVA (QDA 1 - CENTRO)
Paraibano	UI JOAO FURTADO BRITO (R SAO FRANCISCO, 960 - CENTRO)
Pastos Bons	CE DR JOSE NEIVA (RUA JOSE HORACIO, S/N - SAO JOSE)
Presidente Dutra	CE DEPUTADO REMY SOARES (BR 135, KM 343, S/N - CONJ HAB PREFEITO REMY SOARES, S/N - CIBRAZEM)
Santa Filomena do Maranhão	CE SANTA FILOMENA (PRACA DOS ANJOS, S/N - CENTRO)
São Domingos do Maranhão	UI DEPUTADO LUIZ ROCHA (RUA MAJOR DELFINO CALVO, S/N - CENTRO)
São Francisco do Maranhão	CE ESTADO DE SAO PAULO (RUA HERMES VIANA, S/N - CENTRO)
São João dos Patos	NTE SÃO JOÃO DOS PATOS (PRACA DOUTOR PEDRO NEIVA DE SANTANA, 100 - CENTRO)
São José dos Basílios	CE DARCY VARGAS (RUA LUIS CARLOS, 458 - CENTRO)
Sucupira do Norte	CE DR ADONIAS LUCAS DE LACERDA (RUA JOAO PARAIBANO, 164 - CENTRO)
Tuntum	CE ISAAC MARTINS (PRACA EURICO RIBEIRO, 124 - CENTRO)

Escuta Territorial de Grajaú

Barra do Corda	CE DOM MARCELINO DE MILAO (AV JOSE DELFINO MENEZES, N 994 - ALTAMIRA)
Fernando Falcão	EMEB PROFESSORA FECIDADE DE MATOS (R. EMILIANO, S/N - VILA RESPLANDES)
Grajaú	CE NICOLAU DINO (RUA DR OLIMPIO FERNANDES, S/N - CENTRO)
Itaipava do Grajaú	UI NELY LA ROQUE (RUA GRANDE, 10 - CENTRO)
Jenipapo dos Vieiras	UI IOLANDA NEPOMUCENO SILVA (RUA NOVA, S/N - CENTRO)

Escuta Territorial de Imperatriz

Açailândia	CE JOVIANA SILVA FARIAS (RUA RETORNO, 4 - RESIDENCIAL TROPICAL) CE PROF ANTONIO CARLOS BECKMAN (RUA MARLY SARNEY, S/N - CENTRO) CE LOURENCO ANTONIO GALLETTI (RUA JOAO PESSOA, 557 - JACU)
Amarante do Maranhão	CE PADRE JOAO BATISTA TEIXEIRA (AV DEP LA ROQUE, N 1684 - CENTRO)
Arame	CE FELIPE DE BARROS (RUA RIO BRANCO, S/N - PREDIO ESCOLAR / CENTRO)
Campestre do Maranhão	CE VALENTIM DA SILVA AGUIAR (RUA SAO RAIMUNDO, S/N - CENTRO)
Cidelândia	CE ISAURA AMORIM (AV. XV DE NOVEMBRO - CENTRO)
Davinópolis	CE FRANCISCO ALVES II (AV. DAVI ALVES SILVA, S/N - CENTRO)
Estreito	CE FREI GIL (RUA BANDEIRANTE - CINCO, S/N – BANDEIRANTE)
Governador Edison Lobão	CENTRO DE ENSINO VICENTE YANEZ PINZON (RUA URBANO ROCHA, N 190 - CENTRO)
Imperatriz	IFMA - Campus Imperatriz (Av. Newton Bello, S/Nº – Vila Maria, Imperatriz) CE DORGIVAL PINHEIRO DE SOUSA (RUA SIMPLICIO MOREIRA, S/N - CENTRO) CE RAIMUNDO SOARES DA CUNHA (RUA BOM JESUS, S/N - SANTA RITA) CE CAMINHO DO FUTURO (ALVARO PEREIRA, N 800 - VILA NOVA) CE DELAHE FIQUENE (RUA DUQUE DE CAXIAS, S/N - VILA LOBAO) CE EDISON LOBAO (JOAO PESSOA, S/N - PARQUE ANHANGUERA)
Itinga do Maranhão	CE TEREZINHA DE JESUS COELHO ROCHA (RUA NOVA ERA, S/N, QDA 20 - VILA SAMUEL)
João Lisboa	CE HENRIQUE DE LA ROQUE (RUA RESPLANDES, S/N - CENTRO)
Montes Altos	CE PARSONDAS DE CARVALHO (RUA PARSONDAS DE CARVALHO - CENTRO)
Porto Franco	CE FORTUNATO MOREIRA NETO (RUA ADALTO MOREIRA, S/N - CENTRO)
São João do Paraíso	CE DELFINO AGUIAR DE AZEVEDO (AV. ARGEMIRO AGUIAR DE AZEVEDO, S/N - CENTRO)
São Pedro da Água Branca	CE HENRIQUE DE LA ROQUE (RUA 03 NUCLEO RESIDENCIAL CVRD, S/N - CENTRO)
Senador La Rocque	CE SALOMAO CURY-RAD (RUA BOM JARDIM, S/N - CENTRO)
Sítio Novo	CE PARSONDAS DE CARVALHO (RUA ANTONIO BANDEIRA, S/N - CENTRO)

Escuta Territorial de Itapecuru Mirim

Anajatuba	CE NINA RODRIGUES (RUA BENEDITO LEITE, S/N - CENTRO)
Cantanhede	CE GETULIO VARGAS (TRAV OLAVO BILAC, S/N - CENTRO)
Itapecuru Mirim	NTE Itapecuru (CE WADY FIQUENE - CAIC) (AV BENEDITO BRAULIO MENDES, S/N - COMPLEXO ESPORT CAMINHO GRANDE) CE ITAPECURU MIRIM (RAIMUNDO HONORIO, 4 - CAMINHO GRANDE)
Matões do Norte	CE PROF ANTENOR BOGEA (AV. DOUTORA FRANCISCA SAMPAIO, N 129 - CENTRO)
Miranda do Norte	CE JOSE FURTADO BEZERRA (RUA DO SOL, 169 - CENTRO)
Nina Rodrigues	CE JOAO PEREIRA MARTINS NETO (AV ANISIO CASTRO, S/N - CENTRO)
Pirapemas	CE RIBAMAR PINHEIRO (AV ENG CELSO CASTELO BRANCO, N 49, PREDIO / CENTRO)
Presidente Vargas	CE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES (AV PIO XII, 22 - CENTRO)
Santa Rita	CE JOAO BATISTA DE CARVALHO - CEMA (RUA DO SOL, S/N,CEMA - CENTRO)
Vargem Grande	CE SANTOS DUMONT (PRACA THALES RIBEIRO GONCALVES, N 400 - CENTRO)

Escuta Territorial de Lago da Pedra

Lago da Pedra	CE MARLY SARNEY (RUA CORONEL PEDRO BOGEA, N 310 - CAJUEIRO)
Lago do Junco	CE JOSE MALAQUIAS (AV ROSEANA SARNEY, N 383 - CENTRO)
Lago dos Rodrigues	CE HOSANO GOMES FERREIRA II (RUA FREI JOSE, S/N - CENTRO)
Lagoa Grande do Maranhão	CE CRISTOVAO COLOMBO - ANEXO I (AV. 1º DE MAIO, S/N - CENTRO)
Marajá do Sena	CE RUI BARBOSA - ANEXO DE VITORINO FREIRE (AV DEPUTADO CESAR BANDEIRA, S/N - CENTRO)
Paulo Ramos	CE ROBERTO SARNEY (RUA DESEMBARGADOR SARNEY, S/N - CENTRO)

Escuta Territorial de Pinheiro

Apicum-Açu	CE AMADO JOAQUIM (RUA SALVADOR, SN - CENTRO)
Bacuri	CE CRISTINO PIMENTA (PRACA SAO SEBASTIAO, SN - CENTRO)
Bacurituba	CE DR DEUSDETH CORTEZ VIEIRA DA SILVA (RUA SAO JOAO, SN - CENTRO)
Bequimão	CE MANOEL BECKMAN (RUA SANTOS DUMONT, SN - CENTRO)
Cajapió	CE PAULO CORDEIRO FILHO (RUA DA CHAPADINHA, 777 - PREDIO / CENTRO)
Cedral	CE PEDRO NEIVA DE SANTANA (AV MARIANO VITAL DE NEGREIROS, 463 - CENTRO)
Central do Maranhão	CE JOSÉ ROBERTO VIANA (RUA DOMINGUES FELISBERTO, SN - CENTRO)
Cururupu	CE GERVASIO PROTASIO DOS SANTOS (RUA EURICO DUTRA, S/N, JACARE)
Guimarães	CE NOSSA SENHORA DA ASSUNCAO (AV JOSE BRUNO DE BARROS, S/N - PRIMAVERA)
Mirinzal	UI DUQUE DE CAXIAS (AV.GOVERNADOR ANTONIO DINO, 228 - CENTRO)
Peri Mirim	CE ARTUR TEIXEIRA DE CARVALHO (RUA PRESIDENTE VARGAS, S/N - CENTRO)
Pinheiro	CE JOSE DE ANCHIETA (RUA TIRADENTES, N 313 - CENTRO)
Porto Rico do Maranhão	CE JOSE RIBAMAR EWERTON (AV CASTELO BRANCO, nº 4 - CEARA)
Presidente Sarney	CE DOM UNGARELLI ANEXO I (AV PADRE LUIS RISSO, S/N - CENTRO)
Santa Helena	CE NEWTON BELLO (PRACA GETULIO VARGAS, N 66 - CENTRO)
Serrano do Maranhão	CE RAIMUNDO RODRIGUES (AVENIDAS DAS JUCAREIRAS, N 2576, SEDE - CENTRO)
Turiaçu	CE PAULO RAMOS (RUA LUTTGARDES OLIVEIRA, N 169 - CENTRO)

Escuta Territorial de Santa Inês

Alto Alegre do Pindaré	CE PROFª MARCELINA NOIA ALVES (RUA MISAEL FRANCO, S/N - TRIZIDELA)
Bela Vista do Maranhão	CE BELA VISTA (RUA DO MERCADO, S/N - VILA AGUIAR)
Bom Jardim	CE GOV JOSE SARNEY (RUA ALMIRANTE BARROSO, N 256 - CENTRO) CE NEWTON SERRA (AV JOSE PEDRO VASCONCELOS, S/N - BETEL)
Buriticupu	CE DR FERNANDO CASTRO (AV CASTELO CASTELO, S/N - CENTRO)
Igarapé do Meio	CE DRA AGOSTINHA MELO CORREIA LIMA (RUA ELIEZER MOREIRA, 87 - BAIRRO NOVO)
Monção	CE DR GETULIO VARGAS (PRACA NELSON CARVALHO, N 245 - CENTRO) CE JOSE MOTA AMARAL (RUA 1 DE MAIO, 830 - DE FATIMA)
Pindaré-Mirim	CE FRANCISCO DAS CHAGAS VASCONCELOS (RUA DO OURO PRETO, N 18 - CENTRO)

Santa Inês	IFMA - Campus Santa Inês - recepção do Campus (BR-316, s/nº – Canaã) CE SENADOR JOSE SARNEY (AV. JARDIM BRASILIA, N 290 - JARDIM BRASILIA) CE BANDEIRA TRIBUZZI CAIC (RUA ALAMEDA CARAJAS, N 263 - SABAK) CE NEUZA DE CARVALHO BASTOS (RUA OSVALDO CRUZ, N 343 - NOVA SANTA INES) CE JOSUE MONTELLO (RUA BARAO DO RIO BRANCO, N 83 - PALMEIRA) CE PE CHAGAS (RUA DO FLAMENGO, N 109 - CENTRO) CE JOSUE DINIZ ALVES (RUA DO BAMBU, 100 - PALMEIRA)
Santa Luzia	CE TRAVASSOS FURTADO (PRACA DA MATRIZ, S/N - CENTRO)
São João do Carú	CE PROFª CONCEICAO BRENHA RAPOSO (PCA ARTUR COSTA E SILVA, S/N - CENTRO)
Tufilândia	CE DOM PEDRO II (PRACA D PEDRO II - CENTRO)

Escuta Territorial de Zé Doca

Amapá do Maranhão	CE MARIA DO SOCORRO ALMEIDA RIBEIRO - ANEXO II (RUA 21 DE ABRIL - CENTRO)
Cândido Mendes	CE DJALMA CRUZ (RUA LUIS DOMINGUES, N 310 - AVIACAO)
Centro Novo do Maranhão	CE Mª DO SOCORRO A RIBEIRO ANEXO III - CHEGA TUDO (RUA DO AEROPORTO POV CHEGA TUDO - POV CHEGA TUDO) CE MARIA DO SOCORRO ALMEIDA RIBEIRO ANEXO III-LIMAO (RUA DA COLONE, S/N - POV DO LIMAO) CE M DO SOCORRO A RIBEIRO ANEXO III - SEDE (RUA SAO SEBASTIAO, S/N - CENTRO)
Godofredo Viana	CE BENEDITA JORGE (AV. TEOFILO VIANA, 467 - CENTRO)
Governador Newton Bello	CE MAL CASTELO BRANCO (RUA DA SUDENE, S/N - CENTRO)
Governador Nunes Freire	CE MARIA GARDENIA RIBEIRO GONCALVES ANEXO - I (AV.SANTOS DUMONT, S/N - AEROPORTO)
Junco do Maranhão	CE MARIA DO SOCORRO ALMEIDA RIBEIRO (TRAV BANDEIRANTE, 148 - CENTRO)
Luís Domingues	CE ALMEIDA BRAGA (RUA DUQUE DE CAXIAS, S/N - BORBOLETAL)
Maracaçumé	CE MARIA DO SOCORRO ALMEIDA RIBEIRO - ANEXO I (RUA BOM JESUS, S/N - CENTRO)
Maranhãozinho	CE Mª GARDENIA RIBEIRO GONCALVES - ANEXO II (RUA SAO VICENTE, S/N - CENTRO)
Nova Olinda do Maranhão	CE TEREZINHA ALVES ROCHA (RUA DO COMERCIO, S/N - CENTRO)
Presidente Médici	CE MARIA GARDENIA RIBEIRO GONCALVES (RUA DO COMERCIO, N 749 - CENTRO)
Santa Luzia do Paruá	CE PROFESSORA LEDA TAJRA (AV. JEFERSON MESQUITA LEMOS, S/N - PARUA)
Zé Doca	IFMA - Campus Zé Doca - Núcleo de Tecnologia (R. da Tecnologia, nº 215 – Vila Amorim, Zé Doca) CE NELSON SEREJO DE CARVALHO - CEMA (RUA DAS FLORES, N 707 - AMORIM)

*** Os pontos de votação funcionaram de segunda-feira a sexta-feira, em horário comercial.**

*** Os pontos de votação não funcionaram nos feriados, pontos facultativos e finais de semana.**

**ANEXO C – PROPOSTAS VENCEDORAS NA ETAPA DE VOTAÇÃO,
DIVIDIDAS POR TERRITÓRIO**

ESQUITAS	TERRITORIO	PROPOSTAS VENCEDORAS NA PLATAFORMA DIGITAL
CAXIAS	COCAIS	Fortalecer o serviço de atenção básica de saúde e de alta complexidade com o financiamento do Estado para a instrumentalização e implementação das políticas de atenção aos trabalhadores, crianças, idosos e pessoas com deficiência. 222 VOTOS – 51,87%
IMPERATRIZ	CERRADO AMAZÔNICO	Estruturação das escolas com revisão das instalações elétricas, climatização, instalação de laboratórios de informática e ciências, internet banda larga, renovação do acervo das bibliotecas, equipamentos mobiliários, quadras poliesportivas. 1.184 VOTOS – 90,66%
BACABAL	VALE DO MEARIM	Reestruturação da educação básica das escolas públicas nos âmbitos da estrutura física, pedagógica e tecnológica para a região do Vale do Mearim. 1.207 VOTOS – 85,72%
BALSAS	CERRADO SUL	Reforma e climatização das escolas de Ensino Médio com instalação de kits de multimídia em todas as salas de aula. 313 VOTOS – 62,73%
CHAPADINHA	BAIXO PARNAÍBA	Construir, reformar, ampliar e equipar as escolas estaduais com laboratórios (informática, de ciências e de matemática), bibliotecas, quadras cobertas com vestiários, assegurando sua manutenção na zona urbana e rural. 217 VOTOS – 63,27%
COLINAS	SERTÃO DO MARANHÃO	Ampliação e Modernização do Hospital de Urgência e Emergência da cidade de Presidente Dutra, visando atender ao território do sertão maranhense. 623 VOTOS – 90,55%
ITAPECURU	VALE DO ITAPECURU	Ampliação dos Hospitais Regionais de Matões do Norte com a média complexidade e o de Itapecuru Mirim para alta complexidade e com a instalação de uma UTI NEO NATAL visando a redução da mortalidade infantil e aquisição de 1 ambulância regional tipo Unidade de Suporte Avançado (USA) ou UTI Móvel para atender os municípios da região. (SAÚDE). 933 VOTOS – 83,98%
PINHEIRO	BAIXADA OCIDENTAL	Ampliar e equipar a Santa Casa de Misericórdia do município de Cururupu possa oferecer serviços de saúde de média e alta complexidade. 10.523 VOTOS – 86,32%
GRAJAÚ	CENTRO MARANHENSE	Construção, ampliação e reforma de prédios escolares e implantação de laboratórios pedagógicos para a educação básica nas zonas urbanas e rurais dos municípios, contemplando a clientela indígena, não indígena e quilombola. 297 VOTOS – 46,62%
ZÉ DOCA	ALTO TURI/GURUPI	Ampliar os sistemas de abastecimento de água e implantar o sistema de esgoto em toda região. 375 VOTOS – 53,50%
LAGO DA PEDRA	MÉDIO MEARIM	Construção de um Hospital Macrorregional de Média de Alta Complexidade, com a seguinte estrutura: UTI neonatal, aparelhado com mamógrafos, tomógrafos e eletro encefalograma e hemocentro. 61 VOTOS – 78,21%

SANTA INÊS	VALE DO PINDARÉ	Investimentos na atenção básica de saúde dos municípios, priorizando aquisição de um mamógrafo e de um equipamento de hemodiálise para a região. 650 VOTOS – 77,01%
PEDREIRAS	MÉDIO MEARIM	Conclusão do Hospital macrorregional de Pedreiras. 61 VOTOS – 70,93%
VIANA	CAMPOS E LAGOS	Construir hospital de alta complexidade no território. 196 VOTOS – 70,50%
BARREIRINHAS	LENÇÓIS MUNIM	Construção do hospital de alta complexidade da rede hospitalar do território e ampliação da rede existente. 77 VOTOS – 50,99%
SÃO LUÍS	METROPOLITANA	Implantar Centro de Referência Especializado de atenção integral a saúde da pessoa idosa. 787 votos – 34,87% Construir e equipar o centro de referência metropolitana da economia solidária que atendam as necessidades das cadeias produtivas, com gestão compartilhada entre instâncias representativas da economia solidária. 735 votos – 32,57%
TOTAL		23.006 votos

ANEXO D – RELATÓRIOS DAS ESCUTAS TERRITORIAIS

RELATÓRIO DA ESCUTA DE IMPERATRIZ

INFORMAÇÕES

TERRITÓRIO: Cerrado Amazônico

LOCAL: Universidade Estadual do Maranhão / Imperatriz

DATA: 15/06/2015

HORÁRIO: 8h as 17h30

MUNICÍPIOS PARTICIPANTES:

Açailândia	Amarante
Brejo	Buritirana
Campestre	Cidelândia
Davinópolis	Estreito
Imperatriz	Itinga do Maranhão
João Lisboa	Montes Altos
Porto Franco	Senador La Roque
Sítio Novo	

COMPOSIÇÃO DA MESA DE ABERTURA:

Marcio Jerry – Secretário de Estado de Articulação Política

Cynthia Mota Lima – Secretária de Estado de Planejamento e Orçamento

Nilce Cardoso – Superintendente de Orçamento Participativo - SEDIHPOP/SAPP

Elizangela Cardoso - Gestora da Fundação da Criança e do Adolescente – FUNAC

Sebastião Madeira – Prefeito de Imperatriz

Adonilson Lima – representante da Câmara dos Vereadores de Imperatriz (Vereador do PC do B de Imperatriz)

Luís Carlos Araújo dos Santos – Professor e Dr. Representando Paulo Henrique

Aragão Catunda – Diretor da UEMA de Imperatriz

Júnior Verde – Deputado Estadual (PV)

AUTORIDADES PRESENTES NA ESCUTA DE IMPERATRIZ

Edilomar Miranda – Prefeito do Município de Ribamar Fiquene

Genival Fonseca – Secretário de Administração de Ribamar Fiquene

Elissandro Miranda- Secretário de Agricultura de Ribamar Fiquene

Levi Marinho – Vereador de Sítio Novo

José Luís Caldas- Secretário de Agricultura de Itinga

Manoel Pronoma – representante da FUNAC

Irmão Bola – Representante da Associação dos Produtores Rurais Tinguís (Porto Franco)

Adilson Oliveira – Secretário de Agricultura de Campestre

Cleonice Rodrigues Guimarães – Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campestre

Irmão Antônio – Representantes dos Padres Colombianos de Piquiá

Verbena Macedo – Superintendente de Articulação Política Regional de Porto Frano

Lúcio Flávio - Superintendente de Articulação Política Regional de Açailândia

Rafael Heringer - Superintendente de Articulação Política Regional de Imperatriz

Equipe da Escuta:

Nilce Cardoso – Superintendente do Orçamento Participativo - SEDIHPOP/SAPP
Elisângela Serra Lima – Supervisora de Sistematização de Demandas Prioritárias de OP - SEDIHPOP/SAPP

Rogério Ferreira Oliveira – Supervisor SEDIHPOP/SAPP

Erisvan Loureiro Bastos – Supervisor

Aline Ribeiro – Supervisora Modificação Orçamentária - SEPLAN

Nayane Ferreira – Assessora de Planejamento – SEPLAN

Claudio Braga – Assessor Especial

Luís Teixeira – Auxiliar Técnico II – SEPLAN

Técnicos auxiliares das escutas:

Maria Eliana Alves de Lima– SEDUC

Antomar Mafra– SECTI

Laércio José Carvalho Pereira– SEEJUV

Simone Limeira Serafim– Assessora do Gabinete do Governador

José de Ribamar Rodrigues Pereira – SEPAQ

Railton – SEAP



Escuta de Imperatriz

RELATÓRIO DA ESCUTA DE CAXIAS

INFORMAÇÕES

TERRITÓRIO: Cocais

Local: Universidade Estadual do Maranhão / Caxias

Data: 15/06/2015

Horário: 8h as 17h30

Municípios participantes:

Afonso Cunha	Aldeias Altas
Buriti Bravo	Caxias
Codó	Coelho Neto
Coroatá	Duque Bacelar
Fortuna	Lagoa do Mato
Matões	Parnarama
Peritoró	São João do Sóter
Senador Alexandre Costa	Timbira
Timon	Peritoró

COMPOSIÇÃO DA MESA DE ABERTURA:

Francisco Gonçalves - Secretário de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular

Adelmo Soares - Secretário de Estado da Agricultura Familiar,

Eduardo Beckman - Secretário adjunto de Planejamento e Orçamento

Fábio Rondon - Secretário adjunto da Educação,

Francisco de Assis Ribeiro Costa Filho - Superintendente regional da Secretaria de Estado Assuntos Políticos e Federativos (SEAP)

Antônio José Ximenes - Coordenador regional da AGERP

Jaqueline Barros – representante do Território dos Cocais

Francisco Edilson Chaves Correia - Representante da Fazenda Esperança

Edilson Ferreira - Representante da Associação de gays, lésbicas e profissionais do sexo/ AGLEPS - CAXIAS

Equipe da Escuta:

Creuzamar de Pinho – Secretária Adjunta de Participação Popular/SEDIHPOP

Andressa Brito – Supervisora da SAPP/SEDIHPOP

Gilvan Alves – Supervisor da SAPP/SEDIHPOP

José Almeida – Supervisor da SAPP/SEDIHPOP

Cristiane Oliveira – Supervisora de Elaboração de Plano, Programas e Projetos.

Daniele Duailibe – Supervisora Promoção Orçamentária

Francisco Lopes – Auxiliar Técnico II

Rafael Baldez – Auxiliar Técnico II

Técnicos Auxiliares das Escutas:

Arlete Abreu - SEDES

Eunice Costa – SEEJUV

Mauro Marques Andrade – Gestor de Inclusão produtiva da Secretaria de Estado da Igualdade Racial (SEIR)

Paulo Roberto Moreira Lopes – Chefe da Asplan da Agencia Estadual de Defesa Agropecuária/AGED

RELATÓRIO DA ESCUTA DE GRAJAÚ

TERRITÓRIO: Centro Maranhense

Local: Universidade Federal do Maranhão/Grajaú

Data: 01/07/2015

Horário: 8h as 17h30

MUNICÍPIOS PARTICIPANTES:

Arame	Barra do Corda
Bacurizinho	Fernando Falcão
Formosa	Grajaú
Itaipava do Grajaú	Jenipapo dos Vieiras
Sítio Novo	

COMPOSIÇÃO DA MESA DE ABERTURA

Nilce Cardoso – Superintendente do Orçamento Participativo - SEDIHPOP/SAPP

Aline Ribeiro – Supervisora Modificação Orçamentária – SEPLAN

Simone Limeira Serafim– Assessora do Gabinete do Governador

Abmael Neto – vice-prefeito de Grajaú

Caroline Lima Veloso – Pres. da Comissão de Análise de Projetos Culturais Incentivados

Marinaldo do Gesso – Presidente da Câmara Municipal de Grajaú (PT)

José Raimundo Rosário Junior – Comandante da 15ª Companhia Independente da PM de Grajaú

Leocárdio Cunha – Superintendente de Barra do Corda

Susan Lucena – Secretária Adjunta de Estado da Mulher

José Jairo - Vereador (PMDB)

Francisco Guajajaras - Liderança Indígena

EQUIPE DA ESCUTA (SEDIHPOP/SEPLAN):

Nilce Cardoso – Superintendente do Orçamento Participativo - SEDIHPOP/SAPP

Elisângela Serra Lima – Supervisora de Sistematização de Demandas Prioritárias de OP - SEDIHPOP/SAPP

João Batista Gomes da Silva – Supervisor da SEDIHPOP/SAPP

Aline Ribeiro – Supervisora Modificação Orçamentária - SEPLAN

Nayane Ferreira – Assessora de Planejamento – SEPLAN

Claudio Braga – Assessor Especial

Luís Teixeira – Auxiliar Técnico II – SEPLAN

Arlete Silva Serra – Superintendente de Métodos e Procedimentos, Planejamentos e Orçamento.

TÉCNICOS AUXILIARES DAS ESCUTAS:

Carmem Lúcia Silva Belfort – Assessora Especial de Planejamento e Orçamento da Secretária de Estado da Mulher /SEMU

José de Ribamar Rodrigues Pereira – SEPAQ

Caroline Lima Veloso – Pres. da Comissão de Análise de Projetos Culturais Incentivados.



Escuta Territorial de Grajaú

RELATÓRIO DA ESCUTA DE BACABAL

INFORMAÇÕES

TERRITÓRIO: Vale do Mearim

LOCAL: Universidade Estadual do Maranhão / Bacabal

DATA: 17/06/2015

HORÁRIO: 8h as 17h30

MUNICÍPIOS PARTICIPANTES:

Altamira do Maranhão	Pio XII
Alto Alegre do Maranhão	São Mateus do Maranhão
Bacabal	Satubinha
Bom Lugar	Vitorino Freire
Brejo de Areia	
Conceição de Lago Açú	
Lago Verde	
Lagoa Grande do Maranhão	
Marajá do Sena	
Olho D'água das Cunhãs	
Paulo Ramos	
Pedreiras	

COMPOSIÇÃO DA MESA DE ABERTURA:

Creuzamar de Pinho - Secretária adjunta de Participação Popular

Eduardo Beckman - Secretário adjunto de Planejamento e Orçamento

Mauro Marque de Andrade – Gestor de Inclusão produtiva da Secretaria de Estado da Igualdade Racial (SEIR)

Augusto Neto - Assessor da Secretaria de Estado Assuntos Políticos e Federativos (SEAP)

Rozilma Soares Bauer - Diretora do CESB-UEMA

Manoel de Jesus Rosa - Representante da União e Associação de moradores.

EQUIPE DA ESCUTA:

Creuzamar de Pinho – Secretária Adjunta de Participação Popular/SEDIHPOP

Andressa Brito – Supervisora da SAPP/SEDIHPOP

Gilvan Alves – Supervisor da SAPP/SEDIHPOP

José Almeida – Supervisor da SAPP/SEDIHPOP

Eduardo Beckman - Secretário adjunto de Planejamento e Orçamento

Cristiane Oliveira – Supervisora de Elaboração de Plano, Programas e Projetos.

Daniele Duailibe – Supervisora Promoção Orçamentária

Francisco Lopes – Auxiliar Técnico II

Rafael Baldez – Auxiliar Técnico II

TÉCNICOS AUXILIARES DAS ESCUTAS:

Arlete Abreu - SEDES

Eunice Costa – SEEJUV

Mauro Marque de Andrade – Gestor de Inclusão produtiva da Secretaria de Estado da Igualdade Racial (SEIR)

Paulo Roberto Moreira Lopes – Chefe da Asplan /AGED

RELATÓRIO DA ESCUTA DE CHAPADINHA

INFORMAÇÕES

TERRITÓRIO: Baixo Parnaíba

Local: Universidade Federal do Maranhão – UFMA/ Chapadinha

Data: 19/06/2015

Horário: 8h as 17h30

Municípios participantes:

Água Doce do Maranhão	Anapurus
Araioses	Belágua
Brejo	Buriti
Chapadinha	Magalhães de Almeida
Mata Roma	Milagres do Maranhão
Santa Quitéria do Maranhão	Santana do Maranhão
São Benedito do Rio Preto	São Bernardo
Tutóia	Urbano Santos

COMPOSIÇÃO DA MESA DE ABERTURA:

Flávia Alexandrina - Secretária de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano (SECID)

Creuzamar de Pinho - Secretária adjunta de Participação Popular

Eduardo Beckman - Secretário adjunto de Planejamento e Orçamento

Fábio Rondon - Secretário adjunto da Educação,

Irmão Gomes - Superintendente Regional de articulação política

Carlos Borromeu - Presidente do Comitê da Bacia hidrográfica do Rio Munin

Coordenador do curso de agronomia da UFMA

Nonato Baleco - Vereador

José Raimundo da Costa - Prefeito de São Bernardo

Miguel Cardoso de Caldas – Prefeito de Milagres do Maranhão

Raimunda Coreolano - Coordenadora do Colegiado de Desenvolvimento Territorial

Equipe da Escuta:

Creuzamar de Pinho – Secretária Adjunta de Participação Popular/SEDIHPOP

Andressa Brito – Supervisora da SAPP/SEDIHPOP

Gilvan Alves – Supervisor da SAPP/SEDIHPOP

José Almeida – Supervisor da SAPP/SEDIHPOP

Cristiane Oliveira – Supervisora de Elaboração de Plano, Programas e Projetos.

Daniele Duailibe – Supervisora Promoção Orçamentária

Francisco Lopes – Auxiliar Técnico II

Rafael Baldez – Auxiliar Técnico II

Técnicos Auxiliares das Escutas:

Arlete Abreu - SEDES

Eunice Costa – SEEJUV

Mauro Andrade – Gestor de Inclusão produtiva da Secretaria de Estado da Igualdade Racial (SEIR)

Paulo Roberto Moreira Lopes – Chefe da Asplan AGED

RELATÓRIO DA ESCUTA DE COLINAS

INFORMAÇÕES

TERRITÓRIO: Sertão do Maranhão

Local: Universidade Estadual do Maranhão/ Colinas

Data: 19/06/2015

Horário: 8h as 17h30

Municípios participantes:

Buriti Bravo	Colinas
Dom Pedro	Governador Archer
Jatobá	Jenipapo dos Vieiras
Mirador	Nova Iorque
Paraibano	Passagem Franca
Pastos Bons	Presidente Dutra
São João dos Patos	São José dos Basílios
Sucupira do Norte	

COMPOSIÇÃO DA MESA DE ABERTURA:

Simone Limeira – Assessora do Gabinete do Governador

Nilce Cardoso – Superintendente do Orçamento Participativo - SEDIHPOP/SAPP

Aline Ribeiro – Supervisora Modificação Orçamentária – SEPLAN

Antônio Carlos Oliveira – Prefeito de Colinas

Abimael Costa – Vereador

Jardel Miranda – Superintendente de Articulação Política de São João dos Patos

Maria Helena Ribeiro Pereira - Diretora do Centro de Estudos Superiores de Colinas/UEMA

Equipe da Escuta:

Nilce Cardoso – Superintendente do Orçamento Participativo - SEDIHPOP/SAPP

Elisângela Lima – Supervisora de Sistematização de Demandas Prioritárias de OP - SEDIHPOP/SAPP

Rogério Ferreira – Supervisor SEDIHPOP/SAPP

Erisvan Loureiro Bastos – Supervisor

Aline Ribeiro – Supervisora Modificação Orçamentária - SEPLAN

Nayane Ferreira – Assessora de Planejamento – SEPLAN

Claudio Braga – Assessor Especial

Luís Teixeira – Auxiliar Técnico II – SEPLAN

Técnicos auxiliares das escutas:

Maria Eliana – SEDUC

Antomar Mafra– SECTI

Laércio – SEEJUV

Simone Limeira – Assessora do Gabinete do Governador

José Ribamar Rodrigues Pereira – SEPAQ



Escuta Territorial de Colinas

RELATÓRIO DA ESCUTA DE ITAPECURU

INFORMAÇÕES

TERRITÓRIO: Vale do Itapecuru

Local: Instituto Federal de Educação do Maranhão – IFMA/Pinheiro

Data: 25/06/2015

Horário: 8h as 17h30

MUNICÍPIOS PARTICIPANTES:

Anajatuba	Cantanhede
Itapecuru Mirim	Matões do Norte
Miranda do Norte	Nina Rodrigues
Pirapemas	Presidente Vargas
Santa Rita	Vargem Grande

COMPOSIÇÃO DA MESA DE ABERTURA:

Ester Marques – Secretária de Estado de Cultura

Creuzamar de Pinho – Secretária Adjunta de Participação Popular - SEDIHPOP

Aline Ribeiro – Supervisora Modificação Orçamentária – SEPLAN

Neto Ferreira – Prefeito de Anajatuba

Vicente Mesquita – Delegado do MDA Maranhão

Augusto Lobato - Assessor Especial do Gabinete do Governador

Paulo Coelho – Coordenador da Rede de Colegiados; Vereador do município de Cantanhede

Ilma de Fátima – Secretária Adjunta de Educação

Edna Teixeira – Vereadora de Itapecuru (PC do B)

EQUIPE DA ESCUTA:

Creuzamar de Pinho – Secretária Adjunta de Participação Popular – SEDIHPOP

Pedro Leonardo Aguiar Tavares – Superintendente de Participação Popular

Adriana Pires – Assessora Técnica SEDIHPOP/SAPP

Carlos Eduardo Dutra de Aguiar – Supervisor SEDIHPOP/SAPP

João Batista Gomes da Silva – Supervisor SEDIHPOP/SAPP

Arlete Silva Serra – Superintendente de Métodos e Procedimentos, Planejamento e Orçamento.

Nayane Ferreira – Assessora de Planejamento – SEPLAN

Claudio Braga – Assessor Especial

Luís Teixeira – Auxiliar Técnico II – SEPLAN

TÉCNICOS AUXILIARES DAS ESCUTAS:

Carmem Lúcia Silva Belfort – Assessora Especial de Planejamento e Orçamento da Secretária de Estado da Mulher /SEMU

Mauro – SEIR

Maria do Socorro – SEIR



Escuta Territorial de Itapecuru Mirim

RELATÓRIO DA ESCUTA DE LAGO DA PEDRA

INFORMAÇÕES

TERRITÓRIO: Médio Mearim

Local: Fórum Desembargador José Joaquim Ramos Figueira/Lago da Pedra

Data: 03/07/2015

Horário: 8h as 17h30

MUNICÍPIOS PARTICIPANTES:

Esperantinópolis	Lago do Junco
Lago da Pedra	Marajá do Sena
Igarapé Grande	Porção de Pedras
Pedreiras	

COMPOSIÇÃO DA MESA DE ABERTURA:

Mauro Jorge – Presidente do ITERMA, neste ato, representando o governador do Estado, Flávio Dino

Nilce Cardoso – Superintendente do Orçamento Participativo - SEDIHPOP/SAPP

Aline Ribeiro – Supervisora Modificação Orçamentária - SEPLAN

Caroline Lima Veloso – Pres. da Comissão de Análise de Projetos Culturais Incentivados

Dr. Jorge – Prefeito de Lagoa Grande, representando os prefeitos da região.

Major Maurício Robson Carvalho Bezerra – Comandante do 19º Batalhão da Polícia Militar (BPM) de Pedreiras

Chico Sales – Secretário Adjunto da Secretaria de Estado de Agricultura Familiar

Ariel Marinho – Vereador representando a câmara de Vereadores do Município

Laercio Arruda – Vice-prefeito de Lago da Pedra

Carlinhos Florêncio – Deputado Estadual

Ricardo Abreu Soares – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lago da Pedra

Rodrigo Oliveira Neto – Superintendente Regional de Articulação Política de Lago da Pedra

EQUIPE DA ESCUTA:

Nilce Cardoso – Superintendente do Orçamento Participativo - SEDIHPOP/SAPP

Elisângela Serra Lima – Supervisora de Sistematização de Demandas Prioritárias de OP - SEDIHPOP/SAPP

João Batista Gomes da Silva – Supervisor da SEDIHPOP/SAPP

Aline Ribeiro – Supervisora Modificação Orçamentária - SEPLAN

Nayane Ferreira – Assessora de Planejamento – SEPLAN

Claudio Braga – Assessor Especial

Luís Teixeira – Auxiliar Técnico II – SEPLAN

Arlete Silva Serra – Superintendente de Métodos e Procedimentos, Planejamentos e Orçamento.

TÉCNICOS AUXILIARES DAS ESCUTAS:

Carmem Lúcia Silva Belfort – Assessora Especial de Planejamento e Orçamento da Secretária de Estado da Mulher /SEMU

José de Ribamar Rodrigues Pereira – SEPAQ

Caroline Lima Veloso – Pres. da Comissão de Análise de Projetos Culturais Incentivados



Escuta territorial de Lago da Pedra

RELATÓRIO DA ESCUTA DE PEDREIRAS

INFORMAÇÕES

TERRITÓRIO: Médio Mearim

Local: Centro de Ensino Oscar Galvão

Data: 04/07/2015

Horário: 8h as 17h30

MUNICÍPIOS PARTICIPANTES:

Bernardo do Mearim	Esperantinópolis
Igarapé Grande	Lima Campos
Pedreiras	Poção de Pedras
São Raimundo Doca Bezerra	São Roberto
Trizidela do Vale	

COMPOSIÇÃO DA MESA DE ABERTURA PEDREIRAS:

Suzan Lucena – Secretária Adjunta de Estado da Mulher

Creuzamar de Pinho – Secretária Adjunta de Participação Popular- SEDIHPOP

Aline Ribeiro – Supervisora Modificação Orçamentária - SEPLAN

Major Maurício Robson Carvalho Bezerra – Comandante do 19º Batalhão da Polícia Militar (BPM) de Pedreiras

Marvio Rocha - Vice Prefeito de São Raimundo do Doca Bezerra e Superintendente da SEAP

Simplício Araújo – Secretário de Estado da Secretária de Indústria e Comércio

Vinícius Louro – Deputado Estadual

Fernanda Silva Soares – Representante do território Médio Mearim

Francinete Braga – Representante dos Movimentos Sociais da Região

Francisco Sales – Secretário Adjunto de Estado de Agricultura Familiar

Patrício Oliveira – Secretário de Administração no ato representando o prefeito de Pedreiras

Serapião Louro – Vice- presidente da Câmara Municipal de Pedreiras

Marcílio Ximenes – Diretor da Associação Comercial de Pedreiras

EQUIPE DA ESCUTA:

Creuzamar de Pinho – Secretária Adjunta de Participação Popular- SEDIHPOP

Erisvan Loureiro Bastos – Superintendente SEDIHPOP/SAPP

Jose Almeida de Costa Filho - Superintendente SEDIHPOP/SAPP

Eduardo Beckman – Secretário de Estado Adjunto de Planejamento e Orçamento

Aline Ribeiro – Supervisora Modificação Orçamentária - SEPLAN

Nayane Ferreira – Assessora de Planejamento – SEPLAN

Luís Teixeira – Auxiliar Técnico II – SEPLAN

Arlete Silva Serra – Superintendente de Métodos e Procedimentos, Planejamentos e Orçamento.

TÉCNICOS AUXILIARES DAS ESCUTAS:

Carmem Lúcia – SEMU

Caroline Lima Veloso – Pres. da Comissão de Análise de Projetos Culturais Incentivados

Raylton – SEAP



Escuta territorial de Pedreiras

RELATÓRIO DA ESCUTA DE PINHEIRO

INFORMAÇÕES

TERRITÓRIO: Baixada Ocidental Maranhense **Local:** Instituto Federal de Educação do Maranhão – IFMA/Pinheiro **Data:** 27/06/2015 **Horário:** 8h as 17h30

MUNICÍPIOS PARTICIPANTES:

Alcântara	Apicum Açú
Bacuri	Bacurituba
Cajapió	Cedral
Central do Maranhão	Cururupu
Guimarães	Mirinzal
Palmeirândia	Peri Mirim
Pinheiro	Porto Rico
Presidente Sarney	Presidente Médici
Santa Helena	Serrano do Maranhão
Turilândia	Turiação

COMPOSIÇÃO DA MESA DE ABERTURA:

Robson Paz – Secretário de Estado de Comunicação

Nilce Cardoso – Superintendente do Orçamento Participativo - SEDIHPOP/SAPP

Eduardo Beckman – Secretário Adjunto da Secretaria de Planejamento/ SEPLAN

Celijon Abreu Ramos - Secretário-adjunto de Cultura do Estado.

Maria do Socorro Nascimento Barbosa - Gestora de Comunidades Tradicionais – SEIR

Lorinete Ramalho – Coordenadora Regional da FETAEMA

Fernando Cuba – Prefeito de Cedral

José Ramalho de Castro Rodrigues – Vereador do município de Bacuri - PRB

EQUIPE DA ESCUTA:

Creuzamar de Pinho – Secretária Adjunta de Participação Popular - SEDIHPOP

Nilce Cardoso – Superintendente do Orçamento Participativo - SEDIHPOP/SAPP

Elisângela Lima – Supervisora de Sistematização de Demandas Prioritárias de OP - SEDIHPOP/SAPP

Adriana Pires – Assessora Técnica SEDIHPOP/SAPP

Carlos Eduardo Dutra de Aguiar – Supervisor SEDIHPOP/SAPP

João Batista Gomes da Silva – Supervisor SEDIHPOP/SAPP

Eduardo Beckman – Secretário Adjunto da Secretaria de Planejamento/ SEPLAN

Cristiane Oliveira – Supervisora de Elaboração de Plano, Programas e Projetos.

Daniele Duailibe – Supervisora Promoção Orçamentária

Arlete Silva Serra – Superintendente de Métodos e Procedimentos, Planejamento e Orçamento.

Francisco Lopes – Auxiliar Técnico II

Rafael Baldez – Auxiliar Técnico II

TÉCNICOS AUXILIARES DAS ESCUTAS:

Carmem Lúcia Silva Belfort – Assessora Especial de Planejamento e Orçamento da Secretária de Estado da Mulher /SEMU

Mauro Andrade – Gestor de Inclusão produtiva da Secretaria de Estado da Igualdade Racial (SEIR)

Maria do Socorro – Assessora da Secretaria Extraordinária de Igualdade Racial - SEIR



Escuta Territorial de Pinheiro

RELATÓRIO DA ESCUTA DE SANTA INÊS

INFORMAÇÕES

TERRITÓRIO: Vale do Pindaré

Local: Universidade Estadual do Maranhão/ Santa Inês

Data: 03/07/2015

Horário: 8h as 17h30

MUNICÍPIOS PARTICIPANTES:

Alto Alegre do Pindaré	Bela Vista
Bom Jardim	Bom Jesus das Selvas
Buriticupu	Monção
Pio XII	Pindaré
Santa Inês	Santa Luzia
Satubinha	São João do Carú
Pindaré Mirim	

COMPOSIÇÃO DA MESA DE ABERTURA

Eduardo Beckman – Secretário Adjunto da Secretaria de Planejamento/ SEPLAN

Pedro Leonardo Aguiar Tavares – Superintendente SEDIHPOP/SAPP

Marcos Caminha – Ouvidor Geral da Secretária de Transparência e Controle

Josimar Porto – Diretor do Centro de Estudos Superiores de Santa Inês

Oswaldo Conceição – Superintendente de Articulação Política de Santa Luzia

Altemar Lima- Secretário Adjunto de Estado da Cultura

Paulo Matos – Assessor Especial do Gabinete do Governador

Jorge Castro – representando o Secretário de Estado da Fazenda

EQUIPE DA ESCUTA:

Creuzamar de Pinho – Secretária Adjunta de Participação Popular- SEDIHPOP

Pedro Leonardo Aguiar Tavares – Superintendente SEDIHPOP/SAPP

Rogério Ferreira Oliveira – Supervisor SEDIHPOP/SAPP

Adriana de Nazaré Soares Pires – Assessora Sênior – SEDIHPOP/SAPP

Eduardo Beckman – Secretário Adjunto da Secretaria de Planejamento/ SEPLAN

Cristiane Oliveira – Supervisora de Elaboração de Plano, Programas e Projetos.

Daniele Duailibe – Supervisora Promoção Orçamentária

Francisco Lopes – Auxiliar Técnico II

Rafael Baldez – Auxiliar Técnico II

TÉCNICOS AUXILIARES DAS ESCUTAS

Carmem Lúcia Silva Belfort – Assessora Especial de Planejamento e Orçamento da Secretária de Estado da Mulher /SEMU

RELATÓRIO DA ESCUTA DE VIANA

INFORMAÇÕES

TERRITÓRIO: Campos e Lagos

Local: Unidade de Ensino Marcelino Campelo - Viana

Data: 04/07/2015

Horário: 8h as 17h30

MUNICÍPIOS PARTICIPANTES:

Arari	Matinha
Palmeirândia	Pedro do Rosário
Olinda Nova	São Vicente Férrer
São João Batista	Viana

COMPOSIÇÃO DA MESA DE ABERTURA

Augusto Lobato – Assessor Especial do Gabinete do Governador do Estado do Maranhão

Creuzamar de Pinho – Secretária Adjunta de Participação Popular- SEDIHPOP

Eduardo Beckman – Secretário Adjunto do Estado de Planejamento e Orçamento

Aurea Prazeres – Secretária de Estado de Educação

Tatiana de Jesus Pereira Ferreira – Secretária de Estado Extraordinária da Juventude

Francisco Gomes - Prefeito da Cidade de Viana

Carlos Augusto – Superintendente de Viana Articulação Política

Willian Dickson Garcia– Secretário Adjunto de Estado da Educação

Júlio César Mendonça Correia – Secretário Adjunto da Secretaria de Agricultura Familiar

Nilson Muniz Gomes – Presidente da Câmara Municipal de Viana

Zulmira – Representante das Quebradeiras de Coco do Território Campos e Lagos

EQUIPE DA ESCUTA:

Creuzamar de Pinho – Secretária Adjunta de Participação Popular- SEDIHPOP

Nilce Cardoso – Superintendente do Orçamento Participativo - SEDIHPOP/SAPP

Genilde Reis da Silva – Coordenadora dos Conselhos - SEDIHPOP/SAPP

João Batista Gomes da Silva – Supervisor da SEDIHPOP/SAPP

Eduardo Beckman – Secretário Adjunto de Estado de Planejamento e Orçamento

Arlete Silva Serra – Superintendente de Métodos e Procedimentos, Planejamento e Orçamento.

Cristiane Oliveira – Supervisora de Elaboração de Plano, Programas e Projetos.

Daniele Duailibe – Supervisora Promoção Orçamentária

Francisco Lopes – Auxiliar Técnico II



Escuta territorial de Viana

RELATÓRIO DA ESCUTA DE BALSAS

INFORMAÇÕES

TERRITÓRIO: Cerrado Sul

LOCAL: Colégio Marista

DATA: 17/06/2015

HORÁRIO: 8h as 17h30

MUNICÍPIOS PARTICIPANTES:

Alto Parnaíba	Balsas
Carolina	Feira Nova do Maranhão
Formosa da Serra Negra	Fortaleza dos Nogueiras
Loreto	Riachão
Sambaíba	São Félix de Balsas
São Raimundo dos Mangabeiras	Tasso Fragoso

COMPOSIÇÃO DA MESA DE ABERTURA

Márcio Honaiser - Secretário de Estado de Agricultura,

Nilce Cardoso – Superintendente do Orçamento Participativo - SEDIHPOP/SAPP

Aline Ribeiro – Supervisora Modificação Orçamentária – SEPLAN

Padre Nadir Zanchet - Pároco da Diocese de Balsas

Ir. Carlos Henrique - Diretor do Colégio Marista de Balsas

Vereador Manoel Carvalho - PC do B - Representando Câmara Municipal de Balsas

Equipe da Escuta:

Nilce Cardoso – Superintendente do Orçamento Participativo - SEDIHPOP/SAPP

Elisângela Lima – Supervisora de Sistematização de Demandas Prioritárias de OP - SEDIHPOP/SAPP

Rogério Ferreira – Supervisor SEDIHPOP/SAPP

Erisvan Loureiro Bastos – Supervisor

Aline Ribeiro – Supervisora Modificação Orçamentária - SEPLAN

Nayane Ferreira – Assessora de Planejamento – SEPLAN

Claudio Braga – Assessor Especial

Luís Teixeira – Auxiliar Técnico II – SEPLAN

Técnicos auxiliares das escutas:

Maria Eliana Alves Lima– SEDUC

Antomar Mafra– SECTI

Laércio José Carvalho Pereira– SEEJUV

Simone Limeira – Assessora Especial do Governador

José Ribamar Rodrigues Pereira – SEPAQ



Escuta Territorial de Balsas

RELATÓRIO DA ESCUTA DE BARREIRINHAS

INFORMAÇÕES

TERRITÓRIO: Lençóis e Munim

Local: Centro Paroquial **Data:** 10/07/2015 **Horário:** 8h as 17h30

MUNICÍPIOS PARTICIPANTES:

Axixá	Icatu
Barreirinhas	Tutóia
Cachoeira Grande	Morros
Humberto Campos	Santo Amaro
Rosário	Primeira Cruz
Presidente Juscelino	Bacabeira
Paulino Neves	Pedro do Rosário

COMPOSIÇÃO DA MESA DE ABERTURA

Cynthia Mota Lima- Secretária de Estado de Planejamento e Orçamento

Creuzamar de Pinho – Secretária de Estado Adjunta de Participação Popular

Laurinda Pinto – Secretária de Estado da Mulher

Dhelma Santos de Andrade – Secretaria de Estado de Turismo

Tatiana de Jesus Pereira Ferreira – Secretária de Estado Extraordinária da Juventude

José Lídio Silva Lisboa – Coordenador do Núcleo Diretivo do território Lençóis Munim.

Calvet Filho – Superintendente de Articulação Política

Léo Costa – Prefeito de Barreirinhas

Amilcar Rocha – Superintendente de Articulação Política

Ilma de Fátima – Secretária Adjunta de Educação

Raimundo Majuca – vereador

Francisco Farias - Presidente do STTR de Barreirinhas

EQUIPE DA ESCUTA:

Creuzamar de Pinho – Secretária Adjunta de Participação Popular- SEDIHPOP

Elen Barbosa Mateus – Superintendente da Plataforma Digital

Elisângela Serra Lima – Supervisora de Sistematização de Demandas Prioritárias de OP - SEDIHPOP/SAPP

Gilvan Alves – Supervisor da SAPP/SEDIHPOP

Erisvan Loureiro Bastos – Supervisor dos Conselhos - SAPP/SEDIHPOP

Carlos Eduardo Dutra de Aguiar – Supervisor da SAPP/SEDIHPOP

Aline Ribeiro – Supervisora Modificação Orçamentária - SEPLAN

Arlete Silva Serra – Superintendente de Métodos e Procedimentos, Planejamentos e Orçamento.

Rafael Baldez – Auxiliar Técnico II

Claudio Braga – Assessor Especial

TÉCNICOS AUXILIARES DAS ESCUTAS:

Eunice Costa – SEEJUV

Carmem Lúcia Silva Belfort – Assessora Especial de Planejamento e Orçamento da Secretária de Estado da Mulher /SEMU

Caroline Lima Veloso – Pres. da Comissão de Análise de Projetos Culturais Incentivados

Mauro Marque de Andrade– Gestor de Inclusão produtiva da Secretaria de Estado da Igualdade Racial (SEIR)



Escuta Territorial de Barreirinhas

RELATÓRIO DA ESCUTA DE ZÉ DOCA

INFORMAÇÕES

TERRITÓRIO: Alto Turi Gurupi

Local: Centro de Ensino Nelson Serejo de Carvalho

Data: 01/07/2015

Horário: 8h as 17h30

MUNICÍPIOS PARTICIPANTES:

Amapá do Maranhão	Araguanã
Carutapera	Candido Mendes
Centro do Guilherme	Centro Novo do Maranhão
Governador Newton Bello	Igarapé do Meio
Nova Conquista	Pedro do Rosário
Presidente Médici	Santa Inês
Santa Luzia do Paruá	

COMPOSIÇÃO DA MESA DE ABERTURA

Creuzamar de Pinho – Secretária Adjunta de Participação Popular- SEDIHPOP

Eduardo Beckman – Secretário Adjunto de Estado de Planejamento e Orçamento

Laurinda Pinto – Secretária Estadual da Mulher

Lindalva Serra Barros - Vice-prefeita e Superintendente de Articulação Regional de Zé Doca

Raimundo Mendonça - Gestor da AGERP-Alto-Turi/Gurupi

EQUIPE DA ESCUTA:

Creuzamar de Pinho – Secretária Adjunta de Participação Popular- SEDIHPOP

Adriana de Nazaré Soares Pires – Assessora Sênior – SEDIHPOP/SAPP

Erisvan Loureiro Bastos – Superintendente SEDIHPOP/SAPP

Jose Almeida de Costa Filho - Superintendente SEDIHPOP/SAPP

Eduardo Beckman – Secretário Adjunto de Estado de Planejamento e Orçamento

Cristiane Oliveira – Supervisora de Elaboração de Plano, Programas e Projetos.

Daniele Duailibe – Supervisora Promoção Orçamentária

Francisco Lopes – Auxiliar Técnico II

Rafael Baldez – Auxiliar Técnico II

TÉCNICOS AUXILIARES DAS ESCUTAS:

Carmem Lúcia Silva Belfort – Assessora Especial de Planejamento e Orçamento da Secretária de Estado da Mulher /SEMU

Raimundo Mendonça - Gestor da AGERP

RELATÓRIO DA ESCUTA DE SÃO LUÍS

INFORMAÇÕES

TERRITÓRIO: Região metropolitana de São Luís

Local: Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Data: 22/07/2015 **Horário:** 8h as 17h30

MUNICÍPIOS PARTICIPANTES:

Raposa
Ribamar
São José de Ribamar
São Luís

COMPOSIÇÃO DA MESA DE ABERTURA

Francisco Gonçalves da Conceição – Secretário de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular

Cynthia Mota Lima – Secretária de Estado de Planejamento e Orçamento

Julião Amim – Secretário de Estado de Trabalho e Economia Solidária

Bira do Pindaré – Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação

Aurea Prazeres – Secretária de Estado de Educação

Jose Cursino Raposo – Secretário Municipal de Planejamento e Orçamento no ato representando o prefeito de São Luís

Gerson Pinheiro – Secretário de Estado Extraordinário de Igualdade Racial

José Jonas Borges – Coordenador Estadual do MST

Marcio Jardim – Secretário de Estado de Esporte e Lazer

EQUIPE DA ESCUTA:

Creuzamar de Pinho – Secretária Adjunta de Participação Popular- SEDIHPOP

Nilce Cardoso – Superintendente do Orçamento Participativo - SEDIHPOP/SAPP

Pedro Leonardo Aguiar Tavares – Superintendente de Participação Popular – SEDIHPOP/SAPP

Elen Barbosa Mateus – Superintendente da Plataforma Digital

Elisângela Serra Lima – Supervisora de Sistematização de Demandas Prioritárias de OP - SEDIHPOP/SAPP

Gilvan Alves – Supervisor da SAPP/SEDIHPOP

João Batista Gomes da Silva – Supervisor da SEDIHPOP/SAPP

Carlos Eduardo Dutra de Aguiar – Supervisor da SAPP/SEDIHPOP

Erisvan Loureiro Bastos – Superintendente SEDIHPOP/SAPP

Rogério Ferreira Oliveira – Supervisor SEDIHPOP/SAPP

Andressa Brito – Supervisora da SAPP/SEDIHPOP

Karla Maria Silva de Miranda – Supervisora da SAPP/SEDIHPOP

José Almeida – Supervisor da SAPP/SEDIHPOP

Adriana de Nazaré Soares Pires – Assessora Sênior – SEDIHPOP/SAPP

Camila Silva França Moreira – Secretária Executiva - SEDIHPOP/SAPP

Eduardo Beckman - Secretário adjunto de Planejamento e Orçamento

Aline Ribeiro – Supervisora Modificação Orçamentária - SEPLAN

Nayane Ferreira – Assessora de Planejamento – SEPLAN

Claudio Braga – Assessor Especial

Luís Teixeira – Auxiliar Técnico II – SEPLAN

Arlete Silva Serra – Superintendente de Métodos e Procedimentos, Planejamentos e Orçamento.

Rafael Baldez – Auxiliar Técnico II
Cristiane Oliveira – Supervisora de Elaboração de Plano, Programas e Projetos.
Daniele Duailibe – Supervisora Promoção Orçamentária
Francisco Lopes – Auxiliar Técnico I

TÉCNICOS AUXILIARES DAS ESCUTAS:

Carmem Lúcia – SEMU
Caroline Lima Veloso – Pres. da Comissão de Análise de Projetos Culturais Incentivados
Mauro XXX - Gestor de Inclusão produtiva da Secretaria de Estado da Igualdade Racial (SEIR)
José Ribamar Rodrigues Pereira – SEPAQ
Antomar Mafra– SECTI



Escuta da Região Metropolitana de São Luís

ANEXO E – QUADRO SINTETIZADO POR ÓRGÃO DEMANDADO E AÇÕES DIRETAS DE OP

QUADRO SÍNTESE POR ÓRGÃO DEMANDADO		
Órgãos de Demandas diretas de investimento	Órgãos de demandas complementares	Principais áreas demandadas
SECID/CAEMA SES/FEES SETRES SEDES SEDUC SINFRA (Comissão Intersetorial)	SEMA SECOM SEAP SECID SEDIHPOP SEMU SEGEP SEFAZ SECTI SAF SECMA UEMA SEDEL	Saúde Educação Trabalho e Renda

ANEXO F – “DE-PARA” DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2016

RESULTADOS DAS ESCUTAS TERRITORAIS - COMPARATIVO DAS PROPOSTAS APROVADAS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO – OP NA PLATAFORMA DIGITAL E AS AÇÕES LOA/2016 (DE-PARA)

Propostas Aprovadas do Orçamento Participativo – OP (DE)	Escuta Territorial	Órgão	Ação	Denominação (PARA)	Finalidade	Produto
Ampliar os sistemas de abastecimento de água	Alto Turi Gurupi Sede: Zé Doca	CAEMA	1068	Ampliação e Melhoria de Sistemas de Abastecimento de Água	Ampliar e melhorar a capacidade instalada dos sistemas de abastecimento de água existentes.	Sistema ampliado e/ou melhorado
Implantar o sistema de esgoto em toda região	Alto Turi Gurupi Sede: Zé Doca	CAEMA	1706	Implantação de Sistemas de Esgoto Sanitário	Implantar sistemas de esgotamento sanitário para reduzir o déficit do setor de saneamento.	Sistema implantado
Fortalecer o serviço de atenção básica de saúde e de alta complexidade com o financiamento do Estado para a instrumentalização e implementação das políticas de atenção aos trabalhadores, crianças, idosos e pessoas com deficiência.	Cocais Sede: Caxias	FES/ SAÚDE	3128	Modernização e ampliação dos serviços de saúde	Concluir construções e adequações de espaços físicos das unidades assistenciais do SUS. Construir e aparelhar a rede assistencial própria sob Gestão Estadual nas Regiões de Saúde.	Etapa concluída
Ampliação e modernização do Hospital de Urgência e Emergência da cidade de Presidente Dutra, visando atender o território do sertão maranhense	Sertão Maranhense Sede: Colinas	FES/ SAÚDE	3128	Modernização e ampliação dos serviços de saúde	Concluir construções e adequações de espaços físicos das unidades assistenciais do SUS. Construir e aparelhar a rede assistencial própria sob Gestão Estadual nas Regiões de Saúde.	Etapa concluída
Ampliação dos Hospitais Regionais de Matões do Norte com média complexidade e o de Itapecuru Mirim de alta complexidade e com a instalação de uma UTI neonatal, visando a redução da mortalidade infantil e aquisição de 01 ambulância regional tipo USA (Unidade de Suporte Avançado) ou UTI Móvel para atender os municípios da região	Vale do Itapecuru Sede: Itapecuru Mirim	FES/ SAÚDE	3128	Modernização e ampliação dos serviços de saúde	Concluir construções e adequações de espaços físicos das unidades assistenciais do SUS. Construir e aparelhar a rede assistencial própria sob Gestão Estadual nas Regiões de Saúde.	Etapa concluída
Ampliar e equipar a Santa Casa de Misericórdia do município de Cururupu para que possa oferecer serviços de saúde de média e alta complexidade	Baixada Ocidental Sede: Pinheiro	FES/ SAÚDE	3128	Modernização e ampliação dos serviços de saúde	Concluir construções e adequações de espaços físicos das unidades assistenciais do SUS. Construir e aparelhar a rede assistencial própria sob Gestão Estadual nas Regiões de Saúde.	Etapa concluída
Construção de um Hospital Macrorregional de Média de Alta Complexidade, com a seguinte estrutura: UTI neonatal, aparelhado com mamógrafos, tomógrafos e eletro encefalograma e hemocentro.	Médio Mearim Sede: Lago da Pedra	FES/ SAÚDE	3128	Modernização e ampliação dos serviços de saúde	Concluir construções e adequações de espaços físicos das unidades assistenciais do SUS. Construir e aparelhar a rede assistencial própria sob Gestão Estadual nas Regiões de Saúde.	Etapa concluída

RESULTADOS DAS ESCUTAS TERRITORAIS - COMPARATIVO DAS PROPOSTAS APROVADAS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO – OP NA PLATAFORMA DIGITAL E AS AÇÕES LOA/2016 (DE-PARA)

Propostas Aprovadas do Orçamento Participativo – OP (DE)	Escuta Territorial	Órgão	Ação	Denominação (PARA)	Finalidade	Produto
Investimentos na atenção básica de saúde dos municípios, priorizando aquisição de um mamógrafo e de um equipamento de hemodiálise para a região.	Vale do Pindaré Sede: Santa Inês	FES/ SAÚDE	3128	Modernização e ampliação dos serviços de saúde	Concluir construções e adequações de espaços físicos das unidades assistenciais do SUS. Construir e aparelhar a rede assistencial própria sob Gestão Estadual nas Regiões de Saúde.	Etapa concluída
Conclusão do Hospital macrorregional de Pedreiras.	Vale do Mearim Sede: Pedreiras	FES/ SAÚDE	3128	Modernização e ampliação dos serviços de saúde	Concluir construções e adequações de espaços físicos das unidades assistenciais do SUS. Construir e aparelhar a rede assistencial própria sob Gestão Estadual nas Regiões de Saúde.	Etapa concluída
Construir hospital de alta complexidade no território.	Campos e Lagos Sede: Viana	FES/ SAÚDE	3128	Modernização e ampliação dos serviços de saúde	Concluir construções e adequações de espaços físicos das unidades assistenciais do SUS. Construir e aparelhar a rede assistencial própria sob Gestão Estadual nas Regiões de Saúde.	Etapa concluída
Construção do hospital de alta complexidade da rede hospitalar do território e ampliação da rede existente.	Dos Lençóis Maranhenses Sede: Barreirinhas	FES/ SAÚDE	3128	Modernização e ampliação dos serviços de saúde	Concluir construções e adequações de espaços físicos das unidades assistenciais do SUS. Construir e aparelhar a rede assistencial própria sob Gestão Estadual nas Regiões de Saúde.	Etapa concluída
Construir e equipar o centro de referência metropolitano da economia solidária que atendam as necessidades das cadeias produtivas, com gestão compartilhada entre instâncias representativas da economia solidária.	Região Metropolitana Sede: São Luís	SETRES	3260	Implantação de Espaços Multifuncionais de Economia Solidária	Implantar Centros de Economia Solidária que atenda diversas regiões do Estado.	Centro de economia solidária implantado

RESULTADOS DAS ESCUTAS TERRITORAIS - COMPARATIVO DAS PROPOSTAS APROVADAS DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO – OP NA PLATAFORMA DIGITAL E AS AÇÕES LOA/2016 (DE-PARA)

Propostas Aprovadas do Orçamento Participativo – OP (DE)	Escuta Territorial	Órgão	Ação	Denominação (PARA)	Finalidade	Produto
Implantar o centro de referência especializado de atenção integral à saúde da pessoa idosa.	Região Metropolitana Sede: São Luís	SES	3067	Construção e Aparelhamento da Rede de Proteção Social	Construir, equipar e estruturar equipamentos sociais para atendimento da rede socioassistencial, referente aos CRAS, CREAS, abrigos permanentes e temporários para idosos, crianças e adolescentes.	Equipamento Social construído/aparelhado
Reestruturação da educação básica das escolas públicas nos âmbitos da estrutura física, pedagógica e tecnológica para a região do Vale do Mearim.	Vale do Mearim Sede: Bacabal	SEDUC	3254	Ampliação e Modernização da Rede Física do Ensino médio e suas Modalidades	Expandir oferta de escolas dignas e unidades e espaços escolares do sistema público estadual do Ensino Fundamental e suas modalidades em regime de cooperação com os municípios.	Unidade escolar dignificada
Reforma e climatização das escolas de Ensino Médio com instalação de kits de multimídia em todas as salas de aula.	Serrado Sul Sede: Balsas	SEDUC	3255	Ampliação e Modernização da Rede Física do Ensino Médio e suas Modalidades	Expandir a oferta de escolas, centros, núcleos e outras unidades, espaços escolares dignos no sistema público estadual de Ensino Médio e suas modalidades.	Unidade escolar construída, ampliada, reformada ou adaptada
Estruturação das escolas com revisão das instalações elétricas, climatização, instalação de laboratórios de informática e ciências, internet banda larga, renovação do acervo das bibliotecas, equipamentos, mobiliário, quadras poliesportivas.	Serrado Amazônico Sede: Imperatriz	SEDUC	3255	Ampliação e Modernização da Rede Física do Ensino Médio e suas Modalidades	Expandir a oferta de escolas, centros, núcleos e outras unidades, espaços escolares dignos no sistema público estadual de Ensino Médio e suas modalidades.	Unidade escolar construída, ampliada, reformada ou adaptada
Construir, reformar, ampliar e equipar as escolas estaduais com laboratórios (informática, de ciências e de matemática), bibliotecas, quadras cobertas com vestiários, assegurando sua manutenção nas zonas urbana e rural.	Baixo Parnaíba Sede: Chapadinha	SEDUC	3255	Ampliação e Modernização da Rede Física do Ensino Médio e suas Modalidades	Expandir a oferta de escolas, centros, núcleos e outras unidades, espaços escolares dignos no sistema público estadual de Ensino Médio e suas modalidades.	Unidade escolar construída, ampliada, reformada ou adaptada
Construção, ampliação e reforma de prédios escolares e implantação de laboratórios pedagógicos para a educação básica nas zonas urbanas e rurais dos municípios, contemplando a clientela indígena, não indígena e quilombola.	Centro Maranhense Sede: Grajaú	SEDUC	3255	Ampliação e Modernização da Rede Física do Ensino Médio e suas Modalidades	Expandir a oferta de escolas, centros, núcleos e outras unidades, espaços escolares dignos no sistema público estadual de Ensino Médio e suas modalidades.	Unidade escolar construída, ampliada, reformada ou adaptada

ANEXO G – DECRETO Nº 31.519 DE CRIAÇÃO DA COP

D.O. PODER EXECUTIVO	SEGUNDA-FEIRA, 29 - FEVEREIRO - 2016
<p>O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e V do art. 64 da Constituição Estadual,</p> <p>DECRETA:</p> <p>Art. 1º Ficam remanejados da Casa Civil para a Procuradoria-Geral do Estado-PGE 02 (dois) cargos de Assessor Sênior, simbologia DANS-1.</p> <p>Art. 2º Fica remanejado da Secretaria de Estado da Agricultura Familiar -SAF para a Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca -SAGRIMA 01 (um) cargo de Secretário- Adjunto, simbologia Isolado.</p> <p>Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.</p> <p>PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 29 DE FEVEREIRO DE 2016, 195ª DA INDEPENDÊNCIA E 128ª DA REPÚBLICA.</p> <p>FLÁVIO DINO Governador do Estado do Maranhão</p> <p>MARCELO TAVARES SILVA Secretário-Chefe da Casa Civil</p>	<p>VIII - 04 (quatro) cargos de simbologia DAS-3, que passam a denominar-se de Assessor Técnico.</p> <p>Art. 2º Ficam transformados 04 (quatro) cargos de Chefe de Gabinete, simbologia DANS-3, 04 (quatro) cargos de simbologia DAS-3 e 05 (seis) cargos de Auxiliar de Serviços, simbologia DAI-1, em 04 (quatro) cargos de Assessor Especial, simbologia DGA.</p> <p>Parágrafo único. Os cargos transformados neste artigo ficam remanejados da Casa Civil à SINFRA.</p> <p>Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.</p> <p>PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 29 DE FEVEREIRO DE 2016, 195ª DA INDEPENDÊNCIA E 128ª DA REPÚBLICA.</p> <p>FLÁVIO DINO Governador do Estado do Maranhão</p> <p>MARCELO TAVARES SILVA Secretário-Chefe da Casa Civil</p>
<p>DECRETO Nº 31.518, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016.</p> <p>Estabelece o remanejamento de cargos comissionados para a Secretaria de Estado da Infraestrutura - SINFEA, e dá outras providências.</p>	<p>DECRETO Nº 31.519, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016.</p> <p> cria Comissão Permanente do Orçamento Participativo (COP).</p>
<p>O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e V, do art. 64 da Constituição Estadual,</p> <p>DECRETA:</p> <p>Art. 1º Ficam remanejados da Casa Civil para a Secretaria de Estado da Infraestrutura - SINFRA:</p> <p>I - 01 (um) cargo de Assessor Especial de Apoio Institucional, simbologia Isolado, que passa a denominar-se de Secretário-Adjunto de Obras Setoriais;</p> <p>II - 01 (um) cargo de Chefe da Assessoria Jurídica, simbologia DANS-2, que passa a denominar-se de Chefe de Engenharia de Obras;</p> <p>III - 02 (dois) cargos de Assessor Técnico, simbologia DANS-2, que passam a denominar-se de Chefe de Engenharia de Obras;</p> <p>IV - 03 (três) cargos de Assessor Técnico, simbologia DANS-2, que passam a denominar-se de Assessor Especial II;</p> <p>V - 03 (três) cargos de Chefe de Gabinete, simbologia DANS-3, que passam a denominar-se de Supervisor;</p> <p>VI - 05 (cinco) cargos de Chefe de Gabinete, simbologia DANS-3, que passam a denominar-se de Assessor Especial III;</p> <p>VII - 04 (quatro) cargos de simbologia DAS-3, que passam a denominar-se de Secretária Executiva; e</p>	<p>O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO no uso de suas atribuições legais,</p> <p>DECRETA:</p> <p>Art. 1º Fica criada a Comissão Permanente do Orçamento Participativo (COP) para garantir a inter-setorialidade das propostas populares para o orçamento do Estado do Maranhão, formada por membros dos seguintes órgãos:</p> <p>I - Secretaria de Estado das Direções, Divisões e Participação Popular (SEDIRPOP);</p> <p>II - Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento (SIEPLAN);</p> <p>III - Secretaria de Estado da Saúde (SES);</p> <p>IV - Secretaria de Estado da Educação (SEDUC);</p> <p>V - Secretaria de Estado da Infraestrutura (SINFRA);</p> <p>VI - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (SEDES).</p> <p>§ 1º Cada órgão deverá indicar um titular e um suplente.</p> <p>§ 2º Os membros indicados pelos órgãos de serão ser técnicos com conhecimento e experiência em planejamento e orçamento.</p> <p>§ 3º A Secretaria de Planejamento e Orçamento subsidiará a Comissão com as informações do Plano Plurianual (PPA), com o fim de atualizar, anualmente, o Orçamento Participativo (OP).</p> <p>§ 4º Os demais órgãos, que não compõem a Comissão, poderão ser convocados a participarem de reuniões, conforme as demandas específicas de situação e orçamento de cada um desses órgãos.</p>

6

SEGUNDA-FEIRA, 29 - FEVEREIRO - 2016



D. O. PODER EXECUTIVO

Art. 2º A Comissão referida no artigo anterior possui a função de garantir processos de consolidação das propostas definidas pela população para o orçamento participativo, integrando as competências dos diversos órgãos.

Parágrafo único. O caráter da Comissão é permanente, de consulta, monitoramento e avaliação.

Art. 3º Caberá à SEDIHPOP coordenar as atividades da Comissão Permanente do Orçamento Participativo.

Art. 4º São atribuições da Comissão Permanente do Orçamento Participativo:

I - participar do processo de consultas populares nas regiões definidas para apresentação de demandas e monitoramento do orçamento participativo;

II - identificar e disponibilizar informações dos programas e projetos de ação continuada existentes em seu órgão, que complementem e garantam a sustentabilidade das propostas priorizadas nas consultas populares;

III - contribuir para a sistematização das demandas territoriais de orçamento participativo;

IV - monitorar a adequação da demanda territorial priorizada no orçamento do órgão afim;

V - fomentar criação de ação voltada para a participação popular na construção orçamentária dos órgãos estaduais;

VI - acompanhar a execução das demandas populares oriundas e disponibilizar informações à plataforma digital;

VII - planejar cursos e seminários de formação em participação popular, intersetorialidade e democratização dos recursos públicos;

VIII - disponibilizar anualmente relatório de execução das prioridades definidas pela população, a fim de subsidiar a devolução presencial;

IX - contribuir com a elaboração da metodologia das avaliações participativas do PPA e novas prioridades anuais do orçamento participativo.

Art. 5º A Comissão Permanente do Orçamento Participativo reunir-se-á, bimestralmente, de forma ordinária, para planejar e monitorar as ações, e, extraordinariamente, a qualquer tempo, conforme necessidade, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da data e hora designadas para a reunião.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

DECRETO Nº 31.521, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016.

Altera o Anexo Único do Decreto nº 30.853, de 11 de junho de 2015, que dispõe sobre a transferência de bens, direitos e obrigações da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social para a Secretaria de Estado da Agricultura Familiar.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e V do art. 64 da Constituição Estadual,

DECRETA:

Art. 1º O Anexo Único do Decreto nº 30.853, de 11 de junho de 2015, fica alterado de acordo com o Anexo Único deste Decreto.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 29 DE FEVEREIRO DE 2016, 155ª DA INDEPENDÊNCIA E 138ª DA REPÚBLICA.

FLÁVIO DINO
Governador do Estado do Maranhão

MARCELO TAVARES SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil

FRANCISCO GONÇALVES DA CONCEIÇÃO
Secretário de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular

DECRETO Nº 31.520, DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016.

Altera o Decreto nº 31.435, de 29 de dezembro de 2015, que regulamenta a Medida Provisória nº 212, que cria o Programa de Educação Integral - PROEIN, no Sistema Estadual de Ensino e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso das atribuições legais que lhe conferem os incisos III e V do art. 64 da Constituição Estadual,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Decreto nº 31.435, de 29 de dezembro de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º (...)

Art. 1º-A A coordenação do PROEIN, no âmbito do Estado do Maranhão, compete à Casa Civil e, no âmbito do referido programa, que compreende as ações de execução, à Secretaria de Estado da Educação.

Parágrafo único. As atividades de execução no âmbito da Secretaria de Estado da Educação competirão à equipe específica, que será constituída por Portaria do Secretário-Chefe da Casa Civil, mediante sugestões da Secretaria de Estado da Educação.

(...)"

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO,
EM SÃO LUÍS, 29 DE FEVEREIRO DE 2016, 155ª DA INDEPENDÊNCIA E 128ª DA REPÚBLICA.

FLÁVIO DINO
Governador do Estado do Maranhão

MARCELO TAVARES SILVA
Secretário-Chefe da Casa Civil

ANEXO H – MATERIAL VISUAL DE DIVULGAÇÃO DO OP

ESCUTAS TERRITORIAIS
PLANO PLURIANUAL
ORÇAMENTO 2016 - 2019 &
Participativo

CONVITE

Convidamos V.Sa. para participar da reunião que definirá as estratégias de mobilização para escuta territorial da região metropolitana sobre Orçamento Participativo e PPA do estado do Maranhão.

LOCAL: AUDITÓRIO DA CUT
 RUA SANTO ANTÔNIO, 294 - CENTRO, SÃO LUIS - MA, 65010-200

02
JULHO
ÀS 14H

SEPLAN SEDHPOP

MAIS INFORMAÇÕES:
 (98) 9 9993-6620 | (98) 9 8807-7772

GOVERNO DO
MARANHAO
 MARANHÃO DE TODOS NÓS

Teaser de mobilização

PLANO PLURIANUAL
 PPA 2016 - 2019
 &
ORÇAMENTO
Participativo

ESCUTA TERRITORIAL

TERRITÓRIO:
 CIDADE:
 LOCAL:
 DATA:

GOVERNO DO
MARANHAO
 GOVERNO DO MARANHÃO

Cartaz

ESCUTAS TERRITORIAIS

PLANO PLURIANUAL • ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

O Governo do Maranhão convida V. Sa. para participar das escutas territoriais para construção do Orçamento Participativo e Plano Plurianual do Estado, que serão realizadas por território, das 8h às 17h, conforme agenda abaixo:

DATA	CIDADE PÓLO	LÓCAL	TERRITÓRIO
15.06	CAXIAS	UEMA	COCÁIS
	IMPERATRIZ	UEMA	CERRADO AMAZÔNICO
17.06	BACARAL	UEMA	VALE DO MEARIM
	BALSAS	UEMA	CERRADO SUL
19.06	CHAPADINHA	UFMA	BAIXO PARNABA
	COLINAS	UEMA	SERTÃO DO MARANHÃO
25.06	ITAPECURU	ESCOLA AXITON SERNA	VALE DO ITAPECURU
27.06	PINHEIRO	IFMA	BAIXADA OCIDENTAL
21.07	GRAJAU	UFMA	CENTRO MARANHENSE
	DE DOCA	5 E NESSIM RIBEIRO DE CARVALHO	ALTO TURUCURUPÉ
01.07	LAGO DA PEDRA	ARQUITONA RIBERAL RENE	MÉDIO MEARIM
	SANTA INÊS	UEMA	VALE DO PINDARÉ
07.07	VIANA	U.E MARCELINO GÂNPELO	CAMPOS E LAGOS
	BARBESINHAS	CENTRO PARROQUIAL	LENÇÓIS E MUNIM
10.07	SÃO LUIS	CENTRO DE CRIAÇÕES TESTE NEU DE SANTANA	METROPOLITANO


 GOVERNO DO MARANHÃO
 COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO

Teaser de mobilização

PROPOSTAS DE OP NAS ESCUTAS VENCEDORAS NA PLATAFORMA DIGITAL

PROPOSTA 1: Melhorar a infraestrutura de saneamento básico em áreas urbanas e rurais, com foco na coleta e tratamento de resíduos sólidos e esgoto sanitário.

PROPOSTA 2: Criar programas de geração de emprego e renda para jovens em situação de vulnerabilidade social, incluindo capacitação profissional e acesso a crédito.

PROPOSTA 3: Ampliar o acesso à educação de qualidade em todas as etapas da escolaridade, com ênfase na educação infantil e no ensino fundamental, além de programas de alfabetização para adultos.

PROPOSTA 4: Implementar programas de saúde preventiva e promoção da saúde, incluindo campanhas de vacinação, diagnóstico precoce de doenças e promoção de hábitos saudáveis.

PROPOSTA 5: Melhorar a infraestrutura de transporte público urbano e rural, com foco na acessibilidade e segurança dos usuários.

PROPOSTA 6: Criar programas de inclusão digital e capacitação em habilidades digitais para a população em geral.

PROPOSTA 7: Implementar programas de conservação ambiental e promoção do turismo sustentável, com foco em áreas de preservação ambiental e ecoturismo.

PROPOSTA 8: Melhorar a infraestrutura de energia elétrica em áreas rurais e de baixa renda, com foco na eficiência energética e acesso a energia limpa.

PROPOSTA 9: Criar programas de assistência social e proteção social, incluindo programas de transferência de renda e acesso a serviços de saúde e educação.

PROPOSTA 10: Implementar programas de desenvolvimento econômico local, com foco em pequenas e médias empresas e empreendedorismo.

Orçamento Participativo do Estado do Maranhão



1ª Devolutiva Territorial (2015)

Folder da Devolutiva

Orçamento Participativo do Estado do Maranhão

Qual é o Orçamento Participativo?
 O Orçamento Participativo (OP) é um instrumento democrático de participação popular, que permite aos cidadãos influenciar a distribuição dos recursos públicos.

Como funciona?
 O Orçamento Participativo estadual do Maranhão foi realizado em 18 Escutas Territoriais, onde foram levantadas propostas para o Plano Plurianual (PPA) e para o Orçamento (OP).

Quem pode participar?
 Qualquer cidadão e cidadã, que possua um dos tipos de identificação: CPF, RG, Carteira Nacional de Trabalho e Previdência Social (CARTÃO CNTP), ou qualquer outro documento que permita a identificação do cidadão.

Você se inscreverá como cidadão ou entidade?
 Cidadão ou entidade, dependendo do tipo de proposta que você deseja apresentar.

A primeira devolutiva acontecerá no dia 11 de dezembro.
 Para a implementação das propostas a longo prazo, serão necessários outros complementos de vários órgãos, com os recursos já em execução, e que serão encaminhados para o governo, a execução das propostas territoriais.

COMISSÃO INTERSETORIAL DE OP (CISOP)
 A comissão será formada pelos seguintes órgãos da Administração Pública:

- Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDH/PP)
- Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento (SEPLA/OP)
- Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC)
- Secretaria de Estado de Saúde (SES)
- Secretaria de Estado de Infraestrutura (SEINFRA)
- Secretaria de Estado de Trabalho e Economia Solidária (SETRES)
- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDES)

ANEXO I – PLATAFORMA PARTICIPA MA



ANEXO J – FOTOS DAS ENTREVISTAS COM O SECRETÁRIO ADJUNTO DA SEPLAN E A ADJUNTA DA SEDIHPOP

ANEXO K – FOTOS DA ENTREVISTA COM O SUPERINTENDENTE E A SUPERVISORA DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

